



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 2/2024-----

-----1ª Sessão Ordinária de 2024 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 21 de fevereiro de 2024-----

-----Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e segunda Secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sónia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	
Ivo Miguel Inácio Carvalho	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	
José Vitorino da Silva Nunes	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande	
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales de Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido	PAN

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
CHEGA	Luís Filipe Alves Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patrícia Alexandra Ferro
CHEGA	Patrícia Alexandra Ferro	1 dia	21/02/2024	Jorge Daniel Melo
BE	Marco Paulo Gonçalves Pereira	1 dia	21/02/2024	Marilu Veiga Santana
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1 dia	21/02/2024	José Luís Barbudo
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	21/02/2024	Ricardo Nuno Cândido
PSD	Natalino António Gomes Alves	1 dia	21/02/2024	Ricardo Jorge Silva Viana
PSD	Américo da Conceição Mateus	1 dia	21/02/2024	Bruno Miguel Candeias

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa Dos Santos	Vereadora – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **1ª Sessão Ordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes e referir que tinham uma ordem de trabalhos bastante extensa. -----

----- Em seguida, começou por explicar que foi rececionada duas inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao primeiro cidadão inscrito, **Ricardo Alexandre Fernandes Serrão**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Olá, boa noite à mesa, aos vários, aos vários membros e ao público, eu queria aqui falar rapidamente dois temas que foram abordados na última sessão. E que pronto, infelizmente, já não tive possibilidade de falar naquela sessão, mas também, realmente só faz sentido falar hoje, enfim, depois de ter ouvido os vários membros e de ter ouvido a Senhora Presidente etc. Portanto, falar sobre habitação e falar sobre a taxa turística. Eu vou tentar ser relativamente rápido. Portanto, infelizmente eu não tenho realmente conhecimento dos, portanto, dos documentos que foram disponibilizados. Portanto, enfim, penso que só os membros é que eventualmente têm acesso, eu pela convocatória e etc., não consegui perceber qual é que era os vários documentos que estavam a ser discutidos, portanto e vou fazer as seguintes questões, não sei se foi a abordado ou se nesse documento é falado alguma coisa, como as cooperativas de habitação? Já alguns municípios que estão a tentar abordar esse tema, por exemplo, tenho conhecimento, enfim, porque também tem aparecido nas notícias etc. No município de Lisboa já há alguns concursos nessa área e, por exemplo, há tipologias como o T 2 com custos médios previstos na ordem dos duzentos e dez (210) a duzentos e vinte mil (220,000) Euros portanto, penso que era um valor inferior àquele que foi aqui referido, também não percebi ou não sei se, enfim, se os vários documentos que foram entregues a vós, se indicavam de alguma forma os imóveis disponíveis no município, sejam imóveis



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



municipais ou estatais? Portanto, perceber qual é que são os imóveis que não estão a ser utilizados neste momento, que sejam devolutos, os que estão em condições de ser reabilitados, onde é que há terrenos, etc. Acho que toda essa informação era importante também até o próprio público saber. Porque aparentemente temos realmente uma situação que, que de emergência, quer de habitação seja no município, seja na região, há muitas pessoas que realmente querem trabalhar na região e depois não têm alojamento. Quando chegamos à altura do verão, enfim, há falta de alojamento para funcionários e outras pessoas que se querem deslocar e, portanto, acho que é importante também o próprio público estar informado e, de alguma forma, perceber como é que, de alguma forma, pode ser envolvido nesse processo, enfim que de forma ativa. Depois a taxa turística, realmente eu fiquei surpreendido de, o município de Portimão está realmente a propor uma taxa turística para o ano inteiro e ainda mais surpreendido, de perceber que aparentemente o público em geral não foi informado devidamente sobre o tema, a consulta pública parece que passou pelos pingos da chuva, porque eu, no meu caso profissional, eu sou a motorista TVDE já há cerca de seis (6) anos, nos últimos quase dez (10), acompanho os temas de alojamento local e, como devem perceber no último ano, têm sido uma altura que acompanhamos muitos temas e, enfim, algumas ações, etc. Para tentar demonstrar aquilo que o alojamento local está realmente a ter a graves, digamos assim, ataques, nos últimos doze (12) meses. E é curioso que os vários proprietários de alojamento local, aparentemente seja do município, ou seja de outros municípios não sabem muito bem. Enfim, qual é que foi a informação que foi passada, qual é que foi a consulta? Portanto, os que residem no município e os que não residem, mas que têm de alguma forma aqui alojamentos, parece que não sabem não foram consultados a associação do setor aparentemente também não foi consultada e depois, pelo que ouvi pela Senhora Presidente, aparentemente só apenas algumas entidades é que responderam a esse inquérito. Portanto, público em geral parece que não teve qualquer acesso a isso. Portanto, como muitos de vós devem saber a época baixa neste município, novembro a fevereiro, são quatro (4) meses que praticamente, enfim, segundo os dados que do INE, aparentemente há cerca de vinte por cento (20%) de ocupação, nem sei se chega a tanto sinceramente, março, abril e maio varia entre os trinta (30) a cinquenta (50), setembro e outubro, também novamente entre os trinta (30) entre os trinta (30) e os e os cinquenta por cento (50%) de ocupação, portanto, só temos apenas três (3) meses em que andamos ali a rondar entre os oitenta (80) e os cem por cento (100%). Quer dizer e vamos apoiar e vamos colocar uma taxa turística para o ano inteiro, quando supostamente as taxas turísticas foram pensadas nas capitais do país, enfim, nas capitais de vários países e várias zonas turísticas, quando há realmente excesso de turismo. Ora, a região do Algarve e o município de Portimão só tem realmente excesso de turismo em 3 meses do ano e, portanto, parece que não é realmente simpático, inteligente, boa medida, estarmos a aplicar o ano inteiro quando nós realmente ok, pode fazer sentido aplicar durante três (3) meses, eventualmente seis (6) meses. Mas realmente pensar aqui noutras coisas exatamente diferentes para os seis (6) meses muito difíceis que temos nesta região, que afeta os vários, as várias pessoas que trabalham na área do turismo, seja alojamento local, hotelaria com os vários prestadores, como é também o meu caso etc. E depois, novamente percebendo com os vários proprietários que de alojamento local, parece que a maioria



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



deles ainda não percebeu quando é que realmente esta medida vai entrar em vigor? Portanto, hoje é dia vinte e um (21) de fevereiro, aparentemente, inicia-se no dia um (1) de março. Como é que vai ser? E, portanto, esta última parte que agora estou a falar realmente gostava de receber hoje uma resposta ou pelo menos perceber onde é que as pessoas devem ser encaminhadas, porque realmente há vários proprietários que não fazem a mínima ideia, como é que vão cobrar a taxa, a partir de que dia? Se é dia um (1)? Ou se é por exemplo, eventualmente a enfim, se é dia um (1) se é dia dez (10), enfim, a partir de que dia de março? Como é que administrativamente o vão fazer? A quem é que mandam dinheiro? Como é que eventualmente recebem aqueles, salvo erro dois e meio por cento (2.5%) de benefício? Portanto, tudo isto são temas operacionais e que faltam dez (10) dias e aparentemente ninguém sabe e portanto, mesmo que decidam, sei lá, dia vinte e oito (28), ou dia vinte e nove (29) de fevereiro. Quer dizer, todas estas pessoas têm de ser informadas com tempo para se preparar e poder informar os seus hóspedes. Não é no dia um (1) de março as pessoas chegam, olhe afinal a gente agora soube que, recebemos agora uma daqui a pouco é pá. E agora, afinal, já temos que, começar a cobrar taxas. Esperemos que não seja dessa forma. E depois fazer enfim, finalizando esta parte a fazer apenas um pequeno reparo ou uma pequena sugestão, realmente penso que seria interessante que estas sessões de alguma forma pudessem ser transmitidas online, porque obviamente, muitas das vezes os cidadãos não podem estar presentes, mas continuam a ter o interesse em saber. Podem, por exemplo, não conseguir estar aqui às vinte e uma (21:00) horas, mas obviamente devem ter interesse, por exemplo, ver umas horas mais tarde, no dia seguinte, etc. Pronto é tudo. Obrigado.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, e referiu que relativamente aos temas que foram abordados, quer da habitação as questões colocadas, quer do regulamento da taxa turística, como é de norma, portanto o executivo vai dar resposta. De qualquer forma, posso só adiantar a título de informação que os regulamentos quando são aprovados aqui, depois têm ainda um procedimento que é serem publicados. Eles são só vinculativos, portanto só são vinculativos após a publicação em Diário da República e, portanto, há sempre esse período da publicação no Diário da República.

----- Relativamente à estratégia local de habitação, ela está publicada no site da Câmara Municipal. Portanto, se quiser analisar o documento com maior detalhe, ela está publicada no site. Os regulamentos normalmente também quando estão à discussão pública, também estão publicados no site da Câmara Municipal, mas é só uma informação enquanto Presidente da Assembleia que lhe estou a dar. Portanto, nunca entrará em vigor sem que seja publicado em Diário da República, e essa publicação do Diário da República normalmente o executivo faz sempre, embora o desconhecimento da lei não aproveita ninguém, mas o executivo publica sempre também o Diário da República com os regulamentos que vêm em vigor. Muito obrigada.» -----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, ao segundo cidadão inscrito, **José Manuel Sequeira** cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite, senhor Presidente, boa noite senhores vereadores, boa noite senhores deputados municipais, a minha intervenção hoje é sobre a água. A água é um bem comum essencial e útil a qualquer cidadão. Porém, quando se ouve o Presidente da Amal Associação de Municípios do Algarve, António Miguel Pina, anunciado na TV e em público com todo o país a ouvir o aumento daquele bem essencial



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é inacreditável. Sei que já houve alterações hoje já as ouvi na TV. Só demonstra que, o partido do qual aquele senhor faz parte, não demonstra qualquer tipo de soluções reformistas para o Algarve, ter soluções para reformar a retenção de água, da pouca água que tem caído no Algarve nas últimas décadas, em particular na última década, não foi forte o seu ideal. É verdade que o governo de Pedro Passos Coelho também foi apanhado nisto, todavia o Primeiro-Ministro logrou com as ordens emanadas pela Troika solicitado pelo governo PS na altura, todos acusam, acusaram e acusam passos Coelho de ter cortado ter de cortar tudo e a todos. Eu também fui prejudicado por isso e aqui estou como muitos de vós e outros estarão. Porém, passos Coelho não pôde aplicar o seu programa de governo e foi penalizado politicamente por isso e ainda hoje é acusado de tal. Abram os olhos Portimonenses. A culpa foi da Troika solicitado pelo Governo do PS nas pessoas do Primeiro-Ministro José Sócrates e do Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que, apesar de determinadas restrições às quais Passos Coelho foi apanhado na curva. De volta à água, a culpa não é dos consumidores, a culpa é de quem nos governa, tem que governado na última década, PS e PSD que não têm olhos para o Algarve com preponderância para a última década, no qual, na qual o Governo PS governou oito (8) anos. Nunca tiveram nem nunca virão a ter, se ninguém puxar o Algarve para cima, doze (12) meses num ano civil, não só no mês de agosto. A falta de ideias reformistas e não distributivas, nomeadamente no Algarve. Nem possivelmente os municípios terão tido ações de reforma da gestão da água no Algarve. Pelo que tenho apreciado, só têm retido através da penalização do povo que com aumentos de consumos de água e taxa de sanidade, têm a palavra, os municípios, os munícipes algarvios. Recordo nesta intervenção e para terminar as palavras de Margaret Thatcher, a antiga Ministra, Primeira-Ministra inglesa, também conhecida por Dama de Ferro, o socialismo, é bom, é enquanto houver dinheiro dos outros para gastar. Quando acabar acaba o socialismo, disse.» -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeceu a intervenção e referiu que gostaria de informar que ainda agora cumprimentou o senhor Vice-Presidente e os senhores vereadores presentes, a senhora Presidente tem um compromisso fora do município, mas está a caminho da Assembleia Municipal. Portanto, telefonou-me há pouco e por isso não tenho comunicação oficial de que não estará presente, porque estará a caminho de Portimão numa reunião que teve fora do município e ainda chegará previsivelmente durante esta sessão da Assembleia Municipal. E informou que iriam entrar no período antes da Ordem do Dia, começando por colocar à votação a ata nº. 5/2023 referente à 3ª Sessão Ordinária de 2023, realizada em 12 de junho de 2023. -----

-----**A ata nº 5/2023 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.** -----

-----Em seguida, informou que teve conhecimento que tinha sido publicada a resolução do Conselho de Ministros que foi, já havia sido, portanto objeto de discussão em Conselho de Ministros e, portanto, foi publicada e pediu, uma vez que há duas moções que discutem esta matéria no dia de hoje, pediu que fosse distribuída a resolução do Conselho de Ministros que foi publicada no dia de ontem, teve conhecimento hoje ao final do dia da sua publicação e daí o facto de não ter sido distribuída por e-mail, mas ter sido distribuída agora neste momento. É óbvio que não conseguem, eu também não consegui lê-la toda, porque só há cerca de meia hora, uma hora atrás é que tive conhecimento que ela tinha sido publicada, mas está aqui para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



conhecimento dos senhores deputados municipais. Abre-se agora o período das moções, portanto temos quatro moções, quatro ou cinco. -----

-----Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, à **Proposta de Recomendação – Contra o aumento do tarifário da água para as famílias - (subscrita pela Bancada do Bloco de Esquerda)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «As **Propostas da AMAL e do Governo**:-----

“É urgente e absolutamente necessário poupar água no Algarve e a alteração aos tarifários integra um conjunto de medidas, já anunciadas pelo Governo, para se reduzir em 15% o consumo de água, face ao **grave problema de seca na região**. Restringir o consumo ao estritamente indispensável é, assim, o objetivo desta medida. -----

As alterações foram decididas numa reunião realizada esta manhã na Comunidade Intermunicipal do Algarve, e têm por base a proposta da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR). Os aumentos deixam de fora o primeiro escalão, no segundo a subida será de 15%, no terceiro de 30% e no quarto escalão chega aos 50%. -----

Os escalões não são iguais em todos os concelhos, mas de uma forma geral, os consumos estão distribuídos da seguinte forma: -----

Primeiro escalão: até aos 5 m³ de consumo por mês fica isento de aumento; segundo escalão: entre os 5 e os 15 m³ de consumo mensais o aumento é de 15%, abrangendo a maioria dos consumidores; terceiro escalão: vai dos 15 aos 25 m³ de consumo e com um aumento de 30%; quarto escalão: acima dos 25 m³ e com um aumento de 50%”.-----

O Bloco de Esquerda não concorda com o aumento do tarifário da água no concelho de Portimão, sendo essencial considerar diversos pontos. -----

Impacto nos Custos de Vida: -----

Este aumento no preço da água vai sobrecarregar financeiramente as famílias, afetando negativamente as suas condições de vida e a capacidade de satisfazer as necessidades básicas. -----

Desigualdade Social: -----

O aumento do custo da água vai acentuar as disparidades socioeconómicas na região, ampliando a diferença entre os mais ricos e os mais pobres. Isto vai levar a uma situação em que os consumidores de baixos rendimentos irão enfrentar dificuldades ainda maiores para ter acesso a um recurso tão essencial. -----

Acessibilidade aos Recursos Hídricos: -----

O Algarve, mais no Barlavento, sendo uma região com escassez de água e a viver uma seca prolongada, já enfrenta desafios significativos para garantir o acesso a recursos hídricos de qualidade para todos os seus residentes. Os vários Governos, a AMAL e as Câmaras Municipais já tiveram bastante tempo para resolver ou minimizar a falta de água no Algarve, mas até ao presente momento pouco ou nada fizeram. Agora enveredam



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pelo que é mais fácil, aumentar o preço da água aos consumidores, uma medida socialmente injusta e penalizadora dos rendimentos das famílias. -----

Alternativas Ambientalmente Amigáveis: -----

O aumento no preço da água poderá desencorajar o uso excessivo e desperdício desse recurso precioso. No entanto, as medidas para promover o uso eficiente da água, como os investimentos em tecnologias de conservação e reutilização, constituem uma abordagem mais equilibrada e sustentável do que simplesmente aumentar os preços. -----

Em suma, enquanto é crucial garantir a sustentabilidade e eficiência na gestão dos recursos hídricos, os aumentos no preço da água devem ser cuidadosamente considerados para evitar impactos negativos desproporcionais sobre os consumidores locais, especialmente nos mais vulneráveis. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na 1ª sessão ordinária de 2024, no dia 21 de fevereiro, recomenda o seguinte: -----

- 1) É necessário continuar a promover a reutilização das águas, tratadas pelas ETAR'S, introduzindo as mesmas nos canais de rega já existentes. Promover a retenção, captação e armazenamento da mesma.** -----
- 2) No que respeita à rede de abastecimento, esta tem de ser inspecionada continuamente e ter a manutenção necessária para minimizar as perdas de água.** -----
- 3) Parar com os projectos de agricultura intensiva, grandes consumidores de água.** -----
- 4) Promoção de campanhas de sensibilização junto das populações, escolas, associações comerciais e outras entidades para combater o desperdício e o consumo excessivo da água.** ---
- 5) Não aumentar os escalões da água (ou, no mínimo, compensar a subida no preço dos escalões mais elevados com uma descida no primeiro escalão, que mantenha o custo total para uma família média sensivelmente inalterado).»** -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda traz esta moção que vem com a proposta da AMAL e do governo que está aqui na sua moção, que fala numa subida, ou seja, uma subida na água principalmente no segundo escalão. Mais uma vez são as famílias que vão pagar os excessos que outros fazem e que outros podem pagar e a nossa moção está aqui, ponho à discussão e quero que possivelmente que seja, que aquilo que nós queremos aqui, é que seja necessário encontrar e promover a utilização das águas tratadas pelas ETARES, introduzir as mesmas nos canais de rega já existentes, «promover uma retenção, captação e armazenamento das mesmas». -----

----- No que respeita à rede de abastecimento, tem que ser inspecionada», continuar a ter manutenção «necessária para minimizar as perdas de água». Promover «campanhas de sensibilização junto das populações, escolas, associações comerciais e outras entidades para combater o desperdício do consumo de água», e mais, o Bloco de Esquerda já trouxe aqui outras moções sobre a seca, já desde 2018 que foi chumbada aqui, 2019 que já foi aprovada que viemos com a ideia e que ainda está em estudos, que é da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dessalinizadora que ainda passado estes anos todos ainda não foi construída, ainda nem está prevista para construir e outros mecanismos que nós trouxemos aqui que foi discutido nesta Assembleia e até agora nada feito, e passando esses quatro anos o que a gente vê e o que é notório é que cada vez há mais agricultura extensiva, vê-se aqui no que já foi dito aqui também nesta Assembleia, no caso de Odiáxere que está ali uma agricultura extensiva de abacates, ali ao pé da Senhora do Verde, Mar e Serra também continua e que essa mesma está a ser retirada essa água que está a alimentar, essa agricultura extensiva dos abacates está a sair dos nossos poços. Por isso fica aqui para debate. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que relativamente à dessalinizadora já saiu o despacho para adjudicação da conceção de construção. Está publicado o despacho há cerca de uma semana, portanto já saiu o despacho. Já saiu o despacho, é a única coisa que lhe posso dizer é que é oficial. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre esta matéria a bancada do PSD é fácil ao contrário de outras a defender a posição. É conhecido na região a posição dos autarcas do PSD contra o aumento da taxa da água, unânime no partido sem ziguezagues, é conhecida as posições e em várias assembleias municipais. Eu aqui trago apenas uma questão porque se enquadra. A Presidente da Câmara Municipal de Portimão ainda não está, mas disse publicamente que em Portimão não aumenta, que é contra. Certo, parece que foi um pouco de arrasto após a AMAL ter votado que era a favor da subida, a maioria das câmaras socialistas, um bocado arrasto dos presidentes de Câmara do PSD. Houve lá uma votação e, portanto, aquilo que sabemos é que há um voto na AMAL de Portimão, em que segundo relatos ia no sentido de aumentar, entretanto há a semana passada uma proposta, aumento de tarifário pelo Conselho de Administração da EMARP, em que os vereadores têm acesso à documentação sexta-feira e de sexta-feira para ontem, terça-feira, houve uma mudança de opinião e, portanto, o ponto foi retirado e, entretanto vimos o senhor Vice-Presidente da Câmara em declarações também justificar o aumento. Agora, parece que já não, porque a Presidente de Câmara disse que não e, portanto, aquilo que queríamos perguntar é se o município ao invés de ficar calado que é o que parece neste ponto, poderia não ziguezaguear e justificar aquilo que entende para lá da resolução do Conselho de Ministros e afirmar politicamente qual é a posição que tem, que deve ter alguma, coerente e não ziguezagueando como aquilo que fez, porque temos uma palavra da Presidente de Câmara, uma posição do PS na AMAL e uma declaração do Vice-Presidente da Câmara, e depois temos documentação do Conselho de Administração da EMARP que não vai em nada no sentido daquilo que tem vindo a dizer e, portanto, perguntava diretamente ao executivo ou à bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal, se podem dizer qual é das três ou quatro posições que têm, qual é aquela que vão vender hoje para pelo menos sabermos. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que após reunião de Câmara desta manhã dia 21 de fevereiro, a senhora Presidente Dra. Isilda Gomes, comunicou aos presentes que o município não iria



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aumentar as tarifas de água no concelho. Atitude louvável. Esta medida do município, em contrapartida, irá promover massivamente campanhas de sensibilização ao combate e desperdício ao consumo excessivo. No entanto, a bancada do Partido Chega, aproveitando a essência da mesma, não deixará de criticar a letargia e inércia dos governos e poderes locais que há décadas não solucionam a escassez hídrica no Algarve-----

----- Os portimonenses não poderiam ser causticados com subidas de taxas, quando os verdadeiros e principais responsáveis assobiavam e descartavam soluções que poderiam ser, por exemplo, na drenagem ou autoestrada hídrica da barragem do Alqueva para as barragens do Algarve, minimizando perdas de água.

----- Dar iniciativa à dessalinizadora que porventura acho que já foi autorizada neste documento que acabámos de receber ainda agora. Reduzir plantações e regas intensivas. Proibir as piscinas de água doce, induzi-las para águas marítimas, etc., etc. Eu penso que esta moção, esta recomendação do Bloco de Esquerda em virtude destas últimas notícias já não está contemporizada com a realidade. -----

----- Não sei se o Bloco de Esquerda querará retirar esta moção, porque não a vemos sucinta à atualidade. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que na realidade, a reunião que houve na AMAL com a ERSAR, e explicando diretamente ao senhor deputado Carlos Martins, tanto é que também houve presidentes de Câmara PSD a dizer que iam aumentar a água. Portanto, na reunião só houve uma Câmara que disse e é das câmaras que mais perdas de água tem, que não ia aumentar a água, que foi a Câmara de Silves. Todo o resto e perante a ERSAR fazer a ameaça que com as Águas do Algarve o que vai acontecer é que o município que não cumprir com a quebra de quinze por cento, no mês a seguir será depositado nos seus depósitos menos quinze por cento. Isto foi o que se passou na reunião da AMAL. Perante isto, e com a presença de todos os municípios, ficou decidido então acatar o aumento da água, sendo que tinha que vir a executivo e tinha que ser aprovado em reunião de executivo municipal. O que é certo, é que já houve câmaras e a Câmara de Portimão não o quis fazer logo na primeira reunião que teve de Câmara, porque quis aguardar até que saísse a resolução do Conselho de Ministros também e quisemos fazê-lo com algum recado, tivemos já a acautelar o que é que podíamos fazer, porque tínhamos neste momento em cima da mesa perante a ERSAR que o aumento teria que ser feito e com a reunião com o senhor Ministro do Ambiente também. Nós o que dissemos sempre na AMAL, foi que já tínhamos aumentado a água no mês de janeiro, o aumento que fazemos anualmente e que não fazia sentido os munícipes de Portimão estarem a ser sacrificados com mais quinze por cento quando havia municípios que ainda não tinham aumentado. Perante depois já que não vamos ser solidários uns com os outros, o município de Portimão que também não queria aumentar, decidiu que também não vai aumentar, mas uma coisa é bem certa e o senhor deputado do Partido Chega já disse aqui. Vamos apostar muito forte na comunicação, a comunicação ficou entregue com a reunião com o senhor Ministro do Ambiente à Região de Turismo do Algarve. No entanto, os técnicos da EMARP já têm estado a fazer comunicação também direta à nossa população, vamos para as escolas também para incentivar os alunos por causa do consumo da água, porque na realidade o que temos que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fazer todos, o que temos que garantir é a redução de quinze por cento. O ano passado o município já poupou, o município no total nos jardins e nos edifícios municipais poupou vinte por cento, só que com o consumo humano de todo o município, igualamos ao ano anterior. Portanto, a Câmara Municipal já o ano passado poupou vinte por cento, mas a nível municipal a água que nos foi entregue foi igual ao ano anterior. Agora, o que sabemos é que daqui para a frente o município que não tiver menos quinze por cento de consumo de água, vamos estar sujeitos a que as Águas do Algarve no mês a seguir cortem no fornecimento de quinze por cento e temos que o gerir. Temos estado a reduzir os caudais, temos estado a ver a pressão e as perdas de água que somos dos municípios que menos perdas de água temos e queremos também fazer, como já tinha sido aqui, as nossas regas de jardins neste momento estão todas desativadas, as nossas fontes trabalham quinze minutos à tarde e quinze minutos de manhã para que os motores não colem, mas a água está a circular e é este o trabalho que temos estado a fazer. Comunicação, comunicar, comunicar, comunicar, tem sido. Agora, vão-me dizer, não é suficiente, o que é certo é que o município o ano passado já reduziu vinte por cento. Temos que trabalhar muito, mas é um bem e vamos ter que trabalhar todos em conjunto. Portanto, é uma preocupação de todos, mas o que é certo é que o município de Portimão com a EMARP já tem estado a fazer esse trabalho. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, ainda bem que esta moção do Bloco veio aqui a debate que já fez com que a água não subisse, porque aqui no jornal dizia que em março não subia, podia era subir em abril. Vá lá que a moção do Bloco já fez um travão aqui e mais, é por isso que a gente estamos cá, é por isso que a gente estamos cá, somos poucos, mas bons. E outra situação, já que fala que reduzir os quinze por cento, e que vai reduzir quinze por cento e que vão pagar multas e que possivelmente vai acontecer isso e reduzir os quinze por cento, faça o favor de dizer àqueles que gastam mais. Aqueles que gastam mais no terceiro escalão, esses é que devem reduzir a água, não é àqueles que poupam água e às famílias que gastam o primeiro e o segundo escalão, devem reduzir, a Câmara ter coragem de reduzir àqueles que gastam mais, aqueles que têm casas com piscinas, têm relvados e que têm os grandes hotéis, que consomem grandes consumos de água. Só para saber, uma vivenda na Quinta do Lago, uma pessoa gasta mil litros de água por dia. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda apresenta nesta Assembleia uma proposta de recomendação que intitula contra o aumento tarifário da água para as famílias. Estamos perante um desejo que certamente qualquer um de nós subscreveria, mas que num quadro de realismo nos leva a realizar algumas reflexões muito sérias. Como é do conhecimento público, o Algarve em particular atravessa uma crise hídrica sem precedentes que nos preocupa a todos nós. Esta crise cuja origem é difícil de determinar com exatidão no tempo, tem vindo a agravar-se nos anos mais recentes ao ponto de neste momento nos colocar numa situação muito crítica. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- A seca é determinada fundamentalmente pela quantidade de precipitação que tem diminuído nos últimos anos de uma forma drástica, mas também pelo aumento da procura, leia-se aumento dos consumos, em consequência do aumento que este bem essencial tem tido nos últimos anos. -----

----- Não gostaria de estar a maçar-vos com nomes em excesso, mas relativamente à nossa região e em particular ao Barlavento algarvio, merece uma reflexão a realidade a que chegámos após dezanove dias de uma esperançosa chuva no início do mês de fevereiro. -----

----- A barragem do Funcho, a reserva atual é de quarenta por cento, o que equivale a uma capacidade de dezoito mil vírgula nove hectómetros metros cúbicos. Barragem do Arade, a reserva está neste momento em dezasseis por cento da sua capacidade, quatro vírgula seis hectómetros. Barragem da Bravura, reserva atual doze por cento, capacidade quatro vírgula dois hectómetros. -----

----- No global as barragens do Algarve estão neste momento com trinta e quatro por cento da sua capacidade de armazenamento, contra os quarenta e cinco por cento do ano anterior nesta mesma data, o que representa em termos absolutos menos cinquenta e dois hectómetros cúbicos do que no ano passado. Se considerarmos a necessidade calculada do Algarve em oitenta hectómetros cúbicos por ano para o consumo público, e neste valor não está incluída a agricultura, a indústria e outras atividades marginais, estamos perante uma realidade assustadora. O que é que tem sido feito perante esta dura realidade? Tem sido feito bastante e muito certamente ainda continuará a ser necessário fazer. -----

----- De forma diagnóstica, desde há bastantes anos que se discute o problema na nossa região e em consequência foi construída uma rede de barragens que se pensava que conseguiriam reter a água necessária para a necessidade dos algarvios. Contudo, desde 2022 que em consequência dos abaixamentos dos níveis de armazenamento de água nas albufeiras se situar abaixo dos cinquenta por cento, soaram as campainhas de alarme e acelerou-se o processo de estudo participado e eu sublinho participado, das medidas mais ou menos urgentes a implementar. Só que de mais ou menos urgentes as medidas passaram a ser de necessariamente, e também sublinho necessariamente muito urgentes. -----

----- Os anos de 22 e 23 foram muito maus em termos meteorológicos e como consequência o volume de retenção das águas superficiais e subterrâneas foram muito baixos, daí a necessidade de juntar energias e sinergias e com o contributo de todos os que se têm mostrado disponíveis para o efeito, arregaçar as mangas e iniciar um duro combate.-----

----- Foi construído um plano regional de eficiência hídrica para o Algarve e dada a urgência, aceleradas as intervenções no plano nacional, regional e local, medidas estruturais foram acordadas, e sublinho acordadas com autarquias, agricultores, turismo, organizações de defesa do ambiente, etc. no sentido de minimizar os efeitos da seca, preservando os interesses vitais da região e dos seus cidadãos. Este é um processo dinâmico sujeito a permanente avaliação e dela dependerão as medidas que de forma sucessiva e faseada serão implementadas, não podendo em qualquer momento ser marginalizada qualquer delas. Repito, estamos perante uma situação de emergência, cujo fim nenhum de nós poderá adivinhar nem a curto, nem a médio prazo. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Seria exaustivo estar a dissecar medida a medida e os seus tempos de implementação, mas esclareço que os parceiros atrás referidos, entidades idóneas e representativas da comunidade algarvia, têm a capacidade de as gerir e de as articular em função das comunidades que representam sem que possa ser posto em causa o grande objetivo comum, combater a escassez hídrica do Algarve. -----

----- Por fim, de forma a enquadrar a posição da bancada do Partido Socialista face à recomendação agora apresentada pelo Bloco de Esquerda, diria que a mesma resulta numa redundância quanto às recomendações apresentadas, uma vez que as mesmas se encontram abrangidas tanto no documento «disponibilidades hídricas na região do Algarve» elaborado pela APA em 12 de janeiro de 2024, proposta de medidas para 2023/24 páginas vinte e dois a vinte e seis, como mais recentemente ontem na resolução do Conselho de Ministros nº. 26-A/2024, cuja leitura recomendamos. Pelas razões expostas, o Partido Socialista e a sua bancada não acompanha a proposta de recomendação apresentada e votará contra. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o problema da seca sempre houve no Algarve. Eu lembro-me em miúdo que ainda chegaram a cortar a água durante a tarde para combater a seca. Aos anos que nós vivemos, os planos não saem do papel, estamos nesta situação crítica e os planos não saem do papel e nós estamos, mais uma vez quem vai pagar são sempre os pobres, são as pessoas que estão aqui explanadas na nossa recomendação, porque os outros têm dinheiro porque gastam a água que quiserem e têm dinheiro para a pagar e vão continuar os mesmos desperdícios de água. O aumentar a água não vai salvar a água. Tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Contra o aumento do tarifário da água para as famílias - (subscrita pela Bancada do Bloco de Esquerda)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	0	2	2	1	1	1	12
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A proposta de Recomendação foi reprovada por maioria.** -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Voto de solidariedade – Pela dignificação e valorização salarial da carreira das forças de segurança - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « **Considerando que:** -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a) Nos últimos meses, na sequência da aprovação de medidas de valorização salarial dos inspectores da Polícia Judiciária (PJ), temos assistido a múltiplos protestos e manifestações públicas dos profissionais da Polícia de Segurança Pública (PSP), dos militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) e dos efectivos da Guarda Prisional, que têm reivindicado, entre outras medidas, o pagamento de suplementos remuneratórios idênticos aos aprovados para a PJ;-----

b) O normal funcionamento do Estado de Direito Democrático é incompatível, por natureza, com a existência de forças policiais e de segurança sem condições objectivas de trabalho, que dignifiquem o exercício da sua missão diária, contando-se entre as mesmas não só a melhoria das condições remuneratórias, nas suas várias componentes, mas igualmente os meios humanos e materiais que devem ser assegurados às várias forças no terreno e que permitam às mesmas o exercício das suas funções, com a dignidade, valorização e reconhecimento que lhes são devidos por toda a comunidade;-----

c) As referidas forças de segurança enfrentam diariamente desafios, exigências e dificuldades cada vez maiores no desempenho da sua missão, pelo que é de elementar justiça rever as suas condições remuneratórias, mas também valorizar e dignificar, de uma vez por todas, as respectivas carreiras e condições em que estes/as homens e mulheres defendem os direitos dos seus concidadãos, assegurando a ordem e a paz públicas; -----

d) Enfim, que os/as agentes da PSP, militares da GNR e guardas prisionais são profissionais essenciais na defesa e manutenção da segurança e da legalidade democrática, sendo inaceitável a degradação das suas condições de trabalho nos últimos anos e, de uma forma particular, a falta de melhoria das suas condições salariais e de trabalho,-----

Os eleitos da **Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ** (CDS-PP/ Nós, Cidadãos!/ Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 1ª Sessão Ordinária de 2024, realizada em 21 de Fevereiro, delibere manifestar a sua inequívoca solidariedade e total apoio às reivindicações dos/das profissionais e militares da PSP, GNR e Guarda Prisional, exortando o próximo Governo a iniciar, o mais rapidamente possível, após a sua tomada de posse, um processo negocial que permita acolher as suas reivindicações, valorizar as suas carreiras e melhorar as suas condições de trabalho.-----

Mais foi deliberado dar conhecimento do teor da presente moção e do resultado da votação da mesma aos Gabinetes do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro da Administração Interna, bem como às direcções nacionais da Associação Sindical dos Profissionais de Polícia – ASPP-PSP, da Associação dos Profissionais da Guarda-GNR e do SNCGP – Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria antes de mais fazer aqui uma observação que, ao mesmo tempo é uma informação na sequência aqui de uma intervenção que houve do público. Estas sessões não são transmitidas online por única e exclusiva responsabilidade do Partido Socialista que ao longo de vários anos tem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



inviabilizado essas transmissões, chumbando propostas de todas as forças políticas da oposição, incluindo a nossa e, portanto, só esse esclarecimento antes de mais. -----

----- A proposta que trazemos aqui neste período, a primeira proposta é um voto de solidariedade com as forças de segurança que estão como sabemos todos em protesto há vários meses, concretamente a PSP, a GNR e os guardas prisionais e que pedem igualdade de tratamento relativamente às condições salariais que foram oferecidas aos inspetores da PJ e, portanto, entendemos que a Assembleia Municipal deve aqui manifestar o seu voto de solidariedade com essa luta, exortando o governo, o próximo governo qualquer que ele seja, a repor aqui a igualdade salarial das várias forças de segurança.-----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge Silva Viana**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que é apresentado aqui pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz", um voto de solidariedade pela valorização salarial das carreiras das forças de segurança. Porém, e sem colocar em causa as reivindicações daquela classe profissional, achamos que é fundamental reconhecer que outras classes profissionais da administração pública também reivindicam melhores condições de trabalho e valorização salarial, todas elas igualmente justas e legítimas. Também queremos realçar que todas as classes profissionais desempenham papéis essenciais na sociedade e contribuem para o funcionamento do estado e o bem-estar de todos nós. -----

----- Apresentar votos de solidariedade seletivos pode criar divisões na sociedade e dominar a coesão social. O que não dirão os trabalhadores da administração local aqui representados pelos funcionários da autarquia, os técnicos terapeutas, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, os oficiais de justiça, os farmacêuticos do Serviço Nacional de Saúde, os técnicos de reinserção e serviços prisionais, os professores, os assistentes operacionais das escolas, os enfermeiros e tantos outros servidores públicos que se encontram ao dia de hoje em luta, reivindicando melhores condições de trabalho e valorização salarial e não serem reconhecidos por esta casa. Assim, é nosso entender que esta Assembleia deve ter um comportamento abrangente levando em consideração as preocupações e necessidades de toda a comunidade e não apenas parte dela. Isto com vista a promover a justiça social e a coesão. -----

----- Mais do que simplesmente expressar solidariedade em momentos de crise ou dificuldade, os partidos devem estar constantemente empenhados em entender e responder às necessidades dos trabalhadores, não apenas em retórica, mas com um compromisso genuíno com a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas que representa. Portanto, perguntamos aqui à Coligação "Portimão Mais Feliz" se está disponível para demonstrar solidariedade com todas as classes profissionais que se encontram em luta por melhores condições de trabalho e valorização salarial, pois esta Assembleia como representante de todos os munícipes, deve agir com imparcialidade, equidade ao conceder votos de solidariedade sem distinções. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que sobre esta moção, ou voto de solidariedade, o Partido Chega desde a sua fundação respeita e considera a segurança dos portugueses através das nossas prestimosas e dedicadas forças de segurança. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- O partido prometeu equiparar e valorizar salarialmente as forças de segurança aos da polícia judiciária. Assim e sempre, a bancada do Partido Chega está solidária e votará convictamente a favor deste voto. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente ao voto de solidariedade com as forças de segurança, o Partido Socialista equaciona três aspetos que parecem efetivamente fundamentais. O primeiro é o contexto em que esta proposta surge, depois as reivindicações em si mesmas e naturalmente as coerções, isto é, os comportamentos vindos destas reivindicações. -----

----- O PSD introduz e bem esta matéria a nosso ver, o Partido Socialista faz o entendimento de que de facto, enfim, é uma matéria corporativa, que, enfim, respeita a negociações sindicais com um governo que não como governo de gestão, e nesta conformidade parece que de facto é extemporânea esta proposta, porque tratando-se de um governo de gestão, não faz nenhum sentido fazer este tipo de apelos, não é? Não obstante, não podemos deixar de olhar para as reivindicações em si mesmas. As reivindicações em si mesmas são justas, aliás, ambos os líderes, enfim, dos partidos PSD, AD e PS já se manifestaram neste propósito, mas a verdade é que estando nós de acordo com a essência da justeza das reivindicações não podemos deixar naturalmente de reprovar aspetos que no domínio das forças da lei se tornam efetivamente graves, sobretudo porque hoje nem todos os meios justificam os fins, e é o caso sobretudo por aqueles que têm por missão agir pela lei e pela grei e, portanto, têm de ser os primeiros, porque o povo português exige que sejam os primeiros a cumprir a lei. O povo português não está disponível para capitólios. Nós temos um grande apreço pela ordem democrática, nós sabemos o quanto nos custou a ordem democrática e consequentemente a esse respeito essa grei não vacilará com comportamentos que vão efetivamente além da lei, que sugerem inclusivamente coerções inaceitáveis como foi a que vimos no último dia e que, enfim, já tinha situações de precedentes, não é? -----

----- Claro que este problema não vem de hoje, é certo que não tem havido equidade na função pública quando a apreciação salarial deveria de ser transversal às forças policiais no mínimo e não o é e consequentemente nós estamos de acordo com o propósito não negligenciável da justeza destas reivindicações. Enfim, é uma situação que era incidente e vejam só, tomo só aqui como nota da vossa paciência, durante o protesto em frente ao parlamento foram ouvidos insultos ao Primeiro-Ministro além das reivindicações dos profissionais da polícia, etc., etc. É claro que o Primeiro-Ministro era Pedro Passos Coelho. Portanto, nós temos que pensar se efetivamente as nossas polícias têm efetivamente uma cultura democrática, ou se efetivamente para além das reivindicações salariais também terão que ter alguma formação adicional nesse domínio, porque efetivamente a cultura democrática é a nosso ver imprescindível, não é imprescindível ter forças bem pagas, forças, enfim que tenham algum conforto e algum bem-estar profissional, é necessário que tenham forças absolutamente conscientes da defesa deste bem comum que é a democracia. Disse, senhora Presidente, muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para responder aqui ao repto que foi lançado. Obviamente que a proposta que está aqui em cima da mesa não havia de discriminar ninguém, porque a exemplo do que está aqui em cima em discussão, já anteriormente apresentámos em relação aos enfermeiros, em relação aos professores. Agora, é manifestamente impossível e era completamente inteligível essa proposta se fosse alargada a todas e quaisquer classes profissionais, nomeadamente à função pública, mas eu concordo com aquilo que o Ricardo Viana disse, realmente há aqui outras classes profissionais que têm sido também desprotegidas e que merecem também o nosso voto de solidariedade, a seu tempo se calhar virá aqui propostas, ou virão aqui propostas idênticas.-----

----- Relativamente àquilo que o PS disse, eu partilho das preocupações que o senhor deputado Figueiredo Santos aqui expressou, realmente os fins não justificam os meios. Agora, nós por alguns excessos que terão ocorrido e que ocorreram, nomeadamente anteontem, aquando do debate entre o candidato do PS e da AD, não só, mas foi a última, foi aquela mais visível que está mais recente na memória de todos. Não podemos aqui desmerecer a luta que é justa e reivindicações que são justas de uma classe profissional ou de três classes neste caso, GNR, PSP e guardas prisionais, que são perfeitamente razoáveis e injustas e não há céleres condições salariais que eu aqui referi também, são as condições de trabalho, sem a dignidade das carreiras profissionais e, portanto, não podemos aqui por uma parte minoritária dessas classes atacar a maioria dos representantes das classes. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Solidariedade – Pela dignificação e valorização salarial da carreira das forças de segurança (subscrita pela bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	1	3	2	2	1	1	1	23
ABSTENÇÕES	1	4	0	0	0	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	2	0	0	0	0	0	0	0	2

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**O Voto de Solidariedade foi aprovado por maioria.**-----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que faz uma pequena declaração de voto, explicando porquê, verbal. Como é do conhecimento público, eu sou deputada na Assembleia da República, faço parte da Comissão de Poder Local da Administração Pública e, portanto, havia um processo que no âmbito da comissão que é a décima terceira que acompanhei, de uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



negociação com a administração pública que estava a ser feita, quer nas carreiras gerais, quer nas carreiras especiais. As carreiras especiais obviamente dependem dos ministros da tutela, estamos a falar, por exemplo, na área da saúde, houve uma negociação praticamente até à dissolução da Assembleia da República nessa área e, portanto, há várias carreiras e falo também, por exemplo, no Ministro da Tutela da Defesa que não podem atuar publicamente, não podem fazer greve e, portanto, a minha solidariedade é com todas as carreiras gerais e especiais da administração pública, houve inclusivamente, a senhora Ministra fez um pacto social relativamente aos aumentos da administração pública e estávamos agora num período de negociação das carreiras. Há carreiras especiais que dependem da administração interna, há carreiras especiais que dependem, por exemplo, do Ministério da Justiça e em função disso, aceitando que obviamente até porque sou advogada de profissão, conheço a área da justiça, aceitando que as forças policiais e os militares da GNR que não estão a fazer greve porque não podem que são forças militarizadas, todos têm direito ao seu aumento e à sua negociação, mas muitas dessas carreiras como sabem foram congeladas e estávamos em período de negociação.-----

-----É do conhecimento público que este mandato foi interrompido, não é um mandato que tivesse terminado agora, portanto não terminou, portanto, este era um processo de negociação permanente. Eu estou a fundamentar a minha declaração de voto, eu estou a fundamentar a minha declaração de voto que é verbal, pronto. Não, a declaração verbal eu nunca impedi ninguém de fazer a declaração verbal. Ó senhor deputado, se me permitir eu termino já e, portanto, em função daquilo que eu tenho conhecimento enquanto deputada da Assembleia da República, só por isso é que votei da forma que votei. Não que esteja contra, pelo contrário, não estou contra aquilo que são as reivindicações das forças de segurança, como não estou contra as reivindicações das forças, portanto dos profissionais da área da saúde, como dos profissionais da área do ensino, como de outras carreiras especializadas, por exemplo, do Instituto Nacional de Estatística. Há uma série de profissionais de reinserção social, há uma série de carreiras especiais que precisam todas, estou a falar nos oficiais de justiça que precisam de um novo estatuto dos oficiais de justiça que há mais de um ano e meio que andam a pugnar por isso e, portanto, o meu voto contra não é contra aquilo que é as legítimas expectativas das forças de segurança, é em função de um todo e daí o meu voto contra. Muito obrigada e obrigada pela vossa paciência. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Sobre o combate à seca extrema e promoção da sustentabilidade hídrica no Concelho de Portimão - (subscrita pela bancada do PAN)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « **Introdução:-----**O concelho de Portimão enfrenta atualmente uma situação de seca extrema, assim como todo o Algarve, que ameaça a disponibilidade de água potável e a saúde dos ecossistemas locais. A falta de chuva regular e a crescente demanda por água, muito devido ao crescimento da cidade, representam um desafio significativo. É imperativo que a Assembleia Municipal de Portimão tome medidas imediatas para enfrentar esta crise e promover a sustentabilidade hídrica no nosso concelho. -----



Recomendações:-----

1 - Criação de uma Equipa Multidisciplinar de Consciencialização:-----

A Assembleia Municipal de Portimão recomenda a criação de uma equipa multidisciplinar composta por especialistas em recursos hídricos, educação ambiental e comunicação. Esta equipa será responsável por visitar escolas, empresas e organizações locais para ministrar workshops sobre a importância da conservação da água, práticas de uso eficiente da água e medidas para combater a seca. Além disso, a equipa deve oferecer workshops online para alcançar um público mais amplo. -----

2 - Projeto Piloto de Mobiliário Urbano Hídrico: -----

O Grupo Municipal do PAN propõe a implementação de um projeto piloto que envolve a instalação de 12 peças de mobiliário urbano hídrico em pontos estratégicos do concelho. Essas estruturas serão projetadas para capturar, armazenar e utilizar a água da chuva de forma eficiente. Espera-se que essas estruturas, quando totalmente implementadas, sejam capazes de coletar aproximadamente quarenta mil litros de água da chuva. -----

Esta implementação, que está a ser testada na freguesia de Arroios, desde fevereiro de 2023, é única no país.-----

A empresa responsável pela criação dos equipamentos é a empresa portuguesa Polinnovate, que tem a patente de um sistema, também ele inovador, de utilização de resíduos de plástico reciclado.-----

Segundo informações da própria Junta de Freguesia, em entrevista ao DN:-----

“Falamos de dois tipos de equipamento, bancos de três lugares e cogumelos, assim chamados pela sua forma.”-----

a. Captação de Água da Chuva:-----

“Os bancos têm a forma de um paralelepípedo com uma ranhura fina no tampo, por onde se infiltra a água, e o próprio banco é o reservatório de água. -----

Cada um dos bancos tem uma capacidade de armazenagem de água que ronda os 250 litros. -----

Os cogumelos são cilindros com cerca de 2,60 metros de altura e têm uma espécie de chapéu de chuva invertido com a inclinação certa para recolher a água da chuva, que é canalizada para o interior do cilindro.

Têm uma capacidade de armazenagem de cerca de 650 litros cada. -----

Além de darem sombra e recolherem água, os cogumelos têm uma floreira na parte superior, que se rega a si própria, e na base há um conjunto de oito floreiras que vão subindo em espiral, o que torna este mobiliário também decorativo.-----

No total, permitem recolher cerca de 3900 litros, 2500 litros dos dez bancos e 1400 dos cogumelos.”

b. Armazenamento e Tratamento da Água:-----

“Essa água pode ser vazada através de um equipamento próprio para um reservatório de transição e depois para dois reservatórios, de 21 mil litros cada, onde será feita a armazenagem final da água da chuva.”-----

Em pontos de maior pressão hídrica, é aconselhável a existência desses depósitos de modo a aumentar a capacidade de armazenamento.-----



c. Uso Sustentável da Água Coletada:-----

“A água armazenada será usada principalmente no verão, para a irrigação de espaços verdes públicos ou para lavagem de ruas, reduzindo a dependência dos recursos hídricos convencionais e promovendo a sustentabilidade ambiental.”-----

Associada a um sistema de rega eficiente, fora das horas de maior calor para prevenir a evaporação, deverá reduzir substancialmente a utilização de água no concelho.-----

Conclusão:-----

O Grupo Municipal do PAN reconhece a importância de adotar medidas proativas para enfrentar a seca extrema e promover a sustentabilidade hídrica no nosso concelho.-----

As recomendações acima mencionadas visam abordar esta questão de forma holística, envolvendo a comunidade local na consciencialização e na implementação de soluções práticas. As implementações destas medidas são fundamentais para garantir um futuro sustentável e resiliente para Portimão. Sugerimos a sua instalação no novo parque verde da cidade. -----

Assim, solicita-se que esta recomendação seja discutida e votada pelos membros da Assembleia Municipal de Portimão, com o objetivo de aprovar as medidas propostas e tomar ações concretas para enfrentar a seca extrema e promover a sustentabilidade hídrica no nosso concelho.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que a sua moção vem exatamente no sentido do que já foi aqui apresentado pelo Bloco de Esquerda e que também já foi apresentado por um dos munícipes relativamente à seca. Temos duas recomendações, a criação de uma equipa multidisciplinar de consciencialização que parece que pela informação que o senhor Vice-Presidente deu há pouco já está nesse caminho, portanto já estamos pelo menos aqui já estamos no caminho certo e também da criação de um projeto piloto, mobiliário urbano hídrico para a colheita de água da pouca chuva que temos para a utilização em épocas de maior necessidade, nomeadamente no verão, ou mesmo que se verifiquem sem ser no verão, se verifiquem mais oportunas. Penso que a moção é explícita e deixo à consideração. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o PSD analisou a proposta do PAN e tem algumas considerações a fazer, nomeadamente quanto à criação de equipa de consciencialização, como já aqui foi dito, a EMARP já tem pessoas a fazer este trabalho, pessoas que vão às escolas, há comunicação no site, em documentos também, também a Águas do Algarve tem uma equipa muito bem formada, muito bem informada, bastante dinâmica que já tem vindo às escolas do município, tem percorrido várias instituições e empresas de todo o Algarve e sem custos acrescidos para o município. Por isso não sabemos, ou duvidamos, que a criação de uma nova equipa de consciencialização do município seja uma proposta adequada. -----

----- No projeto piloto de mobiliário urbano, reconhecemos a utilidade deste tipo de equipamentos, achamos que a solução deva ser estudada. No entanto, é importante conhecer qual é que é o valor desta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



proposta, e é necessário também ter presente que existem opções que ainda não foram exploradas, nomeadamente a recolha de águas pluviais das coberturas dos edifícios também para o mesmo efeito, para regas de espaços verdes ou a recolha de águas também de redes pluviais que possam ser reutilizadas também para esse fim. Tenho dito. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, esta recomendação, a bancada do Partido Chega diz que a recomendação é piloto sobre a sustentabilidade hídrica, poderá ser um princípio desejável e torno a repetir, desejável a implementar no nosso concelho. Será recomendável ao executivo a obtenção de mais informação e saber se será justificável para o nosso concelho. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, só para dizer que tratando-se da mesma temática, das mesmas preocupações e da mesma falta de oportunidade na sua apresentação face àquilo que já explanei anteriormente, estas preocupações embora simpáticas, serão, o Partido Socialista não as acompanha, estão todas em marcha e estão contidas nos dois documentos referidos, pelo que o Partido Socialista votará contra. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que embora seja de mau tom a publicidade “descarada” que se encontra explanada no texto desta moção, achamos que esta medida não contribui em nada para o combate à seca extrema na região do Algarve. Consideramos que o dinheiro investido neste tipo de mobiliário urbano deveria ser investido nas autarquias para colmatar a perca de água na rede controlada pela própria autarquia. Por isso não iremos acompanhar esta proposta. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, só ter a oportunidade de poder responder aos pontos que foram apresentados. E começo pelo fim porque acaba por ser mais fácil. -----

----- Relativamente à intervenção do membro da Assembleia Lurdes Melo, relativamente ao dinheiro ser aplicado nas redes, o valor que aqui está para aplicação nas redes é irrisório, portanto não tem grande lógica e a contribuição de todos, como já existe a campanha «todas as gotas contam» e estas também contarão.

----- Relativamente à intervenção do PS, se estas medidas que aqui apresentamos já estão contidas, não percebo porque é que não acompanham? É já as medidas que os senhores também as têm, portanto não faz grande sentido não acompanhar. A falta de oportunidade já há mais de um ano que questiono aqui nesta Assembleia o que é que o município pensa fazer relativamente à seca. A resposta tem sido sempre, está a ser tratado na AMAL. O que foi tratado na AMAL, foi aumentos, mais nada, senhor deputado do PS. -----

----- Relativamente ao que foi apresentado pelo PSD, é verdade, a EMARP vai ter soubemos há pouco, esta moção já foi apresentada há uns quantos dias para os nossos serviços, soubemos há pouco pelo senhor Vice-Presidente que a EMARP vai ter.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Relativamente às equipas que as Águas do Algarve já têm, aparentemente o resultado é baixo e essas equipas das Águas do Algarve podem sempre ser reforçadas com equipas do município que neste caso já estamos a ver que vai ser. Portanto, o senhor Vice-Presidente já apresentou. -----

----- Relativamente à recolha de águas pluviais nos edifícios, acompanharemos, apresenta aí essa moção e nós acompanharemos com a mesma. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação - Sobre o combate à seca extrema e promoção da sustentabilidade hídrica no Concelho de Portimão - (subscrita pela bancada do PAN)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: ----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	2	2	0	1	1	6
ABSTENÇÕES	0	5	3	0	0	0	0	0	8
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	1	0	0	16

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Recomendação foi reprovado por maioria.**-----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Fiscalização e melhoria das condições de alojamento da comunidade imigrante residente no Concelho de Portimão- (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)**, cujo teor se transcreve na íntegra:«
Considerando que: -----

a) Nos últimos anos, a comunidade imigrante residente no concelho de Portimão tem crescido de forma significativa, residindo a mesma, em grande número e de uma forma mais visível, no centro da freguesia e da cidade de Portimão;-----

b) São conhecidas e cada vez mais frequentes situações de sobrelotação das fracções autónomas ou moradias habitadas por muitos cidadãos imigrantes que escolheram o concelho de Portimão para fixar a sua residência e trabalhar, tendo também sido detectadas algumas situações de residência de membros dessa mesma comunidade em espaços ou unidades prediais cuja autorização de utilização emitida pela Câmara Municipal de Portimão apenas permite o exercício de actividades comerciais ou para armazéns/garagens e não para habitação;-----

c) As situações referidas configuram, antes de mais e na maioria dos casos, fenómenos de evidentes más condições de habitabilidade e segurança para os imigrantes residentes, impróprias de habitações com condições para albergar seres humanos, sem a higiene, salubridade e segurança próprias de um país europeu civilizado do século XXI, que sabe acolher e integrar devidamente a sua comunidade imigrante;-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



d) Da mesma forma, as referidas situações também constituem, em muitos casos, o resultado de abusos e de exploração sobre a comunidade imigrante, sendo conhecidos casos de pessoas que arrendam o mesmo apartamento ou casa a preços exorbitantes a dezenas de cidadãos imigrantes, beneficiando assim de lucro fácil obtido à custa da necessidade e falta de informação dos imigrantes, que são quase obrigados a pagar valores muito elevados por alojamento sem quaisquer condições de habitabilidade; -----

e) Também para os demais residentes, as referidas situações representam um perigo, sendo conhecidos casos – nomeadamente, em Lisboa – de incêndios com origem em apartamentos sobrelotados com dezenas de cidadãos imigrantes, que inclusivamente provocaram vítimas mortais;-----

f) A Câmara Municipal de Portimão tem, no âmbito das suas competências de fiscalização administrativa, o dever de assegurar a conformidade da utilização dos prédios em relação ao título emitido pela autarquia, prevenindo assim, designadamente, os perigos e consequentes riscos que da sua utilização indevida possam resultar para a saúde e segurança das pessoas; -----

g) Enfim, além do que se deixou referido, as situações de falta de condições de habitabilidade de cidadãos imigrantes podem ter ainda origem, em muitos casos, na deficiente integração dos imigrantes na nossa comunidade,-----

Os eleitos da **Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ** propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 1ª Sessão Ordinária de 2024, realizada em 21 de Fevereiro, delibere recomendar ao Executivo Permanente da Câmara Municipal de Portimão:-----

1) O reforço da fiscalização administrativa em imóveis situados no centro da cidade de Portimão, em que haja evidência ou denúncia de sobrelotação ou utilização desconforme com a respectiva licença de utilização emitida pela Câmara Municipal de Portimão, com a adopção de todas medidas de reposição da legalidade e sancionatórias que couberem a cada caso; -----

2) O reforço do trabalho técnico de apoio à integração dos imigrantes no concelho de Portimão, com uma incidência especial no acompanhamento das suas condições de habitabilidade.» -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, como é do conhecimento público, o nosso país enfrenta um desafio enorme nos dias de hoje que é o acolhimento e a degradação das comunidades imigrantes que procuraram Portugal para trabalharem, para exercerem cá as suas atividades académicas e para viverem em Portugal, e em várias zonas do país, concretamente em Portimão temos uma comunidade imigrante cada vez mais numerosa, que nomeadamente no centro da cidade opta por arrendar imóveis para se instalar.-----

-----O que se tem verificado em Portimão e noutros sítios, mas concretamente em Portimão e particularmente no centro histórico de Portimão, é que existem imóveis em sobrelotação que têm, enfim, algumas dezenas de pessoas em condições muitas vezes sub-humanas onde nem animais deveriam estar se calhar naquelas condições e estão seres humanos, que não oferecem condições de segurança nem para os próprios, nem para as pessoas que residem à volta e, portanto, aquilo que nós propomos é que haja um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



reforço da fiscalização da autarquia em relação a esses fenómenos da sobrelotação e uso indivíduo de imóveis que estão licenciados, por exemplo, para garagens ou para lojas estão a ser utilizados para habitação e que haja também aqui um reforço do trabalho que já vem sendo feito pela autarquia, de acolhimento e integração desses imigrantes na nossa comunidade. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que sobre esta proposta de recomendação, ele diria que o Partido Chega foi sempre a favor de uma imigração regulada e condigna. -----

----- Segundo um estudo da *Lisbon Public Law*, ao inquirirem cidadãos sobre imigração, conclui que oitenta vírgula sete por cento dos inquiridos concordam com a regularização de imigrantes e criticam a falta de controlo e fiscalização sobre a vivência dessas minorias. -----

----- A recomendação trazida a esta Assembleia, está provida de um melhor humanismo, sociabilidade e de integração condigna. Logo, a bancada do Partido Chega pelas razões supra expostas, votará favoravelmente. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, na verdade, nós temos a constatação de que os fluxos migratórios têm sido centrais em vários governos, quer de direita, quer de esquerda, e é uma questão essencial e que tem a ver com o facto de nós sermos um povo de emigrantes e de já termos vivido no *Vision Vill*, e não me caberia não só enquanto profissional do serviço social, como enquanto deputado do Partido Socialista, anuir a uma proposta de fiscalização dos indivíduos e ter uma perspetiva administrativista da sua vida sem que previamente a sua experiência de vida aqui entre nós que deveria de ser objeto de um melhor acolhimento, sem dúvida que sim, devia de ser objeto de uma melhor regulação, não aceitaria de forma alguma, enquanto metodologia de trabalho, fiscalizar como ponto primeiro a vida dos indivíduos, sem que um setor da ação social preferisse a qualquer política fiscalizadora. Portanto, eu diria que há uma metodologia do serviço social própria para a abordagem destes problemas e por respeito a esses profissionais, por respeito aos profissionais das ciências sociais que os advogados não incorporam, será inaceitável uma proposta deste género que não tenha precedente uma ação social determinada, uma prática social de integração social de reunificação familiar que é isso que efetivamente nos cumpre fazer, que é tratar os humanos como humanos e não chamar a uma política desumana, humanidade. Portanto, nós aqui estamos efetivamente nos antípodas, privilegiando uma ação social numa primeira fase, em detrimento de uma política de policiamento das famílias. Portanto, eu diria que não está aqui em causa a questão de uma análise, do contributo económico dos imigrantes, enfim, dos mil e seiscentos milhões não é isso que está em causa, o que está em causa é olhar para as pessoas como pessoas que elas são e investir com elas uma experiência de acolhimento com uma metodologia da ação social, uma metodologia de intervenção social que efetivamente seja profícua para que se sintam bem e simultaneamente para que possam efetuar a mudança social que é necessário que façam, porque já estão digamos em condições de exploração absolutamente desumanas. Portanto, é neste contexto que nós, e só neste contexto, porque a proposta intrinsecamente é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



boa, mas é este o contexto que determina que de facto nós votemos de forma adversa à proposta. Muito obrigado, senhora Presidente. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para responder a esta intervenção do senhor deputado Figueiredo Santos. Eu vou ler aqui o *ponto dois da recomendação, diz assim, «reforço do trabalho técnico de apoio à integração dos imigrantes no concelho de Portimão, com uma incidência especial no acompanhamento das suas condições de habitabilidade»*. Isto é o que diz o ponto dois. E nos considerandos que eu abster-me de ler porque não tenho tempo suficiente para ler tudo na íntegra, que o senhor deve ter lido com atenção, espero eu, estão manifestadas as preocupações que o senhor aqui também veiculou e com as quais nós estamos completamente de acordo. Portanto, se é aqui uma questão de precedência que incomoda o Partido Socialista e que impede o Partido Socialista de votar favoravelmente a proposta, nas preocupações estamos alinhados felizmente, não está aqui em causa o acolhimento dos imigrantes, antes pelo contrário. Se a questão é a precedência nessas duas propostas dispositivas, nós alteramos a ordem e, portanto, a questão da integração fica em primeiro lugar e em segundo lugar ficará a questão da fiscalização, não é a fiscalização administrativa no sentido repressivo. É para dar dignidade e condições de habitabilidade aos imigrantes, é nesse sentido, para tratar de forma digna, é aquilo que nós também pedíamos quando íamos para o estrangeiro, os emigrantes portugueses iam para o estrangeiro, é tratar de forma digna quem vem para cá trabalhar e contribuir para a riqueza do país. É essa a nossa preocupação. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, de forma muito lacónica, dizer que a metodologia da ação social, ou teoria de intervenção social não supõe, antes pelo contrário, não supõe a fiscalização. Portanto, desde que os senhores retirem a fiscalização, muito bem de acordo e nós votaremos favoravelmente. Se não retirarem a fiscalização, esse administrativismo e essa tendência de controle e de policiamento das pessoas está intrínseco à vossa ideologia, nós, muito bem. Ok, obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer portanto, faz essa proposta de alteração? Ok, sim, sim, já percebi, ok. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que fica estupefacto com estas declarações do PS sobre a questão do administrativismo, sobre a questão da fiscalização, sobre a questão da humanização. Se há partido que nos últimos anos desumanizou a imigração foram os senhores quando acabaram com a obrigatoriedade das pessoas que vêm para cá ter contrato de trabalho. Isto é o maior fator que contribui para a desumanização dos imigrantes. Portanto, os senhores agora vêm aqui dizer que no alto da sua, enfim, eloquência, falar sobre isto, foram os senhores que foram causadores disto, aliás, a própria União Europeia já veio fazer reparos a Portugal, tem que alterar a lei. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que pretendo apenas um esclarecimento do senhor membro da Assembleia João Caetano. Quando sugere uma fiscalização administrativa em imóveis, se a mesma recairá sobre os proprietários que arrendam estes imóveis? Ou pelo contrário se o que aqui se está a discutir é essa fiscalização incidirá sobre as pessoas que ocupam(habitam) nesses imóveis. É isso? Percebi bem? Muito obrigado pelo esclarecimento. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Fiscalização e melhoria das condições de alojamento da comunidade imigrante residente no Concelho de Portimão - (subscrita pela bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	2	1	1	1	1	9
ABSTENÇÕES	0	4	0	0	1	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	15	1	0	0	0	0	0	0	16

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Proposta de Recomendação foi reprovada por maioria.** -----

-----**No Seguimento desta votação, a bancada do PSD, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «A abordagem à fiscalização das condições de alojamento sobrelotadas deve ser feita de forma holística e considerar os potenciais impactos sociais, como o aumento do número de pessoas sem abrigo, especialmente quando não há soluções de realojamento adequadas disponíveis. ----- É fundamental reconhecer que a questão de habitações sobrelotadas não é exclusiva da comunidade imigrante e que ao dar ênfase a essa comunidade pode ajudar a criar e perpetuar estigmas. Considero que as políticas e ações devem visar abordar as causas subjacentes à sobrelotação e à falta de habitação de uma forma mais inclusiva. -----

Para abordar eficazmente esses problemas, é necessário um esforço coordenado que envolva as diversas partes interessadas, incluindo o município, as juntas de freguesia, organizações da sociedade civil, representantes das comunidades imigrantes, etc. Isso pode envolver a implementação de políticas que promovam a disponibilidade de habitação acessível e adequada, o desenvolvimento de estratégias de realojamento que atendam às necessidades das pessoas afetadas e o combate à especulação imobiliária que contribui para a crise habitacional. A fiscalização sem uma solução de realojamento viável pode resultar na retirada de pessoas das suas habitações sem que haja capacidade para oferecer alternativas, o que pode levar ao aumento do número de pessoas em situação de sem abrigo. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Dessa forma, dado que esta questão requer uma abordagem holística, estrutural e abrangente, o meu voto é contra a recomendação apresentada.»-----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Conselho Municipal de Cultura- (subscrita pela bancada do PS**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Considerando que:-----

Mais do que uma característica essencial de uma sociedade, a cultura pode ser considerada como elemento principal que difere uma região, uma nação de outra. Os Costumes, a música, a arte e principalmente o modo de pensar e agir fazem parte da cultura de um povo e devem ser preservados para que nunca se perca a singularidade do coletivo em questão. A cultura deve ser encarada como um bem essencial, como uma aposta estratégica e uma via estruturante para o desenvolvimento do concelho. A cultura é a identidade mais intrínseca de qualquer comunidade, transversal a todos os setores da sociedade, podendo ter um impacto avultado nas áreas da educação, coesão social, economia, turismo e outras, com consequências muito concretas na qualidade de vida das populações. A cultura deve ser um dos principais fatores de desenvolvimento do concelho de Portimão, deve promover o diálogo com os diversos agentes culturais locais, regionais e associações diversas, de forma a incrementar a sua intervenção na estratégia cultural municipal. - Considerando que: -----

A cultura é parte da vida e um direito que tem de ser garantido. Para isso é necessário responder aos desafios da sociedade atual, investindo na participação ativa das associações na vida cívica e cultural da cidade, através das estruturas consultivas, garantindo a promoção de um diálogo plural que incrementará a promoção e dinamização da cultura. Assegurar e potenciar a coordenação das atividades desenvolvidas pelo Município de Portimão, em diálogo com as diferentes entidades públicas e privadas, Universidades e outros agentes educativos, contribuirá para aumentar a diversidade dos projetos culturais.-----

A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, define, no seu artigo 23º, atribuições na área da cultura aos Municípios e determina, no artigo 33º, que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza cultural de interesse para o Município, nas quais se pode inserir o Conselho Municipal de Cultura.-----

Vimos por este meio propor a criação do Conselho Municipal da Cultura!-----

-A cultura tem, de facto, um papel relevante na vida dos cidadãos, na melhoria da sua qualidade de vida, na afirmação dos territórios e na valorização das imagens das cidades, pelo que se pretende que a articulação entre as diversas entidades culturais e o Município seja cada vez mais profícua, designadamente através de um Conselho Municipal de Cultura, de natureza consultiva, no âmbito do qual possam ser discutidos e apresentadas propostas e os mais diversos programas e atividades culturais.-----

O Conselho Municipal de Cultura deverá ser composto por representantes de diferentes agentes culturais, designadamente, da música, do cinema, do teatro, da arte, história, dos escritores, da arquitetura e associações culturais e recreativas, assim como do mundo académico e educativo. -----

O Conselho Municipal de Cultura deverá assumir-se como um local de debate e promoção da cultura em Portimão, e desempenhar um papel central no debate sobre as dinâmicas culturais e artísticas do concelho, sem qualquer limitação política. Assim, o Conselho Municipal deverá colaborar na reflexão estratégica sobre a cultura,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



através da mobilização dos agentes culturais do Município e outras, e da discussão sobre as grandes linhas estratégicas para esta área. Fomentar a melhoria das condições de acesso às produções culturais, na defesa do património cultural e garantir a preservação do património imaterial da memória histórica, social e artística.--- Propomos ainda a criação de um grupo de trabalho coordenado pela vereadora do pelouro, para doravante se definir linhas orientadoras de trabalho, de implementação e formação do referido Conselho Municipal.»-----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **José Júlio de Jesus Ferreira**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que esta proposta depois de alguns considerandos e depois de resumir e muito, propõe a criação do «Conselho Municipal de Cultura, que deverá ser composto por representantes de diferentes agentes culturais, designadamente, da música, do cinema, etc. -----

----- «O Conselho Municipal de Cultura deverá assumir-se como um local de debate e promoção da cultura em Portimão, e desempenhar um papel central no debate sobre as dinâmicas culturais e artísticas do concelho, sem qualquer limitação política. Assim, o Conselho Municipal deverá colaborar na reflexão estratégica sobre a cultura, através da mobilização dos agentes culturais do Município e outras, e da discussão sobre as grandes linhas estratégicas para esta área. Fomentar a melhoria das condições de acesso às produções culturais, na defesa do património cultural e garantir a preservação do património imaterial da memória histórica, social e artística». -----

----- Esta proposta também ainda propõe «a criação de um grupo de trabalho coordenado pela vereadora do pelouro, para doravante se definir as linhas orientadoras de trabalho, de implementação e formação do referido Conselho Municipal». Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que vai aqui citar Bento Jesus Caraça, que desenvolveu no entendimento amplo da cultura que não se esgota nas fronteiras da cultura artística, mas que assume a cultura como um fator de emancipação humana, aquisição da cultura como fator de conquista da liberdade. É com esse entendimento que consideramos que quer no mundo contemporâneo que é claro em Portugal, a cultura não é um monopólio de uma elite, mas como um valor e um bem do povo, daí o nosso empenho em sua defesa e demonstração como elemento de liberdade, de ser humano e da democracia política. -----

A cultura não pode ser esquecida, desvalorizada e ameaçada como vem vindo a ser desde logo pela sua sobreorçamentação crónica. -----

Na verdade, o estado nos seus orçamentos não pode atribuir mais dinheiro a parcerias público-privadas do que à cultura. Por isso, defendemos que seja destinado a este setor um por cento do PIB. Iremos mesmo assim acompanhar esta proposta. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, diria que sobre esta proposta, mais uma comissão extemporânea a vislumbrar. Uma proposta, um Conselho Municipal, proposta de recomendação, eu peço desculpa. Mais uma proposta de recomendação extemporânea a vislumbrar. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- O PS preside à Comissão Permanente do Património, Cultura e Turismo e até hoje não requisitou nenhuma comissão dessas. Portanto, será mais uma comissão a acrescentar, um conselho a acrescentar à anterior. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, só um esclarecimento porque como já não têm tempo já estamos nas últimas moções, portanto só falta mais uma, eu penso que o tempo está a demorar, aquilo que é a proposta é um Conselho Municipal. Um Conselho Municipal é um órgão consultivo, digamos assim do executivo, foi aquilo que eu percebi. Aquilo que nós temos no âmbito da Assembleia Municipal, mas eu não estou a defender uma coisa ou outra, eu só estou a dizer do ponto de vista técnico. -----

----- As comissões que o senhor Mário Espinha, o senhor deputado fez referência são comissões que trabalham criadas no âmbito da Assembleia Municipal. Este é um órgão consultivo, cuja proposta é ser um órgão consultivo do executivo municipal, da senhora Presidente da Câmara. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, sim, nós sabemos o que é exatamente o que é exatamente e a diferença. Acharmos é extemporâneo, se existe uma comissão e o PS preside a uma comissão em que esse assunto está lá, passa dois anos, nunca marcou uma reunião, porque é que agora vem apresentar esta proposta? É tão simples quanto isto, porque as coisas interagem uma com a outra, como é óbvio, não é? Portanto, não vimos qualquer justificação para vir criar um Conselho de Cultura, quando existe uma comissão que é presidida pelo vosso partido e nunca marcaram nada. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado Paulo Canha, eu já tinha esclarecido essa situação, mas tudo bem. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que acha que é muito sensato a bancada sobretudo do Partido Socialista trazer a criação deste órgão consultivo ao executivo, porque efetivamente salientam uma coisa que todos nós já evidenciámos há muito tempo, é que o Partido Socialista a nível de executivo tem uma pouca estratégia, pouca visão para a cultura e é demonstrativo de que tem que ser um órgão consultivo a tentar trazer algum dinamismo, alguma vivacidade a integrar nos membros associativos e culturais do município, a tentar que haja uma estratégia comum e que se consiga valorizar o muito que é a cultura como pouco meio político consegue fazer no meio social da cidade e, portanto, em primeiro lugar, naturalmente que o PSD é a favor, subscreve a criação do Conselho Municipal da Cultura, achamos que é fundamental porque o executivo não consegue fazê-lo, demonstra taxativamente e reiteradamente que não tem visão, capacidade, força para querer unir as pessoas em torno da cultura e então às vezes vai buscar sempre aos mesmos, tem muita qualidade e talento, mas agarra nos mesmos, repete o mesmo autocolante, se isto fosse aquele jogo o peixinho estavam sempre a ganhar, porque estão sempre a repetir o mesmo, mas, portanto, somos a favor. Eu podia ter usado outro jogo, mas depois evidenciar quem é a pessoa que tem qualidade cultural do concelho e que é muitas vezes chamada à ação literalmente, mas sobre o resto e há uma questão que também é importante salientar. ----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Falaram aqui e temos todos responsabilidades, todos, quem é a presente comissão não é das comissões de acompanhamento, da Assembleia Municipal que são um órgão, um braço consultivo da Assembleia Municipal sobre estas temáticas, e aqui queria deixar uma nota com a responsabilidade que também me toca, porque todos nós temos e eu e o PSD também o tem. No entanto, é evidente e deixar neste ponto precisamente porque houve esta, é quase uma distopia, mas houve aqui esta situação de quase confundirmos as coisas que não tem nada a ver, mas dizer que efetivamente estamos a evidenciar uma ausência de trabalho, uma carência de trabalho nas comissões de acompanhamento da Assembleia Municipal e recordar que eu só estive no mandato anterior, eu não era autarca antes e que quem faz política a tempo inteiro tem uma maior responsabilidade de proximidade e de acautelar que também acontece e, portanto, que este até chamariz que invocámos aqui, a outra bancada sobre a confusão de nos faça crer que começemos a reunir mais com o apoio também da mesa da Assembleia Municipal que é sempre fundamental nesta matéria e que até podemos começar pela cultura para depois debater o Conselho Municipal da Cultura. Posto isto, a favor e ainda bem que o PS reconhece que o PS não consegue ver que a cultura é um caminho que tem de seguir unindo esforços e trabalhando mais no setor social. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria só fazer um esclarecimento. As comissões, portanto as presidências foram distribuídas, mas há uma comissão que já reuniu duas ou três vezes, que é a Comissão das Comemorações do 25 de Abril e, portanto, essa temos que lhe dar a justiça. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, queria só relembrar que a comissão a que o Chega preside já fez duas ou três também. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, é verdade, é verdade sim senhora, da educação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, é interessante observar que a crítica à inoperatividade de algumas comissões é por contraponto aqui objeto da adversidade relativamente àqueles que fazem. Será desejável que o façamos? Porventura não. Então, vamos ver que o que está aqui em causa verdadeiramente e se houver sensibilidade para isto, nós perceberemos que verdadeiramente aquilo que Portimão tem feito tem sido difusão cultural. E aquilo que se pretende em termos orgânicos com esta ideia de uma certa municipalização da cultura sem ficar dependente dela, é exatamente a democratização cultural, porventura é uma coisa que alguns poderão não gostar, mas obviamente é assim, chamando as pessoas à participação, chamando efetivamente as associações culturais a uma participação orgânica que se pode efetivamente valorizar a cultura local. E verdadeiramente o que se procura aqui é a valorização da cultura local. Nesse contexto, até o PS pode ser falha a nível de executivo, não ponho isso em questão, pode ser, mas não é, não tem sido no domínio da difusão cultural, no domínio da difusão cultural não tem sido, sejamos verdadeiros, ou seja, vamos dizer que temos tido uma cultura de eventos? É verdade que sim e é nesse contexto que tem surgido muita crítica. Agora, se há uma vereadora que pretende dar a volta, se há um conjunto de indivíduos que pertencem a diferentes bancadas, estão representados na



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



comissão, que querem efetivamente olhar a cultura do ponto de vista democrático, querem empreender a democratização da cultura em Portimão e os senhores têm reticências, nós não temos e é esse o domínio que nos diferencia. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que só gostaria de saber como é que vai ser constituída a forma e se vai ter membros efetivos. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **José Júlio de Jesus Ferreira**, para dizer que basta ir ao último parágrafo da proposta. Portanto, esta proposta será discutida por um regulamento interno como é feito em todos os concelhos onde ela já foi aprovada e, portanto, por isso é que nós propomos ainda «a criação de um grupo de trabalho coordenado pela vereadora do pelouro para doravante se definir linhas orientadoras, fazer o regulamento interno com todas as forças políticas». É como o meu líder de bancada disse. Esta é uma democratização da cultura, fazer a que todos chegue, contar com todos para que se faça acontecer. Este conselho sendo um órgão consultivo, pretende analisar, debater e refletir e cooperar na melhor estratégia e programação cultural a implementar no município. É esse o objetivo deste conselho e não de uma comissão. Obrigado, tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Conselho Municipal de Cultura - (subscrita pela bancada do PS, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	0	2	1	1	0	24
ABSTENÇÕES	0	0	3	2	0	0	0	1	6
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.** -----

----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria fazer oralmente uma declaração de voto. « A bancada "Portimão Mais Feliz", reconhecendo o mérito da proposta apresentada pelo PS, nomeadamente no que concerne a criação do Conselho da Cultura na cidade e reconhecendo que a cultura representa uma força, uma alavanca estratégica na economia, ainda assim não pode acompanhar esta proposta de recomendação. -----

----- Consideramos que a proposta é pouco clara, opaca, vaga, na medida em que não concretiza a forma de composição da comissão, não elenca as funções deste conselho e dos membros do conselho. Diz apenas



que vai exercer funções consultivas e que vai coadjuvar a senhora Presidente de Câmara. Pensamos que a proposta deveria ter sido melhor estruturada, nomeadamente fazendo elenco das funções deste conselho e elencando também a forma de designação dos membros que vão integrar a mesma. Pelas razões apontadas, o nosso voto é a abstenção. Disse.»-----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – 8 de Março – Dia Internacional da Mulher: Pela igualdade de direitos e o fim da discriminação de género - (subscrita pela bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « **Considerando que:**-----

a) No próximo dia 8 de Março assinala-se em todo o mundo o Dia Internacional da Mulher, data que desde meados dos anos 70 do século passado passou a simbolizar a luta das mulheres em todo o mundo pela igualdade de direitos laborais, políticos e cívicos; -----

b) Apesar de nas últimas décadas, quer em Portugal, quer em muitos países ocidentais, as diferenças de direitos e as desigualdades entre homens e mulheres terem diminuído, a verdade é que, quase no fim do primeiro quartel do século XXI, em Portugal perduram ainda, de forma intolerável, gritantes situações discriminatórias que devem merecer a nossa preocupação; -----

c) No presente, em Portugal, continuam a morrer anualmente dezenas de mulheres às mãos de assassinos que ora são maridos, ex-maridos, namorados ou companheiros das vítimas, sem que esta questão mereça o devido debate público, a indignação ou a preocupação que deveria obter de uma sociedade verdadeiramente comprometida com as questões da igualdade de género;-----

d) Independentemente da consequência directa da violência sobre as mulheres ser ou não a morte das vítimas, o flagelo da violência doméstica, no namoro e de género é um grave problema que afecta a nossa sociedade, sendo transversal, em termos de vítimas e agressores, a factores de riqueza, classe social, instrução ou proveniência geográfica; -----

e) Hoje, em Portugal, persistem graves desigualdades em termos salariais e de oportunidades de carreira no mundo do trabalho (nomeadamente, em relação a cargos intermédios e superiores) entre homens e mulheres, em especial no sector privado, sendo a regra “*trabalho igual/salário igual*” muitas vezes uma mera proclamação teórica; -----

f) Na nossa sociedade as mulheres continuam a ser diariamente sobrecarregadas com tarefas domésticas, na educação e cuidados com os filhos, não existindo verdadeiramente uma partilha igualitária de tarefas e responsabilidades domésticas entre os casais;-----

g) Enfim, que a nível local, a exemplo do que já sucede em muitos concelhos, devem ser as autarquias a lançar e liderar campanhas e debates públicos, que não só alertem consciências para estas questões, como sobretudo procurem encontrar medidas de âmbito municipal que permitam combater os problemas referidos, O/as eleito/as do Grupo Municipal da **Coligação Portimão Mais Feliz (CDS-PP/ NÓS, CIDADÃOS! /ALIANÇA)** propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 1ª Sessão Ordinária 2024, realizada em 21 de Fevereiro: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a) Delibere aprovar uma calorosa saudação a todas as mulheres do nosso concelho e do nosso país, independentemente da sua nacionalidade, orientação sexual, etnia, credo religioso, ideologia, opção política ou condição económica, encorajando as mesmas a continuarem a lutar, todos os dias, por um concelho e um país mais igual entre mulheres e homens, sem discriminação de género ou de condição socioeconómica;-----

b) Delibere organizar uma sessão temática da Assembleia Municipal de Portimão, de acordo com o artigo 31.º, n.º 1 do Regimento da AMP, na mais próxima que seja possível ao dia 8 de Março de 2024, a fim de assinalar o Dia Internacional da Mulher com a dignidade institucional que a data merece, mas, sobretudo, discutir, a nível municipal, alguns das causas e problemas que hoje ainda põem em causa a igualdade entre mulheres e homens.»-----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, não tenho tempo, mas atendendo ao tema e à data, penso que depois na próxima sessão da Assembleia Municipal já não fará grande sentido, uma vez que a data se assinala no dia 8 de março e por isso gostaria que a bancada do PS me cedesse amavelmente trinta segundos para poder apresentar sumariamente, ou o executivo, sim, sim, exatamente é o executivo que tem. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, agradeço desde já o PS o tempo cedido. Esta proposta que aqui trazemos é a saudação do Dia da Mulher que trazemos todos os anos e continuaremos a trazer enquanto as mulheres não forem tratadas de forma igual e não tiverem os mesmos direitos que os homens têm na sociedade atual. Ainda hoje, tal como sabemos, a regra para trabalho igual salário igual entre homens e mulheres não existe. As mulheres ganham em média para o mesmo trabalho que os homens desempenham, cerca de oito por cento, penso eu, apesar dessa indicação não estar aqui na saudação. Além disso, outra coisa que nos preocupa são os números drásticos graves do flagelo que é a violência doméstica. Obviamente que a violência doméstica não se reduz unicamente sobre as mulheres, mas de facto estaticamente existe muito mais violência doméstica contra as mulheres do que contra os homens. Os números são assustadores, cresceram durante a pandemia. De qualquer forma, esta saudação é autoexplicativa e disse. Obrigada. -----

----- Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que vai tentar ser lacónico o mais possível. Nós temos bem presentes os considerandos, os justificados considerandos desta proposta, parece-nos, todavia que a matéria da alínea b), enfim, que é da apresentação de uma sessão temática da Assembleia Municipal a fim de assinalar o Dia Internacional da Mulher, tem como contraponto uma proposta nossa e se anuírem isto, nós iremos de facto votar favoravelmente. Caso contrário, ficaremos pela proposta que iremos apresentar e que, enfim, para que digam que não somos académicos e a opacidade que os académicos têm, nós estamos a sugerir a realização de um ciclo de conferências livres em termos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cinematográficos, ou seja, um ciclo de cinema com este tema em torno, portanto do tema da violência sobre as mulheres e com um espaço de encontro posteriormente aos filmes, com espaço para debates públicos com os interessados. Isto de uma iniciativa do executivo, que não esta proposta de realização de uma sessão, mais uma sessão espírita da Assembleia. Portanto, ou seja, entendemos que em termos orgânicos não faz muito sentido estar aqui fechados a fazer esse debate, mas sim no seio de um ciclo de cinema, isso, sim, com debate público. Pronto, disse e passaria então à minha colega de bancada se for possível. -----

----- Pede o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que acompanharão esta moção. Queremos, no entanto, aproveitar a mesma para aqui também saudar todas as mulheres que trabalham nesta autarquia, as eleitas nos diversos órgãos autárquicos e as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular. -----

----- Queríamos aqui também saudar a manifestação nacional das mulheres promovida pelo MDM que se irá realizar em Lisboa no próximo dia 23 de março. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que era só para pedir ao senhor deputado Figueiredo Santos que esclarecesse à Assembleia na sequência da sua intervenção, no que é que o que está aqui sugerido no ponto dois, que é «uma sessão institucional da Assembleia para debater a temática da igualdade entre homens e mulheres», exclui aquilo que o senhor sugeriu e bem que é um ciclo de cinema com debates? O que é que uma iniciativa exclui a outra, porque não fazerem as duas? Portanto, eu não vejo qualquer obstáculo a que se façam as duas. Aliás, quanto mais eventos existirem na nossa ótica sobre esta temática, melhor. -----

----- Pede o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Raquel Gonçalves Bernardino**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer pois bem, esta moção do "Portimão Mais Feliz" é sempre uma moção feliz de verem nestas assembleias. Não obstante, continua a ser pouco, pois a desigualdade entre homens e mulheres e entre género continua a existir e não há muito que possamos fazer nesse sentido e infelizmente não é através destas sessões de Assembleia nem através das sessões temáticas de cinema que muitas vezes conseguimos chegar às pessoas que são verdadeiramente alvo destas situações mais tristes. Ainda assim, qualquer uma das iniciativas são de felicitar e a bancada do PSD completamente será sempre favorável a qualquer tipo de iniciativa que torne o mundo mais justo no que toca à igualdade entre géneros e pessoas no geral. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção - 8 de Março - Dia Internacional da Mulher: Pela igualdade de direitos e o fim da discriminação de género - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS	6	5	3	2	2	1	1	1	21



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



A FAVOR									
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	9	0	0	0	0	0	0	0	9

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi aprovada por maioria.**-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para apreciação o **ponto 3- APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que queria dar algumas notas aqui pela parte da informação escrita da senhora Presidente e também dizer aos senhores deputados municipais, dar algum ponto de situação também. Em relação à escola Manuel Teixeira Gomes, o estudo prévio está a terminar. Da escola de Chão das Donas temos neste momento o projeto também terminado, a escola do Alto Alfarrobal que é a antiga escola de Hotelaria e Turismo também temos o projeto terminado. Temos a creche da Coosofi, o projeto também terminado e a obra de requalificação da EB1 da Pedra Mourinha neste momento está para adjudicação, será feita nas férias grandes de verão. -----

----- Depois, também o parque da juventude a obra está em curso, não sei se já têm lá passado, mas está a correr bem, o jardim Gonçalo Ribeiro Teles também é uma obra que está também a bom ritmo. Depois, vamos lançar o concurso para a obra do polidesportivo da Quinta do Amparo, o projeto neste momento está executado e vamos lançar o concurso também para esta obra e a Quinta do Pinheiro a reabilitação de toda aquela zona envolvente, estradas, passeios e zonas verdes e iluminação, já tem visto do tribunal de contas, portanto também está para iniciar. -----

----- Depois, todos os elementos receberam a informação da senhora Presidente, portanto estamos à disposição, senhora Presidente. -----

----- Eu ainda agora em relação ao público, realmente faltou-me dizer uma coisa. Quanto à comunicação da taxa turística, todos os operadores turísticos vão receber uma comunicação do município. Como a senhora Presidente disse e bem, foi para ser publicado em Diário da República e ainda este mês e início do outro mês sairá uma comunicação do município a todos os operadores turísticos relativamente à taxa turística e onde é que se devem dirigir para poderem ter mais esclarecimentos em relação à taxa turística. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que em relação à questão da água, propositadamente não falou no PAOD, queria falar agora, porque queria colocar uma questão no seguimento



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



da intervenção do senhor Vice-Presidente aqui no Período Antes da Ordem do Dia, sobre a reunião da AMAL, o senhor deu aqui uma explicação digamos factual sobre aquilo que foi falado e informalmente foi acordado nessa reunião, mas falta dizer uma coisa e eu perguntava-lhe diretamente, consegue garantir aqui a esta Assembleia e ao público aqui presente, que não vai haver aumento das tarifas daqui a um mês ou daqui a dois meses, na sequência nomeadamente do que está aqui previsto nesta resolução do Conselho de Ministros que saiu ontem. -----

----- Segunda questão relativamente à água e porque a questão é demasiado importante para todos nós, todos nós algarvios, dos dezasseis concelhos da região é demasiado importante para nós fazermos aqui politiquices à conta desta questão. É, o que é que o município de Portimão vai fazer para implementar aqui a resolução, porque aquilo que o senhor disse da intervenção que fez, que é de saudar, enfim, a poupança que já foi feita o ano passado pela autarquia, é manifestamente insuficiente face às metas que estão aqui e às preocupações que estão aqui expressas nesta resolução e eu quero dizer aqui uma coisa muito clara. Quer dizer, isso foi publicado ontem em Diário da República, mas o texto já andava a circular aí há algumas semanas. Eu que não sou membro de nenhum executivo camarário, tive informalmente, tive acesso ao texto ipsis verbis que está aqui publicado ontem, há pelo menos duas semanas e meia e, portanto, eu perguntava-lhe concretamente o que é que o executivo está a planear neste momento para executar e para obrigar os munícipes e os agentes económicos a executarem no concelho de Portimão estas medidas. -----

----- Depois, falou aí numa série de obras de requalificações, tinha aqui duas que o senhor não referiu. Requalificação do jardim Gil Eanes, qual é o ponto de situação e logo a seguir, jardim Sárrea Prado em frente à estação da CP. Qual é também o ponto de situação, é uma obra que já se fala há anos e que nunca sai do papel e nunca acontece. -----

----- Duas questões concretas em relação a uma legislação que saiu recentemente, ou uma questão concreta que é o Simplex urbanístico que saiu em janeiro e que vai entrar em vigor se não me falha a memória no dia 4 de março, para não defraudar aqui a nossa ilustre deputada Ana Vicente, eu questionava diretamente o que é que o executivo tem previsto para implementar o Simplex urbanístico e nomeadamente as medidas que estão contidas nesse diploma que em termos de licenciamentos urbanísticos, comunicações prévias e de diferimentos tácitos de operações urbanísticas vêm trazer alterações significativas para a autarquia. Portanto, concretamente o que é que têm previsto para a entrada em vigor desse regime jurídico e para já era só. Disse.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, aqui conforme a informação da senhora Presidente, temos aqui sete saídas mais três e novas entradas, novos concursos, quer dizer que a balança está equilibrada em relação às outras informações em questão da diminuição do excesso de dívida de cinco milhões para que possamos, isto é palavras que estão lá, possamos baixar os impostos, ainda bem que seja e ainda bem que possa cumprir aquilo que disse aqui que a partir de 2024 já pode baixar o IRS, a participação no IRS e mais uma vez o IMI e também a derrama. Com um saldo de cinquenta e três milhões, com fundos disponíveis de quarenta e quatro milhões, penso que essa pode passar para uma possibilidade no fim do ano para que possa baixar os impostos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Estive aqui a analisar também uma situação que já foi vista aqui por outros deputados e que este ano vejo que aqui o site da Câmara tem aqui algumas divergências em relação ao ano passado. Foi menos visitado em quase em média dez mil vezes em relação ao ano passado e aqui do teatro, do teatro passou este ano de setecentos e cinco e o ano passado foi cinco mil visitas. Não sei se isto é algum lapso aqui nesta matéria, mas acho que é muito poucas visitas em relação ao ano passado. Já falou aí também da Coosofi, tinha aqui marcado, o projeto já estava desde 2022 e neste momento está concluído a Coosofi. Temos também aqui, também tinha aqui escrito o novo parque, já falou, tenho também aqui o mercado da Mexilhoeira Grande que também tinham o projeto em 2022, não sei como é que está, se já foi realizada a obra ou não. -----

----- Outra situação que tinha visto aqui que já tinha falado na anterior informação da senhora Presidente, era sobre a Gare, sei que vão lá fazer algumas obras, quais é que são, se sempre é isso que foi dito aqui pelo Bloco de Esquerda que era tapar as partes laterais para que as pessoas não apanhassem ali vento, a chuva e no verão o calor. -----

----- Na página setenta e seis, o projeto de apoio à bicicleta elétrica continua na mesma, nunca mais ouvimos falar sobre o assunto. -----

----- Outra situação que temos aqui também é das bolsas. O ano passado houve trinta e cinco bolsas, este ano ainda bem, oitenta e seis bolsas para ajuda aos jovens universitários, ainda subiu um bocadinho. -----

----- Sobre as refeições que dão na escola, também subiu ligeiramente em relação ao ano passado, só que o ano passado tinham um reforço, houve lá alturas de dezembro, penso que se calhar os miúdos estavam de férias, havia um reforço de quinhentas e trinta e cinco refeições, este ano não vejo esse reforço, gostaria de saber porque é que não há este reforço, ou se calhar não deve ser já necessário essa situação. -----

----- Também gostaria de saber, já que estamos aqui, sobre aquela situação que se passou na escola Nuno Mergulhão da Bemposta sobre o que se passou que saiu na comunicação social. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Raquel Gonçalves Bernardino**, para dizer que a bancada do PSD, tendo em conta a informação escrita da senhora Presidente, tem um conjunto de questões que se prendem aqui com o aumento significativo do número de crianças que necessitam de apoio com refeições nas escolas, mais propriamente de acordo aqui com uma tabela, isto pode, sim, ser um sinal de progresso em termos de identificação de respostas às necessidades das famílias mais vulneráveis. Não podemos, no entanto, ignorar que este facto tem desafios associados a ele mesmo, porque enquanto reconhecemos que o aumento do número de crianças que necessitam deste apoio como um sinal de solidariedade e empatia deste executivo, devemos também abordar questões relacionadas à segurança e qualidade dessas mesmas refeições. Assim, trago aqui uma mão cheia de questões nesse sentido que espero que sejam bem acarretadas. -----

----- Em primeiro lugar, perguntamos se se encontra implementado o sistema HACCP, que é um sistema de gestão e segurança alimentar nos refeitórios das escolas do município, por outro lado, se os funcionários que trabalham nos refeitórios têm uma formação sobre este sistema que vos falava anteriormente e sobre boas práticas de higiene e segurança alimentar. Em terceiro lugar, questionar quem é que garante a segurança



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



destas refeições, quer isto dizer se existem técnicos especializados e superiores habilitados para supervisionar as boas práticas, nomeadamente durante a receção, preparação e fornecimento das refeições às crianças. Em quarto lugar, outro ponto chave aqui prende-se com a questão de se a Câmara Municipal tem nutricionistas para dar resposta ao aumento deste número de refeições e se, por outro lado, estes nutricionistas se existem, elaboram e monitorizam estas ementas. Por fim, fazer um alerta mais infeliz ao facto do aumento de relatos de crianças que são pressionadas para comer rapidamente, devido muitas vezes a questões logísticas das escolas, sejam estas a falta de espaços adequados, ou por outro lado, a falta de pessoal. Este cenário não apenas vai comprometer como é óbvio a qualidade da experiência alimentar das crianças, mas também pode afetar negativamente aquilo que é a saúde digestiva das mesmas e ainda de uma forma um pouco mais grave e sendo meio exagerada, mas verdadeira, o seu bem-estar emocional ao associar aquela que é a alimentação ao stress e à pressa, o que já temos muitas vezes no nosso dia-a-dia outros inputs neste sentido. Portanto, de uma forma clara, pedimos que este executivo nos esclareça pelo bem de todos claramente e acima de tudo das nossas crianças. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que ia só aqui responder e depois também como a água, acha que devem ficar todos bem esclarecidos do que é que estão a fazer, o senhor diretor depois com a autorização aqui da senhora Presidente, falará também relativamente à EMARP de tudo o que é que estão a planear e a executar também já, que já têm algumas coisas no terreno. -----

----- Quanto ao senhor deputado João Caetano, Gil Eanes e Sárrea Prado é um projeto que queremos fazer em conjunto. Na realidade, agora com a mudança do trânsito, o viaduto que está a nascer, temos que repensar toda aquela zona, porque a passagem de nível também vai ficar fechada, encerrada ao trânsito automóvel e, portanto, não, mas é um projeto que queremos fazê-lo no seu todo. -----

----- Depois, quanto ao senhor deputado Pedro Mota, eu não sei se ouvi bem, mas o endividamento excessivo terminou já em dezembro, senhor deputado, portanto já estamos abaixo de cinco milhões que foi aquilo que tínhamos dito e a amortização que fizemos no final do ano, portanto já deixámos de estar em endividamento excessivo, portanto vamos abaixo à volta de cinco milhões. -----

----- O mercado da Mexilhoeira, o projeto também já está concluído. Portanto, vamos lançar o concurso para a obra que vamos fazer e o largo da Mexilhoeira também vai começar, o largo em frente ao Lisa, ao restaurante Lisa, aquela obra também vai-se iniciar. -----

----- Depois, passaria quanto ao Simplex ao senhor vereador João Gambôa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Simplex foi a legislação que foi publicada, os municípios têm que cumprir com aquilo que lá está previsto, hoje mesmo em reunião de Câmara fizeram aprovar no fundo, umas notas de esclarecimento para não entrarem em incoerência a partir do dia 4 de março, uma vez que o Simplex prevê a publicação de uma série de portarias com minutas e outros argumentos na sequência da legislação e que vai provocar a execução do novo regulamento municipal, praticamente novo,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mas só com esses elementos é que podem colocar em curso. Acho que nenhum, acho ou tenho a certeza que nenhum município vai conseguir até 31 de março, que é aquilo que diz a legislação, aprovar e publicar um regulamento novo, vamos andar aqui uns meses aqui num limbo e tentamos tratar e tentar ser diplomaticamente corretos para que ninguém fique prejudicado e que não se entre aqui num vazio legal, os requerimentos vão ter que ser todos alterados nas plataformas eletrónicas, na nossa que já é tudo digital, assim como a tabela de taxas e, portanto, temos, já de há algum tempo para cá tem sido prática, andamos há uns meses com formações contínuas no que toca a estas matérias, já tivemos formações específicas sobre isto e tenho os dirigentes e os técnicos têm participado e eu próprio em vários fóruns de discussão e de clarificação sobre esta matéria e, portanto, vamos aplicar aquilo que a legislação prevê para que esteja tudo o mais rápido possível dentro daquilo que são as normas previstas nesta nova adaptação. Muito obrigado. --

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que fez uma corrida até Lisboa e só chegou agora, mas saiu dali, esteve duas horas e meia numa sala e meteu-se no carro e está ali outra vez aproveitando o pouco tempo ainda que lhes resta, mas pronto pedindo desculpa naturalmente por esta ausência do início da reunião e, portanto, se a senhora Presidente dá licença passaria a palavra então à senhora vereadora e depois ao senhor... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para cumprimentar a senhora Presidente da Câmara Municipal pessoalmente e dizer que não tinha tido oportunidade ainda. Já tínhamos informado, já tinha tido a oportunidade na sequência do telefonema que me fez explicitando porque é que estava ausente do município e, portanto, estávamos a aguardar que pudesse comparecer ainda durante esta sessão, o que aconteceu. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente às questões colocadas, e começando pelo deputado Pedro Mota, relativamente aos números que referiu participantes do Tempo, não percebeu bem quais foi os quinhentos que estava a falar, porque o que está na informação escrita, neste trimestre tivemos cinco mil setecentos e quarenta e um participantes. Isto relativamente ao Tempo, não sei qual é o outro valor que estava a falar, não consegui entender bem qual era. Não tenho aqui o valor do ano passado, mas não me parece, não estou a ver qual terá a disparidade, mas de qualquer maneira poderei comparar com os valores do ano passado. -----

----- Relativamente às bolsas de estudo, o ano passado não houve trinta e cinco bolsas, houve trinta e cinco bolsas atribuídas numa primeira fase e depois acabaram por ser com as medidas excecionais atribuídas cinquenta e qualquer coisa bolsas que agora também não tenho o número presente, houve mais candidaturas, o que está aí são as oitenta e seis candidaturas que existiram, o ano passado foram setenta e qualquer coisa, portanto este ano tivemos mais candidaturas, foi hoje aprovado em reunião de Câmara, foram atribuídas setenta bolsas este ano. Por isso, o número que está aí de oitenta e seis não é o número de bolsas que vão



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ser atribuídas, são o número de candidaturas e o ano passado o número de candidaturas também foram superiores a trinta e cinco. -----

----- Refeições. Relativamente às refeições, existe realmente um maior número de miúdos ou de jovens a almoçar, essencialmente no que diz respeito ao terceiro ciclo e secundário, porque primeiro ciclo e pré-escolar sempre houve, todos os meninos que vão à escola acabam por, ou são raras as exceções dos meninos que não almoçam na escola e no segundo ciclo também. Depois terceiro ciclo e secundário que haviam muitos jovens que almoçavam fora da escola. Quando as refeições começaram a ser gratuitas, os pais deixaram de lhes dar dinheiro para eles comerem fora da escola porque a refeição é gratuita na escola. Portanto, eles acabaram por, não são obrigados a almoçar na escola, mas acabou por se refletir aqui no número de refeições na escola. -----

----- Voltando agora aqui às questões colocadas pela bancada do PSD, as normas do HCCP são de implementação obrigatória, existem normas que todos os refeitórios quase e todas as direções têm que cumprir, existe uma fiscalização, existem empresas, cada uma das escolas acaba por ter uma empresa que os ajuda na implementação dessas medidas, pois existem normas de funcionamento que têm que ser cumpridas e depois nós temos também uma técnica nos quadros da Câmara responsável pela higiene e segurança no trabalho que acaba depois por ir verificar se essas normas também são cumpridas. Independentemente disso, o Ministério da Educação também através do IGE faz ações inspetivas nessa área e noutras para perceber se as normas estão a ser cumpridas, assim como relativamente às ementas. As ementas, existe um caderno que obriga ao cumprimento de determinadas normas, ou seja, o número de refeições de peixe, de carne, os legumes que têm que ser servidos, portanto existem uma série de normas que têm que ser feitas, existe sempre um elemento na direção que é o responsável por verificar se essas ementas estão de acordo com o que o Ministério da Educação obriga e depois nessas ações inspetivas por parte do IGE eles vão verificar as ementas e verificar se são cumpridas essas normas. Portanto, existe uma dupla fiscalização, no sentido de perceber se as orientações feitas para todo o país se são cumpridas. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o diretor da EMARP, Dr. **Pedro Romão**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que aqui em relação às medidas da resolução do Conselho de Ministros, portanto eles identificaram dezassete medidas que se aplicam direta ou indiretamente a leis portanto, e, que são tripartidas sob o ponto de vista da sua aplicação em concreto, na Câmara, na EMARP e nos privados. Portanto, nós fazemos parte dos grupos de trabalho, do grupo três relativamente ao abastecimento público e depois no âmbito da comunicação. -----

----- Em relação às medidas do abastecimento público, portanto a primeira tem a ver com a redução da pressão da água, neste momento nós temos, é um trabalho antigo que já fazemos, porque o que explica muito as perdas de água, ou melhor, o que mais explica as perdas de água tem a ver precisamente com a pressão portanto, e, as perdas são a razão entre a pressão da água na rede, o comprimento da rede e o número de órgãos que a rede tem, portanto, o número de ramais. Quanto mais órgãos tem e quanto maior for a pressão, mais aumenta as perdas de água. Este é um trabalho que temos vindo a fazer ao longo dos anos. Portanto,



recorde-se que em relação à água não faturada, não em termos de perdas reais, passamos de vinte e seis por cento para cerca de dezoito por cento no ano passado, portanto, e, estamos na ordem dos treze por cento de perdas reais. Portanto, classificado pela ERSAR com uma classificação boa e comparamos bem neste parâmetro quer sob o ponto de vista da região, quer sob o ponto de vista europeu e quer sob o ponto de vista nacional. Portanto, este é um trabalho que tem vindo a ser feito, uma vez que é determinante nesta dimensão das perdas. Sem prejuízo disso, portanto estamos a voltar a mapear a rede, estamos num processo aquisitivo de válvulas de redutora de pressão, no sentido de tentarmos otimizar para os níveis mínimos conforme é aquilo que é a recomendação do grupo de trabalho, portanto aqui aparece na resolução do Conselho de ministros portanto, e, esta é uma atribuição da EMARP. -----

----- Relativamente à suspensão da utilização de água, portanto para rega, excetuando a sobrevivência de árvores de carácter singular ou monumental, portanto de acordo com o que já foi informado pelo senhor Vice-Presidente, portanto é uma medida que está plenamente implementada. Agora, há aqui uma dimensão que tem a ver com os particulares, foi aqui a nossa intenção em comunicar com os particulares, portanto alertar para esta necessidade, quer dizer para a fiscalização que não seja da nossa responsabilidade, a fiscalização é coordenada pela APA, portanto, e, vai socorrer-se quer da PSP, quer da GNR para no terreno fazerem este trabalho. -----

----- A quatro é a utilização de águas de origens alternativas, portanto nomeadamente a utilização das águas residuais tratadas para usos não domésticos. -----

----- Esta manhã tivemos a oportunidade de falar nisto na reunião de Câmara e que tem a ver com o aproveitamento da água da ETAR de Portimão portanto, e, que apresenta, não é só um caso de Portimão, portanto é uma condição das zonas ribeirinhas que apresenta níveis de salinidade que neste momento são incompatíveis com a utilização que deviam ter. Então, o trabalho que está a ser feito, que é por parte das Águas do Algarve que têm a competência na produção e na distribuição desta água e é um trabalho que a EMARP está a fazer, portanto tem em execução uma empreitada, no sentido de intervir na rede de saneamento e tentar minimizar esta afluência indevida, que é no sentido de entregar às Águas do Algarve água residual com um nível menor possível de salinidade, portanto em ordem é diminuir os custos do tratamento dessa água. A água é sempre tratável, portanto vai é custar mais dinheiro, porque o processo será um processo mais complexo, portanto, mas de qualquer maneira está a decorrer um processo das Águas do Algarve com o Golf, com a agricultura, no sentido de passar a fornecer para esses fins, naturalmente que será um custo bem mais elevado do que aquilo que é neste momento o preço de aquisição desses utilizadores. -----

----- Outra medida tem a ver com a proibição da utilização de água nas redes públicas, portanto em fontes ornamentais, lagos artificiais, portanto já foi explicado também pelo senhor Vice-Presidente, portanto há aqui uma necessidade de natureza mecânica da maquinaria funcionar todos os dias uns quantos minutos para que não entrem em avaria. Sem prejuízo disso, portanto a água que vai ser usada durante esta utilização, portanto é uma água que é reciclada e reutilizada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- A proibição da lavagem dos pavimentos, logradoures, paredes, telhados, etc. portanto é também uma responsabilidade partilhada entre privados e o setor público. Relativamente aos privados, aplica-se o mesmo princípio que eu tinha dito relativamente à rega de espaços verdes, canteiros e jardins. Portanto, nós já não o fazemos a não ser que esteja em causa, portanto não vamos deixar de higienizar os contentores de posição de resíduos, portanto isso não vai acontecer, porque há aqui questões de salubridade, assim como intervenções em que esteja em causa a salubridade também não vamos deixar de intervir, portanto, mas são situações absolutamente excecionais portanto, e, não o faremos com água da rede, mas com água subterrânea portanto, e, com níveis de salinidade que não permitiria o uso público para consumo humano. -----

----- Proibição da água da rede para a compactação de vias, válvulas, portanto também é uma situação que já não ocorre, portanto está plenamente executado. -----

----- Suspensão entre 1 de junho e 30 de setembro, da utilização de água para a lavagem de veículos. Portanto, nós nas nossas funções, portanto isto também é uma medida que já está implementada com exceção dos veículos de recolha de resíduos. -----

----- Suspensão do fornecimento da água da rede pública através dos segundos contadores, portanto dos contadores da rega. Portanto, neste momento já não fazemos novos contratos, a partir de agora, portanto hoje, amanhã, sairá uma comunicação aos clientes que dispõem deste contador que vamos fazer a suspensão do fornecimento. -----

----- Monitorização, portanto a existência de piquetes de emergência. Nós temos um piquete de emergência que funciona na EMARP vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, portanto está implementado. --

----- Soluções complementares extraordinárias, como a dessalinização, portanto isto é uma coisa que sai fora da nossa área de competência, está no âmbito da entidade com responsabilidades em alta que são as Águas do Algarve, sei que eles estão a trabalhar nisto, tiveram inclusive em Barcelona a tentar perceber o que é que se está a fazer lá, o que é que se fez no passado, o que é que se está a fazer. -----

----- Aplicação da recomendação tarifária dos serviços de águas da ERSAR, visando a eficiência e a situação de contingência. Ao contrário de outros municípios que não fazem a recuperação e, portanto, esta recomendação tarifária, voltando só um bocadinho atrás, esta recomendação tarifária da ERSAR tem a ver com a necessidade/obrigatoriedade das entidades gestoras fazerem a recuperação dos gastos de exploração desta operação neste caso de distribuição de água para abastecimento portanto, e, o que acontece em muitos municípios é que subtrai ao orçamento municipal, portanto tirando o orçamento municipal de outras coisas cujo dinheiro devia ser alocado a essas funções, esses recursos são retirados e são levados para este setor, portanto, ou seja, fazendo com que o valor da fatura seja muito inferior àquilo que devia ser. Portanto, estamos a falar de reduções na ordem dos trinta por cento. Portanto, há uma cobertura de gastos em muitos municípios e em muitos municípios do Algarve na ordem dos setenta por cento portanto, e, o que esta recomendação diz é, «a pública tarifária, o tarifário tem que cobrir os gastos da operação, tem que gerar excedentes para investimento, sem que isso prejudique a acessibilidade económica dos clientes», e nós já cumprimos isso. Portanto, há um excedente para investimento e há a cobertura dos gastos de exploração



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sem colocar em causa a acessibilidade económica que se situa no nosso caso muito abaixo dos zero vírgula cinco por cento do rendimento médio disponível da família para cada um dos serviços que prestamos portanto, e, cumprimos isto. E depois a outra medida tinha precisamente a ver com esta que nós temos vindo a falar aqui a noite toda, que é este aumento sazonal da tarifa da água. Aquilo que nós defendemos, foi que este aumento não devia de ser um aumento cego de quinze por cento no segundo escalão, trinta por cento no segundo, cinquenta por cento no outro escalão. Portanto, isto devia de ser uma coisa graduada em função do ponto de partida de cada município, porque há municípios que têm perdas muito elevadas, ao contrário de nós que temos perdas reais na casa dos quinze por cento. Não faz sentido o nosso aumento ser de quinze por cento ser igual ao de outros municípios que têm perdas muito elevadas e também não faria sentido o mesmo incremento para quem já cumpre a política tarifária, a recomendação tarifária da ERSAR. Portanto, se nós cumprimos os nossos encargos e nem é por isso que somos o município mais caro, portanto há outros municípios que são muito mais caros que vendem a água a um preço muito mais caro que o nosso, mas só para dar uma ideia, nós adquirimos o metro cúbico às Águas do Algarve a rondar os cinquenta cêntimos e vendemos neste momento a cerca de trinta e nove cêntimos o metro cúbico, portanto no primeiro escalão, mas isto para lhe dizer que, portanto o que nós defendíamos é que tinha que haver e sob o ponto de vista daquilo que é a evidência empírica, portanto há de facto uma relação noutros locais, portanto essas situações foram estudadas noutros locais em situações de crise, portanto quando há um aumento do tarifário, por cada um por cento de aumento aquando acompanhado de outras medidas, verifica-se uma redução de zero vírgula cinco por cento do consumo. Portanto, em tese isto faz sentido, portanto, mas no nosso caso tínhamos que olhar para o ponto de partida e o ponto de partida era um ponto de partida muito desigual. Enquanto que havia municípios que tinham feito um determinado trabalho, há outros que não tinham e isto tinha que ser levado em linha de conta. -----

----- Falta só dois ou três pontos, senhora Presidente. Sim, é isso, é um lava-pés e chuveiros e é isto. -

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Raquel Gonçalves Bernardino**, agradecer à senhora vereadora o esclarecimento acerca daquela que é a fiscalização que é feita nos refeitórios das escolas. Não obstante e não querendo ser insistente, mas já sendo, aqui pedir só que nos esclarecesse neste sentido de, se os funcionários que trabalham nos refeitórios têm formação sobre o sistema do HCCP. Depois, aqui a questão dos nutricionistas, se eles existem em que número e se estão também conjunto nesta equipa multidisciplinar de elaboração das ementas e, por outro lado, voltar a fazer aquele alerta no ponto mais sensível acerca da pressão que está a existir sobre os alunos para se despacharem no que toca à sua alimentação e refeições. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, e dizer que tem algumas questões. Relativamente aos dados sobre o abrigo temporário para pessoas na situação de sem-abrigo que não aparece na informação escrita, não aparece qualquer tipo de dados, gostaria de ter algum tipo de dados sobre o mesmo. Verifico que na informação que é apresentada temos uma população sem-abrigo em fevereiro de 2024 de cento e oitenta e cinco pessoas, um aumento de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cinquenta e quatro pessoas face à informação que tínhamos em dezembro de 2023 e a minha pergunta é, se existe uma caracterização deste aumento desta população de pessoas em situação de sem-abrigo que se possa fazer algum tipo de estratégia para o combate a esta situação, que as pessoas entrem nesta situação.

----- Questionar também relativamente à informação que aqui é apresentada da existência neste período, seis tentativas de suicídio no nosso município, é algo que já temos falado no passado, questionar o executivo qual é que é a estratégia que existe, se existe alguma estratégia à prevenção do suicídio, questionar ainda e antes de mais agradecer a informação toda que foi apresentada pelo engenheiro Pedro Romão da EMARP, tenho apenas aqui algumas questões do que foi apresentado. Indicou que será feita a suspensão dos contadores de rega, a minha questão é se será feita a selagem não só a montante, mas se também a jusante das tubagens para impedir que os munícipes possam simplesmente fazer uma ligação do contador da água que têm e simplesmente continuam em regar e a fazer todo o consumo e simplesmente é mais uma taxa como já referi anteriormente. -----

----- Questionar também relativamente ao engenheiro Pedro Romão, neste caso porque é o especialista da área, das medidas que são aqui apresentadas, é indicado também no ponto sete do ponto quatro, a proibição de lavagens de pavimentos, logradoures, paredes e telhados com água da rede pública e água extraída de outras origens naturais. A minha questão é, se se inclui neste ponto todas as obras de reabilitação, ou se as obras de reabilitação são excluídas. Basta andar pela nossa cidade, pelo nosso município e existe bastante obra de reabilitação nesse sentido e questionar sobre esse impacto. Questionar também se relativamente aos contadores de rega que existem nas rotundas do nosso município, bem sei que são privadas, se será retirado ou se existirá um controle elevado sobre o consumo para a manutenção como indica no ponto dois, com a ressalva das exceções necessárias para assegurar a sobrevivência das árvores de carácter singular e monumental. Atentar aqui para o ponto de árvores de carácter singular e monumental. Tenho estas questões por agora. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer que queria fazer aqui algumas perguntas relativamente à informação escrita. Reparo que quanto às visitas de estudo solicitadas, foram solicitadas trinta e seis neste período e realizadas dezasseis. Porque não se conseguiu satisfazer todos os pedidos, foi por questões pedagógicas, foi por dificuldade na disponibilização de transporte? Porque é que é este desfasamento no solicitado e no realizado? -----

----- Reparo aqui também na informação escrita uma menção a uma limpeza da casa do senhor Vítor Marques, eu penso que estamos a falar da mesma pessoa que eu estou a pensar, que tem um problema qualquer de esquizofrenia... Vítor Marques, está aqui, foi em colaboração com a EMARP, eu penso que é a pessoa que eu penso, qual é a situação, qual é o acompanhamento de que ele tem sido alvo da ação social, penso que é uma pessoa sobejamente conhecida nesta cidade, que tem problemas não só de higiene, em casa com certeza que eu sei que o tem, mas digamos ele próprio deambula pela cidade em condições um pouco deploráveis e gostaria de saber qual é o acompanhamento que tem sido feito ao Vítor. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Também queria perguntar aqui quanto à equipa comunitária de saúde mental de Portimão e Lagoa, como é que está neste momento a decorrer o funcionamento daquela equipa, uma vez que é sobejamente conhecido também a falta de psiquiatras e o encerramento dos serviços de urgência de Psiquiatria no hospital de Portimão, penso que só estão dois médicos psiquiatras para todo o Barlavento em exercício, por baixas médicas, por terem renunciado ao contrato de trabalho, por outros motivos. Portanto, gostaria de saber se está a funcionar e como é que está a decorrer. -----

----- Também gostaria de perguntar, faço aqui uma menção na questão dos transportes Vai e Vem, ao relatório anual relativo ao serviço público de transporte de passageiros durante 2023. A pergunta que eu faço é se ele já está elaborado, se está em elaboração e quais foram as conclusões. -----

----- Depois, também queria perguntar aqui relativamente à instalação substituição de postaletes para identificação de paragens e demais informações aos utilizadores, refere aui na informação escrita que estava em curso a substituição de cento e quarenta paragens, penso que é uma evolução, até foi alvo de moção por parte do PSD relativamente à falta de condições de algumas e mesmo à falta de segurança, se já está terminada essa intervenção dessas cento e quarenta. -----

----- Quanto aos postaletes e à informação, eu sei que não está, porque passo por várias todos os dias e continuo a sentir a falta de informação dos horários para as pessoas, e pronto e por momento é tudo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, ao olhar aqui para a informação escrita da senhora Presidente, vejo que, e mais uma vez denotamos esta preocupação, acabou o ano, a despesa ou a receita que o executivo obteve foi acima daquilo que estava previsto, isto por um lado pode querer significar algo positivo, mas o que nos preocupa também é aquilo que é o cumprimento da despesa e os rácios continuam a ser na nossa opinião muito muito baixos. Aliás, segundo os dados que aqui estão, o cumprimento da despesa, nomeadamente a aquisição de bens de capital, quarenta e quatro por cento, ou seja, estava orçamentado para o ano 2023 vinte e sete milhões de euros, atingido apenas doze por cento. Continuamos a fazer esta pergunta, ano após ano, a que é que se deve na vossa opinião o porquê destes valores tão reduzidos, uma vez que a cidade é carenciada de uma série de circunstâncias e dados e mais uma vez aquilo que está orçamentado não foi atingido. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, tinha aqui mais uma questão que não me respondeu que era, quais foram as correções que vocês vão fazer na Gare. Gostaria de saber o que é que foi feito das famílias, ou como é que vão ser realojadas as famílias onde estão a viver, por baixo vão fazer um viaduto ali no Bom Retiro, acho que havia ali umas famílias de etnia cigana, não sei se já estão lá, se continuam lá a viver ou não, se foram realojadas pela Câmara e nas escolas, vi aqui na informação da Presidente que realmente a Câmara tem investido muito em painéis fotovoltaicos, tem tido alguma economia na eletricidade e também nas lâmpadas da iluminação pública em LED, tem tido uma excelente dinâmica nesse sentido e grandes poupanças, e agora nas escolas para terem água quente para os banhos, água quente para a cozinha, também se vão implementar esse tipo de painéis



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



solares para aquecimento de águas e também caldeiras a gás para terem a água quente tanto nos banhos, como na cozinha que tanta falta faz. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que vai responder a algumas das questões que foram colocadas, as restantes passará para os seus colegas. Sobre o abrigo temporário, naturalmente que depois darei a palavra à senhora vereadora e sobre o aumento dos sem-abrigo, de facto, portanto esta questão foi colocada pelo senhor deputado municipal Ricardo Cândido, pois, quando nós inclusivamente sabemos que há municípios que os exportam para Portimão, porque nós temos respostas, obviamente que eu ontem falei com a senhora diretora da Segurança Social e obviamente vamos ter que fazer aqui umas reuniões para saber o que é que vamos fazer, porque de facto há mesmo encaminhamento de alguns para Portimão, porque dizem que lá não têm resposta, em Portimão a resposta enviam para nós e, portanto, isto não pode acontecer obviamente. Se não têm respostas, têm que as construir, ponto final e é daí que está a vir um grande aumento, porque nós temos uma capacidade de resposta, provavelmente a maior do Algarve e como temos essa capacidade de resposta graças também ao movimento associativo que temos e à forma como nós apoiamos o movimento associativo, naturalmente que depois temos estes contras, mas ficou agendada, ou melhor, não temos ainda a data, mas naturalmente que já falei com ela e vamos ter que ver como é que podemos eventualmente controlar estas migrações de cidadãos que vêm para Portimão porque têm a resposta e não vão para outros municípios porque lá não há respostas e isto obviamente não é resposta que se dê. Pronto. -----

----- Relativamente aos contadores de rega, ah! os contadores das rotundas são nossos, mas já estão fechados. Se continuam é porque alguém está a fazer alguma vigarice, porque a informação que tenho do senhor Vice-Presidente é que são nossos e já estão desligados. Se não estão, digam-nos quais são os que estão a regar que nós mandamos desligar, aliás, nós pedimos à fiscalização para acompanhar essa situação também. -----

----- Quanto aos contadores de rega, diz-me aqui o Dr. Pedro Romão que naturalmente que haverá uma fiscalização sobre essas situações para que não haja abusos como é óbvio. -----

----- Depois, o senhor deputado municipal Ricardo Viana colocou a questão dos transportes. Nós estamos a dar um subsídio às escolas, portanto aos agrupamentos para serem eles próprios a contratualizar os transportes, portanto das deslocações para visitas de estudo, etc. porque nós sabemos que nós não temos capacidade de resposta e, portanto, optámos por esta medida e naturalmente que lhes dissemos que se for preciso mais que nos façam sentir que é preciso mais, mas nós fizemos uma contratualização com as escolas. -----

----- A limpeza da casa não sei e, portanto, não sei se a senhora vereadora sabe. -----

----- A equipa comunitária de Lagoa e Portimão no âmbito da saúde mental, pois não sei se a senhora vereadora está por dentro e se quer de facto dar essa informação e depois passarei para o senhor vereador José Cardoso para dar a informação sobre os posteletes. -----

----- O senhor deputado municipal Paulo Canha, é assim, receita acima do previsto, felizmente, porque quando nós fazemos os orçamentos, nós estimamos sempre a receita por baixo. É a regra da prudência, é a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



média dos últimos três anos ou cinco, ó Dr. Pedro? Já não sei se é três se é cinco. Três, a regra dos últimos três anos, a média e, portanto, obviamente que aqui o grande aumento foi no IMT e o IMT indica que há dinâmica económica em Portimão, porque se temos muito IMT é porque se vendeu muita coisa, porque se está a comercializar muita casa e isso é bom, há dinâmica económica e, portanto, foi aí que foi o grande aumento. -----

----- Depois, falou aí numa despesa muito baixa. Eu tenho aqui uma informação do senhor diretor de departamento que me diz que em 2023 tivemos uma boa execução do orçamento da despesa na ordem dos sessenta e sete vírgula sessenta e oito por cento. É a informação que eu tenho aqui. -----

----- Quanto ao senhor deputado municipal Pedro Mota, o viaduto não passa no local onde estão essas famílias, portanto não os vai incomodar, não. Por outro lado, questionou também a questão dos painéis solares nas escolas. Estamos a trabalhar nisso, portanto vamos também... para a água quente exatamente, vamos colocar painéis solares também nas escolas, porque obviamente começámos pelos nossos equipamentos, mas vamos continuar, porque também as escolas já são nossas e, portanto, como são nossas obviamente iremos continuar também, porque se nós conseguirmos poupar energia, de facto é fantástico e até mesmo digamos para a sustentabilidade ambiental é fundamental. Portanto, iremos continuar a trabalhar.

----- Senhora vereadora, tem alguma informação a dar sobre esta equipa? A equipa comunitária de Lagoa e Portimão e depois o senhor vereador José Pedro dirá de sua justiça. Muito obrigada, senhora Presidente.

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, começando aqui pelas questões da senhora deputada Raquel do que não tinha respondido. Quanto aos funcionários à formação, nas normas do HCCP é obrigatório a formação. Logo, aquelas formações obrigatórias nas empresas com as quais elas têm o contrato, têm que ter aquelas formações que são, todas elas são obrigatórias e são cumpridas. -----

----- Nutricionistas, não temos nutricionistas nos quadros das escolas. Conforme disse, existem umas normas de elaboração de ementas que são depois juntamente com a direção das escolas e as chefes de cada uma das cozinhas, são feitas as ementas que são sempre iguais em todos os agrupamentos e são dessa forma que são elaboradas e depois fiscalizadas pelo IGeFE conforme já tinha dito. -----

----- Quanto ao comer rápido, eu não sei exatamente ao que se refere, mas vamos imaginar uma turma de pré-escolar de vinte e cinco meninos, existe sempre uma criança que é mais lenta do que todas as outras a comer, não sei se é isso que se está a referir, não existe certamente ninguém atrás dos meninos para eles comerem mais rápido. Eles têm um tempo para comer que normalmente ronda uma hora, cada turma de cada turno tem uma hora para comer, se depois há alguém que é mais lento ou menos lento, pois não sei quais são as situações pontuais. Como deve calcular, em tantas refeições é impossível saber questões de cada uma das crianças. -----

----- Relativamente ao abrigo temporário, realmente não estão aqui os números, o abrigo começou a funcionar no dia 12 de dezembro, deveriam estar aqui um mês e meio pelo menos de dados. No entanto, eu sei que a parte masculina tem estado sempre preenchida, são doze camas, a feminina normalmente estão



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



duas, uma, duas pessoas. Existem vagas na parte feminina, no quarto feminino. O quarto masculino tem estado sempre cheio. -----

----- Relativamente à limpeza da casa do senhor Vítor Marques, na realidade a casa não é do senhor Vítor é do irmão, existe ali aquela questão, já houve várias informações e vários pedidos por parte da ação social para fazerem o internamento compulsivo do senhor, ainda há pouco tempo assinei novamente um novo relatório social de acompanhamento, de explicar a situação do senhor e que ele tem que na realidade, que ele não faz a medicação e depois acabam por haver ali abusos. Está com a saúde pública, temos estado a acompanhar dessa forma, não temos competências na área da saúde mental como sabe. Independentemente disso e a questão que foi colocada relativamente à equipa da saúde mental, o que funciona, o que nós excedemos e um protocolo que foi a reunião de Câmara e penso, não sei se passou pela Assembleia, já não me recordo se não, mas penso que não, só foi a reunião de Câmara, existe o centro de dia que funciona ali nas instalações da Santa Casa da Misericórdia, existe aqui um acordo tripartido, a nossa responsabilidade tem a ver com limpeza, segurança e material de desgaste, pois a colocação do pessoal médico não existe. Sei que têm lá atividades com os utentes, agora não sei especificamente quais as atividades e quais os médicos que têm neste momento e penso que respondi às questões que estavam pendentes. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, relativamente à questão do relatório do transporte público de passageiros, como é obrigatório de lei, o relatório relativo a 2022 está publicado no site do município e o de 2023 está a ser elaborado, é durante o primeiro semestre deste ano. -----

----- Depois, relativamente aos postalètes, dizer que a maior parte dos postalètes tem informação atualizada, mas há aqui dois temas. Há o tema do vandalismo. Relativamente à informação física, há o tema do vandalismo e há o tema da atualização dos horários anual, nomeadamente de articulação dos horários das escolas que dificulta toda a atualização do formato físico dos quinhentos ou seiscentos postalètes que temos no município, é um tema que temos que ver como é que será resolvido, se os horários puderem ser amenizados, é mais fácil que eles se mantenham atuais, mas de facto a perspetiva é que eles venham a ser atualizados. -----

----- Depois, dizer que relativamente às obras da Gare, as obras da Gare são pequenas obras de manutenção com pinturas exteriores e sinalética que vão ser feitas por um operador que neste caso é a Frota Azul no âmbito do contrato de concessão da posição contratual para a gestão da Gare, que eles têm essa gestão, portanto está contratualizado dessa forma. Acho que eram estas as questões. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, para dizer que na intervenção eram tantas coisas que acabou por se esquecer de uma questão. Questionar o executivo relativamente ao aproveitamento de águas das piscinas municipais, se está a ser feito, se não está a ser feito, se é feito quando, se há planeamento para começar a fazer aproveitamento dessas mesmas águas, qual é que é a situação atual. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que volta a questionar que é, na página onze da informação da presidência, diz exatamente isto, «aquisição de bens e capital, cumprimento do rácio quarenta e quatro por cento». Quarenta e quatro por cento quer dizer metade daquilo que estava orçamentado no ano 2023, o que quer dizer que planeiam fazer obra e só foi cumprido em cinquenta por cento. Eu volto a colocar a questão, quais são os motivos que apresentam para esta redução. -----

----- Depois, por outro lado, falar aqui um pouco sobre estratégia local de habitação, uma vez que isto foi alvo na última sessão Extraordinária da semana passada e não houve tempo para colocar aqui algumas questões. -----

----- Volto a alertar o executivo para que a exemplo daquilo que fez a semana passada, que promoveu uma deliberação de uma alteração e nova proposta da estratégia local de habitação, em que na essência aquilo que disse é que a partir de agora iriam para o mercado e adquirir cento e quarenta e dois fogos, porque não conseguem construir porque há uma série de dificuldades, porque há uma série de circunstâncias a considerar. Eu ao ouvir agora a senhora Presidente a dizer que o aumento da despesa se deve em parte pela dinâmica do mercado que existe, porque as pessoas venderam mais casas, tudo isso, IMI e eu ainda fico mais assustado ao perceber que a autarquia também vai fazer parte desse mercado e vai com certeza mais uma vez e reforço aquilo que já disse a semana passada, vai alterar completamente o mercado em Portimão naquilo que é a lei da oferta e da procura. Vamos ver se não se arrependem dessa estratégia e estaremos cá para perceber até que ponto é que esta estratégia foi boa ou não, e que resolveu o problema da habitação em Portimão, mas, entretanto, alerta também para o seguinte. A estratégia local de habitação publicada já foi de há cinco anos, os documentos que nós tivemos acesso, é uma estratégia local de habitação publicada há quase cinco anos, em 2020 com rácios de 2011, aliás, com rácios e com análises e com métricas de censos de 2011. Que eu saiba ainda não houve atualização nenhuma e o mundo mudou e alterou bastante de 2011 até agora e o único documento que veio da alteração na estratégia local de habitação, foi exatamente dizer, «vamos construir cento e quarenta e dois fogos». Portanto, sobre isso alerta o município que seria importante perceber se após quase cinco anos da publicação da estratégia local de habitação e com rácios baseados e a estratégia foi baseada em muitos dos rácios que aqui estão e das métricas dos censos de 2011, já existe o censos 2021 e o mundo mudou e, portanto, se a estratégia local de habitação se mantém a mesma ou se querem rever exatamente esta estratégia ou se estão à espera da chamada carta municipal de habitação para atualizar todos estes dados, ou então se estão exatamente também à espera que o PDM venha atualizar algumas das questões aqui na estratégia local de habitação, mas sobre o PDM também já falarei à frente. A questão aqui que se coloca é o seguinte. Existe um planeamento de reabilitação de frações em Portimão, salvo erro e segundo os números que aqui estão da nova proposta de soluções são de seiscentos e trinta e nove fogos a reabilitar as frações, eu pergunto em que pé e em que situação é que se encontra esta previsão de reabilitação dos seiscentos e trinta e nove fogos? Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria dois esclarecimentos. Relativamente à problemática das pessoas sem-abrigo, a expressão é esta, constatamos que de informação escrita para informação escrita o número de facto aumenta. A explicação que foi aqui dada pela senhora Presidente de Câmara, é que, estamos a importar pessoas de outros municípios. Essa informação ou essa afirmação é grave e eu gostaria que a senhora concretizasse que municípios é que andam a exportar pessoas em situação de sem-abrigo para Portimão. -----

----- O segundo ponto. Relativamente ao auditório, já não é a primeira vez que trago aqui essa questão e que questiono, o tempo avança, não há obra nenhuma, de facto o auditório está entaipado e eu no outro dia ao passar por lá constatei em plena luz do dia uma pessoa que galgou o entaipado e entrou dentro do interior do auditório. Portanto, gostava de saber se o auditório de facto está a ser acompanhado por alguma equipa de fiscalização da Câmara, de facto, não há obra nenhuma e de facto devem haver lá pessoas no interior, quem sabe em situação de sem-abrigo. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar a senhora Presidente da Câmara, uma vez que não estava no início da reunião, e dizer que relativamente à questão que ele colocou sobre o aumento das tarifas da água, agradecendo as explicações que foram dadas pelo senhor diretor geral da EMARP, ele ficou na mesma e, portanto, voltava a colocar a questão, se o executivo garante que daqui a um mês, daqui a um mês e meio eventualmente não terá que aplicar aqui a revisão das tarifas que está aqui prevista na resolução do Conselho de Ministros e já tinha colocado essa questão, não foi concretamente respondida. -----

----- Depois, tinha aqui duas questões, uma já foi aqui, enfim, amplamente debatida, mas tendo em conta as explicações que a senhora vereadora Teresa Mendes deu, eu fiquei com uma dúvida, se as escolas do município ou do concelho seguem o HCCP, se há o acompanhamento que referiu em relação à qualidade das refeições que são facultadas nas escolas, como é que se explica aquela situação que ocorreu na escola da Bemposta? E depois há aqui uma questão que não é de agora, eu na sessão temática da educação do ano passado, creio que foi em julho do ano passado, se forem ver à ata, eu referi essa questão concretamente em relação à escola da Bemposta, não as larvas, não têm poderes adivinhatórios para adivinhar que iam aparecer larvas, mas a falta de qualidade na altura das refeições na escola. A senhora diretora das escolas que estava aqui presente ficou indignada com a questão. Portanto, a falta de qualidade não é de agora. -

----- Depois, há aqui uma questão que me preocupa também que é em relação a esta situação das larvas, que foi a atitude persecutória que foi exercida sobre alunos que filmaram a comida deteriorada, por parte do Conselho Executivo da escola. Os alunos foram repreendidos de forma expressa que não poderiam filmar situações daquelas e reportar aos pais aquilo que se passava, o que é grave também, o que é grave e há vários alunos que confirmam isto. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Bom, esta situação é estranha quase cinquenta anos depois do 25 de Abril e sobre o 25 de Abril senhora Presidente, tinha aqui uma questão que se prende com o Carnaval. Eu quero manifestar aqui a minha indignação pelo facto de terem escolhido como tema do desfile de Carnaval deste ano o 25 de Abril. Acho que é uma degradação numa data importante como o 25 de Abril, os cinquenta anos ser o tema de um desfile carnavalesco sem desprimor para o Carnaval, enfim, fazem bem em comemorar o Carnaval, em fazer-se um desfile, tudo mais. Agora, acho que é degradante eleger-se esse tema como de um desfile de Carnaval. E perguntava em relação a isto concretamente à senhora Presidente, se é ou não verdade que o executivo pagou setecentos e cinquenta euros a cada uma das coletividades que participaram no desfile de Carnaval, para que pusessem lá um carro alegórico no curso de Carnaval que foi feito aqui na zona ribeirinha. É ou não verdade que o executivo subsidiou diretamente às coletividades para que houvesse aquele desfile. -----

----- Depois, para terminar, concretamente em relação à questão do Simplex urbanístico, eu tomei em devida nota as explicações do senhor vereador João Gambôa, mas há aqui uma questão que é importante, enfim, o senhor vereador disse que vão cumprir o que está na legislação, pois obviamente têm que cumprir, a questão é como e particularmente em relação aos deferimentos tácitos, porque há aqui prazos muito apertados na nova lei e gostava que o senhor vereador dissesse aqui claramente como é que os serviços vão dar resposta a essa situação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vai só fazer aqui algumas pequenas questões, porque a informação escrita dava aqui pano para mangas e estavam ali hoje, amanhã e depois, e irão estar. -----

----- Em relação aos processos concursais, folgo e alegro-me ver que não há muitos em vigor neste momento, mas qual é o tempo médio e pergunto isto diretamente porque o ano passado fiz exatamente a mesma questão e os tempos médios dos concursos concursais eram demasiado extensos, longos, no sentido que quando se precisava realmente que houvesse efetivos não tínhamos efetivos porque demoravam tempo a ser postos no seu lugar. Existe muita burocracia ainda de volta deste processo, mas não me foi dito na altura o tempo médio destes procedimentos concursais. -----

----- Depois, tenho aqui uma pequena nota que é, existe um fluxo de caixa grande, é bom, é bom para o município ainda bem, mas podia ser ainda maior, continuamos a pagar juros de dívidas antigas de créditos antigos que já podiam ter sido liquidados, não são assim tão grandes quanto isso, isso foi mostrado aqui já nos mapas de valores, está-se a pagar juros para nada, quando há dinheiro em caixa, pagamos juros, há uma perda, quem é que paga isto? Contribuintes. Se existe tanto valor em caixa em que temos créditos que estão três a findar, podemos antecipar o pagamento desses créditos para evitar pagar um milhão de euros em juros. Penso que seja esse o valor e penso não me ter enganado. -----

----- Mais uma pequena nota que eu já agora faço em termos de escola que eu não sei e pergunto diretamente, se temos terapeuta da fala nas nossas escolas em Portimão e se é da competência ou não da Câmara Municipal. E por último, vou fazer aqui só um pequeno reparo e vamos falar isso mais para a frente, nas tarifas temos aqui nos apoios ao arrendamento, nas tarifas sociais e mais importante nos apoios dos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



medicamentos, a Câmara Municipal não divulga estes apoios aos munícipes. Não divulga porque atualmente temos, nos últimos censos que foram realizados em Portimão, cerca de treze mil e quatrocentos idosos com mais de sessenta e cinco anos, que eu acredito plenamente que a maioria deles são pessoas necessitadas com baixas reformas, foram pessoas do campo, foram pessoas do mar que não têm rendimentos para poder vingar, não têm conhecimento deste apoio de certeza. Temos atualmente cento e cinquenta e sete apoios ativos, não é nada para a população que nós temos em Portimão. Este é um reparo que eu faço, Portimão não está a ajudar, a maioria delas provavelmente ainda serão do tempo das analfabetas, não sabem ler, não sabem escrever, não têm apoio, não sabem para onde se hão-de ir formar. Eu constatei isto, porque eu perguntei a meia dúzia de pessoas de idosas e não fazem ideia que têm esse apoio, porque não têm uma reforma. Quatrocentos euros e gastam cem euros de medicamentos por mês e isto é importante ajudar os idosos de Portimão, sim, mas ajudá-los diretamente de outra forma. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer que a sua questão é última, promete que é a última, prende-se com o parque de autocaravanas em Alvor. Aquele espaço esteve fechado e vedado, reparei sensivelmente há um mês que o espaço voltou a ser ocupado por autocaravanas, está repleto, ainda hoje passei lá e ele está repleto com o excesso de autocaravanas, não é que me incomodem as autocaravanas, nada disso, mas eu gostaria de saber se o município deu autorização à reabertura, ou a Junta de Freguesia de Alvor e para quando o município tem iniciativa de dotar aquele ou outro espaço dentro do município de infraestruturas para receber aquele tipo de turistas e que possa integrar a rede de acolhimento de autocaravanismo da região do Algarve, porque percebe-se que há uma demanda e uma procura por Portimão daquele tipo de turismo e que continuam a estacionar em vários sítios da cidade, em vários parques de estacionamento, agora é em Alvor novamente e sem qualquer tipo de condições de higiene, de infraestruturas para os acolher. Era a pergunta que eu gostaria de fazer. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que vai tentar responder o mais rápido possível. O senhor deputado municipal Paulo Canha falou que espera que não vamos honrar o mercado das habitações de Portimão. Ao contrário, penso que seria mais complicado que era ter as pessoas sem poderem adquirir casa, porque neste momento as pessoas que nós temos inscritas não têm capacidade para comprar uma casa seja a que custo for, e é para essas que existe o 1º. Direito. Portanto, este é no âmbito do 1º. Direito aquilo que nós estamos a fazer. Pronto. -----

----- Depois, aquilo que falou da baixa execução é do investimento, é do investimento e de facto no investimento nós tivemos dificuldade em investir, porque houve concursos que ficaram desertos, há dificuldades neste momento mesmo dentro da casa de elaborar os concursos, sinceramente tenho que o reconhecer, não temos recursos humanos e já agora não sei quem foi que falou aí no tempo que leva um concurso, um concurso leva sempre mais de um ano e é se não ficar deserto. Aliás, hoje mesmo no local onde eu estive se falou nisso, porque a pessoa que estava a falar disse que levou quinze meses num concurso



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para conseguir assinar o contrato e, portanto, em Lisboa na administração pública e, portanto, isto de facto é uma calamidade, porque a gente precisa de um arquiteto não é para daqui a um ano ou daqui a um ano e meio, é para já e, portanto, isto é extremamente complicado, já chamámos a atenção de facto para esta situação e tem que haver aqui um Simplex também no âmbito dos concursos, porque senão não vamos a lado nenhum. Obviamente eu estou a abrir concursos agora que sei que só vão ter as pessoas daqui por um ano e tal, portanto na melhor das hipóteses, porque, por exemplo, já abrimos concursos para motoristas que ficam desertos, para jardineiros ficam desertos e pronto e andamos nisto, é abrir concurso atrás de concurso e mais, nós somos obrigados primeiro a abrir concurso para pessoas que tenham vínculo à função pública e só depois se não forem preenchidas essas vagas é que temos que abrir um concurso externo. Portanto, imaginem o tempo que isto demora. Se nós pudéssemos abrir logo um concurso misto, obviamente que estas situações não aconteciam e era mais rápido. -----

----- A senhora deputada Marta Caetano quer que eu lhe diga quem são os municípios. Obviamente que eu não vou falar dos meus colegas, sei quem são, mas não digo obviamente. Bom, não, perguntaram porque é que temos tantos e eu estou-lhe a dizer, respondi-lhe porquê. Agora, não me peça para eu falar aqui do trabalho dos meus colegas que eu não o vou fazer. -----

----- O senhor deputado João Caetano quer saber das alterações das tarifas da água, eu já disse que não vamos alterar a tarifa da água, pelas razões que foram invocadas exatamente pelo senhor diretor da Emarp. Portanto, não, nem dois, nem três, nem quatro, nem cinco, a menos que haja uma lei do governo que nos diga assim, «é obrigatória e se não o fizer incorre num crime». Portanto, esteja descansado e não vale a pena andarem a fazer filmes nem andarem a fazer coisas no Facebook, não, não é consigo, não é consigo. Está bem, não, não vale a pena andarem a construir cenários e andarem... ó senhor deputado municipal, não vale a pena, não vale a pena, porque eu já disse, disse hoje de manhã, foi bem claro e mesmo assim conseguem andar a construir cenários. Pronto. -----

----- Como é que se explica a situação da escola da Bemposta? O que eu lhe posso dizer, é que todas as análises, todas, ao peixe que estava na escola, quer ao lote de onde saiu aquele, quer a todo o outro, não deram nada, nada, nenhuma suspeita, nada que pudesse dar a ideia de que havia algum problema com o peixe e, portanto, foram feitas todas as análises. Obviamente que isso não é dito, quer dizer, é dito que houve os problemas que houve, mas que de facto deu negativo e que não houve nenhum problema com os alimentos que lá estavam, isso ninguém diz. -----

----- Senhor deputado municipal, Carnaval, cinquenta anos do 25 de Abril. Sabe uma coisa, eu na minha perspetiva acho que temos que aproveitar todos os momentos, tendo em conta aquilo que estamos a viver, temos que aproveitar todos os momentos para falar do 25 de Abril ainda que seja no Carnaval. Há crianças que assistiram, que estiveram a ver, ouviram falar do 25 de Abril de uma forma lúdica, de uma forma lúdica e, portanto, 25 de Abril sempre, e sempre que eu puder colocar o 25 de Abril, coloco e acho que aquilo que são os partidos democráticos, exatamente. De quê, do pagamento? Sim, sim, mas já há muitos anos, desde



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que há Carnaval em Portimão que nós subsidiámos as associações, vem aqui à reunião de Câmara sempre o subsídio a atribuir, sempre. -----

----- Depois, tenho outra questão do senhor deputado municipal Jorge Melo. O tempo médio dos concursos já lhe respondi. -----

----- Olhe por acaso é interessante que recebi hoje uma mensagem de uma pessoa que penso que deve trabalhar na área que me perguntava, porque tinha andado à procura na DGAL e não sei quê mais, de onde é que nós tínhamos contraído empréstimos, a Câmara de Portimão, porque queria saber qual era a taxa, qual era o banco, provavelmente são daquelas empresas que negociam os créditos, não é? Deve ser, presumo eu, e eu respondi-lhe, «há dez anos que esta Câmara não contrai um empréstimo e enquanto eu cá estiver, não contrairá nenhum empréstimo». -----

----- Quanto à dívida ao FAM, obviamente nós temos um empréstimo do FAM. Sabe qual é a taxa de juro? Zero ponto noventa e cinco. Pronto, mas sobre isso por acaso neste momento não lhe sei responder. ----

----- O que me diz o Dr. Pedro Pereira é que é um valor insignificante. -----

----- Depois, quanto aos medicamentos, ó senhor deputado municipal, nós temos informado toda a gente. Se for preciso colocar na fatura da água essa informação, nós colocamos, porque se há coisa que a mim me dói, é chegar a uma farmácia e ver alguém, eu já fiz isso, ver alguém a escolher os medicamentos que vai comprar. Também há o contrário, também há aqueles que vão lá e dizem, «quero todos de marca» e dizem-lhe assim. «Então, mas isto assim fica muito mais caro à Câmara, fica muito mais caro. Não quero saber é a Câmara que me paga». Isto foi-me dito por uma farmácia que estavam indignadíssimos com a resposta que levaram. Obviamente também como há um limite, pronto. Agora, eu naturalmente aquilo que me confrange e que me custa muito é saber se há pessoas que não têm os medicamentos todos que lhes são receitados, até porque uma receita é no seu todo e, portanto, há um médico que está além e que sabe. Quer dizer, quando se receitam medicamentos não é para ser tomado um e o outro ficar na gaveta. Não, ou se tomam todos, ou então não tem o efeito que deve ter e, portanto, sinceramente é uma coisa que me custa e se for necessário fazer a divulgação através da fatura da água fazemos, não temos nenhum problema. -----

----- Parque de autocaravanas, senhor deputado municipal, a Câmara não tem nada a ver com aquilo e penso que também a Junta de Freguesia neste momento não tem, não tem pronto, porque já tinha sido informado, portanto aquilo é caravanismo selvagem. O que nós fazemos muitas vezes, é informar a GNR, só que a GNR diz que tem muita dificuldade em colocá-los de lá para fora. Porquê? Porque eles têm que ter avançados, têm que ter não sei o quê, não sei quê mais, têm que lá estar há mais que x dias. Eles quando lá chegam, a GNR, vão dar uma volta obviamente, mudam de local e pronto e acabou e continuam ali. --

----- Vou dizer-lhe que estamos à procura e já há algum tempo de um terreno adequado para se poder fazer isto. Nós precisamos, precisamos de uma ASA e, portanto, temos que o fazer. Agora, tem que ser num terreno adequado, não ali, ali não de todo, sou absolutamente contra. Aliás, o senhor Presidente da Junta que tinha lá uma receita, já não é do tempo praticamente aqui do atual Presidente da Junta, mas o anterior que tinha lá uma ótima receita, deixou de ter porque eu disse que não queria ali e, portanto, que não podiam



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



continuar ali as caravanas e, portanto, estamos nisto à procura de um terreno que de facto dê para fazer isto e que se consiga também dar resposta a este nicho de mercado, porque ele existe e também não é desprezável, porque estes estão cá também no inverno, frequentam os restaurantes, frequentam os bares e, portanto, temos também que encontrar aqui uma solução. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para o senhor deputado Ricardo Cândido, os serviços já estiveram a ver. Quanto aos filtros, tem que haver uma mudança de filtros e vão fazer o procedimento para as três piscinas para a mudança de filtros para podermos poupar a água toda. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, ah! Já agora senhora Presidente, várias vezes me têm pedido e nomeadamente também no executivo já me pediram para eu dar conta, ou prestar contas sobre aquilo que tenho feito no Comité das Regiões. Está constituído um dossiê dos dois anos, de 2022 e 2023, está agora nas mãos do senhor vereador Pedro Xavier, o que tem o dossiê é uma cópia de todas as convocatórias com a ordem de trabalhos, portanto está lá a ordem de trabalhos, não têm a documentação, porque obviamente e são resmas de papel, resmas e resmas. -----

----- Agora, obviamente que depois dos senhores vereadores consultarem, eu passarei para a senhora Presidente da Assembleia, por forma a que também os membros da Assembleia Municipal se tiverem interesse em ver alguns dos pontos que lá estão, nós fornecemos o material, nós fornecemos o material obviamente, todos vão-me dizer que não têm tempo para lerem, garanto-lhe. Não, ó senhor deputado municipal, é que sabe eu quando vou para a reunião do plenário levo um dossiê com esta lombada, portanto nem eu tenho tempo de ler todos os documentos, vou-lhe dizer muito honestamente. Leio aqueles que são mais importantes e que me dizem respeito, porque isso é quase impossível, mas pronto, muito obrigada. Já agora, também uma nota, como vai haver nos dias 18 e 19 de março em Mons a cimeira das cidades e regiões, também dar-vos conta de que vou ser preleitora num dos grupos de trabalho e, portanto, fui convidada para isso com muita honra. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, a estratégia local de habitação eu fiquei sem uma série de respostas que coloquei, nomeadamente de atualização dos dados, se esses dados interferem ou não para a reformulação de toda esta estratégia, continuamos a pensar que seria importante partilhar aquele acordo ou o acordo que existe entre a autarquia e os representantes do PRR ou através do IRU para o acordo que foi feito que a senhora Presidente disse na última Assembleia que isto seriam valores que era o PRR e que, portanto a autarquia não iria pagar nada como se o PRR fosse um saco sem fundo, portanto seria importante a autarquia partilhar esses dados, e depois fiquei sem resposta, ainda mais preocupado fiquei com a execução orçamental da despesa e a preocupação da senhora Presidente, partilho também, que é de que forma é que vai ser implementado tudo aquilo que está previsto relativamente à reabilitação de seiscentos e trinta e nove fogos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois, por outro lado, alertar a autarquia também que a estratégia local de habitação está lá inserido o 1º. Direito, mas na estratégia local de habitação, é importante também pensar no 2º. Direito, é importante pensar no 3º. Direito, é importante pensar na construção a custos, porque é importante perceber que o 2º. Direito é ordenado a partir dos novecentos e qualquer coisa de euros, que é a classe média em Portugal. E depois outra questão também que nos preocupa, é exatamente de que forma é que a autarquia está concentrada na construção a custos controlados, mas também era importante definir uma estratégia para construção a custos moderados, porque não são só as pessoas que necessitam do 1º. Direito. Tenho dito. -

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que isso não é sobre a informação escrita. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que o 1º. Direito é um programa. 2º. Direito não existe nenhum. Ah! Então pronto! ---

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, eu peço desculpa, não é matéria da informação escrita. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que queria fazer uma pequena intervenção que vem aqui nesta situação, no caso que já falou aqui também um senhor que veio falar aqui sobre as cooperativas. Neste momento, o executivo tem algum terreno, tem a ver com o PDM também, tem alguns terrenos que possam entregar ou vender para que se possa constituir cooperativas para fazer construções a custos moderados ou controlados como já foi feito aqui neste município e no município ao lado. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, eu peço desculpa senhor deputado com o máximo respeito que tenho pela sua intervenção. Isso tem a ver com a informação escrita, mas isso está referido na informação escrita da senhora Presidente? É que nós tivemos um tema, eu peço desculpa senhor deputado João Caetano, tivemos uma Assembleia Extraordinária, cujo tema era a atualização, a alteração da estratégia local de habitação e, portanto, todas as questões podiam ter sido colocadas nesse sentido. Se houvesse situações que tivesse a ver com a informação escrita e que não tivesse sido clarificado... Agora, estar a perguntar se há terrenos ou deixa de haver terrenos no âmbito da informação escrita, não me parece que seja esse o mote da questão. Não foi uma moção de recomendação e, portanto, para mim com o devido respeito, a esta hora não me parece cordial esse tipo de questão, mas pronto, eu respeito aquilo que os senhores deputados... -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, é que isto também parece-me um bocado... é que já estive aqui tantas vezes até à uma da manhã a discutir assuntos, já estive muitas vezes depois da meia-noite e meia... -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas não é isso que está em causa, senhor deputado, não é isso que está em causa. É uma questão formal de nós fazermos e cumprirmos os pontos todos da ordem de trabalhos de forma objetiva. Ok? É só isso, do ponto de vista formal e peço desculpa pelo adiantado da hora. Agora, eu queria a vossa colaboração porque a mesa



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



agradece, eu pessoalmente agradeço a todos os líderes dos grupos partidários das forças políticas que aqui estão, quando foi pedida a alteração do dia 20 para o dia de hoje, mas na conferência de representantes tinha ficado definido que seria dia 20 e continuação no dia 21. Nós não discutimos, porque uma vez que houve uma alteração do dia que estava previsto inicialmente, do dia 20 para dia 21, não articulei convosco a continuação do dia 21 e, portanto, da Assembleia de hoje. Vou pôr à consideração a continuação para amanhã para o dia 22, se não houver impedimento da parte do executivo nessa data, porque obviamente não podemos fazer a Assembleia sem a presença do executivo para que nos possa, os outros assuntos que aqui estão, nomeadamente a integração do saldo orçamental. Portanto, a proposta que eu deixo é fazer amanhã dia 22 a continuação. Façam favor. Diga? Portanto, o Chega não levanta qualquer objeção. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que ia dar a sugestão que a continuação fosse sexta-feira dia 22. Porque temos aqui uma coisa de um dos membros marcada para amanhã e, portanto, para não estarmos aqui a despoletar aqui uma cadeia de substituições até amanhã, seria complicado depois garantir quem é que viria amanhã. Sexta-feira em princípio, a não ser que haja um imprevisto que não estamos a pensar nele, não haverá problema. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, o Chega não pode na sexta. Segunda-feira? Segunda-feira acho que não é possível, pois não senhora Presidente? A ideia que tenho é que segunda-feira não é possível. Eu acho que devíamos terminar isto o mais rapidamente possível. Não podem amanhã? Nem com substituições? Não é isso que eu estou a dizer. Ó senhor deputado, não podem, quando digo não podem não sei se são os cinco que não podem. Então, a proposta de dia 23 sexta-feira? Sexta-feira, senhora Presidente. Então, fica para sexta-feira a continuação dos trabalhos. Ok, não pode. Terça-feira que dia é que é terça-feira? Terça-feira, senhora Presidente? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que na conferência de líderes que tiveram ficou assente 20, 21, 22, se der 22. Depois, a senhora Presidente telefonou a todas as bancadas aqui representadas por causa do dia 20 de receber o seu líder que não podiam, e então passámos um dia à frente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que então a falha é sua, dia 22 estava consignado então continua a 22. Pronto, está discutido, ok. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que está assente. O PSD não esteve representado na conferência de líderes. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, eu peço desculpa, foi uma falha minha, eu pensei que o dia 22 não tinha sido falado e, portanto, são testemunhas que foi falado, foi aceite, fica para 22. Obrigado, peço desculpa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, foi sim senhora. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e vinte e nove minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª reunião desta 1ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia vinte e dois de fevereiro, no mesmo horário e local.-----

-----**2ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária de 2024 – 1º Mandato 2021-2025**-----

-----**Reunião de 22 de fevereiro de 2024**-----

-----Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário e **José Júlio de Jesus Ferreira, P'la** Segunda Secretária da Mesa. -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Maria de Lurdes Montêz Serralheiro Reis	Partido Socialista
Dário José Pereira dos Reis	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido	PAN

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
CHEGA	Luís Filipe Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patricia Alexandra G. Ferro
CHEGA	Patricia Alexandra G. Ferro	1 dia	22/02/2024	Jorge Daniel Alves de Melo
BE	Marco Paulo Pereira	1 dia	22/02/2024	Marilu Veiga Correia Santana
PS	Pedro Jorge Moreira	1 dia	22/02/2024	José Luís Mateus Barbudo
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	22/02/2024	Alzira Maria Maças Calha



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	22/02/2024	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	22/02/2024	Paulo Jorge Riscado
PS	Paulo Jorge Riscado	1 dia	22/02/2024	Maria de Lurdes Montêz Reis
PS	Rui Miguel da Silva Algarve	1 dia	22/02/2024	António Alves Alferes Pereira
PS	António Alves Alferes Pereira	1 dia	22/02/2024	Dário José Pereira dos Reis
PSD	Carlos Gouveia Martins	1 dia	22/02/2024	Ricardo Jorge da Silva Viana
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	22/02/2024	Ricardo Nuno Cândido

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª reunião da 1ª Sessão Ordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes, e referindo que vão entrar no Período da Ordem do dia, discussão e votação do Mapa de Desempenho Orçamental de 2023; incorporação do saldo de execução orçamental de 2023 no Orçamento de 2024; e da alteração modificativa que corresponde a uma revisão do orçamento e da despesa para o ano 2024 e a alteração modificativa às Grandes Opções do Plano 2024-2028 nos termos da proposta que foi aprovada pelo executivo camarário. Portanto, não sei se a senhora Presidente quer fazer alguma intervenção de início, não o fazendo passo a palavra aos senhores deputados municipais. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que queria apenas dizer e chamar a atenção à senhora Presidente de uma questão que lhe desagradou e pensa que desagrada grande parte das pessoas, que é o seguinte. Hoje, como sabe, tivemos aqui o nosso futuro Primeiro-Ministro, há quem ria, há quem esteja, eu percebo o vosso nervoso, mas pronto é assim e no outro dia esta Assembleia estava marcada para o dia 20 deste mês. Recebemos a notificação de que o vosso candidato estava no Algarve e, portanto, ela foi adiada. Vocês foram informados de que hoje tínhamos nós aqui em Portimão, o nosso candidato e no Algarve e pedimos o adiamento da sessão e os senhores como têm a maioria e pela vossa democraticidade, não aceitaram essa situação e por isso é muito desagradável aquilo que aconteceu e, portanto, no futuro não peçam por favor qualquer opinião ao nosso partido, porque em termos de democracia ela não existe e só existe para um lado e por isso mais uma vez o povo não gosta das maiorias absolutas. Tenho dito e espero que a senhora Presidente tome nota desta situação porque é muito, mas muito desagradável e eu era para não estar aqui e tive que estar aqui, e além do mais, no dia 20 tinha uma consulta em Lisboa, tive que a desmarcar, marquei-a para o dia seguinte, porque não havia hipótese e os senhores porque tinham cá o vosso representante adiaram a sessão e quando os outros partidos pedem, porque têm o mesmo direito, penso eu em democracia é assim, os senhores não fazem, não ligam, não querem saber. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado municipal Natalino Alves, fomos colegas deputados nesta Assembleia há uns anos atrás, eu não o interrompi e agradeço que não me interrompa por uma questão de lealdade na intervenção. Senhor deputado Natalino Alves, eu estou a falar para si, agradeço que me oiça com o mesmo respeito com que eu o ouvi. ----

----- O que acontece foi o seguinte. Houve efetivamente uma situação em que nós fizemos a conferência de líderes, o PSD não esteve presente, essa matéria foi discutida, entretanto, o que aconteceu foi que após termos marcado dia 20 e dia 21, e a possibilidade de continuarmos para dia 22, suscitou-se uma situação de questão partidária de representação e como todos os partidos que aqui estão no âmbito daquilo que é maior solidariedade e lealdade nessa questão, eu telefonei aos líderes de bancada, telefonei primeiro ao senhor deputado Carlos Martins, não me atendeu e eu entendi que não me tendo atendido, porque poderia estar impossibilitado para esse efeito, liguei ao senhor deputado Vítor Couto, e fi-lo por sequência daquilo que é a representatividade nesta Assembleia. Todos foram unânimes, expliquei a razão e todos foram unânimes que não haveria qualquer questão. -----

----- Relativamente àquilo que se passou ontem, o PSD não esteve na conferência de líderes, foi alterado para dia 21, eu ontem por acaso não tinha bem presente a questão do dia 22, até foi o senhor deputado Mário Espinha e também o meu Primeiro Secretário que me alertaram pelo facto de essa data já ter sido. Portanto, eu não tenho conhecimento e tive conhecimento agora que o cabeça de lista do PSD esteve em Portimão. Eu não tenho conhecimento, não veio qualquer, ninguém me telefonou do PSD nem sequer ontem à noite quando eu falei com o senhor deputado Vítor Couto, ele falou-me numa questão pessoal que tinha que alterar, mas não houve um telefonema sequer antes, podia ter havido um telefonema antes da reunião de ontem a dizer,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



«olhe, atenção que se formos continuar esta reunião no dia x ou no dia y nós PSD não podemos por esta razão». Não houve esse telefonema e, portanto, ontem à noite em função daquilo que tinha sido a resolução da conferência de líderes, a Presidente da Assembleia é que tem que respeitar a conferência de líderes e foi o que eu fiz, não tem nada a ver. Eu desconhecia, eu desconheço a vida partidária dos partidos que aqui estão, tomara eu saber onde é que vou amanhã em campanha, que recebo normalmente o programa do meu partido na véspera e, portanto, quanto mais saber onde é que está. Sei que hoje houve e isso eu assisti e que o cabeça de lista do PSD estaria na CNN a partir das dezoito e trinta em Lisboa. Isso eu sei, porque assisti, porque tinha informação que haveria esse debate. Agora, não sei isso, a Assembleia Municipal, se houve um pedido em relação à Câmara, se a Câmara tem essa informação, a Assembleia Municipal não tem essa informação e, portanto, não me foi dada essa informação e não me foi transmitido por ninguém. Eu ontem cumpri aquilo que tinha sido uma indicação da conferência de líderes. Aceito e agradeço e ontem fiz esse agradecimento aos líderes das bancadas por terem acedido a esse pedido, fá-lo-ei sempre que o fizerem, mas eu não posso é ultrapassar aquilo que foi discutido na conferência de líderes a partir do momento em que me avisaram e me disseram, «mas senhora Presidente ficou acertado que fosse 20, 21 e continuaria a 22» e, portanto, 21 e 22 estamos a cumprir aquilo que foi a conferência de líderes. Penso que fica este esclarecimento. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que era só para responder. A senhora Presidente disse que não sabia se a Câmara tinha conhecimento. A Câmara não tem conhecimento nem tem que ter, até porque eu também soube que o líder da AD esteve hoje em Portimão porque esteve de manhã no mercado, foi de manhã, não foi à noite, portanto foi de manhã, o impedimento poderia ser de manhã... eu acho que quem está nervoso não sou eu e, portanto, o nosso candidato e futuro Primeiro-Ministro esteve cá à noite e, portanto, só veio a Faro e nós tínhamos que ir lá a Faro e muito bem a senhora Presidente colocou a questão a todos os líderes de bancada. Se todos concordaram, obviamente que não havia mais nada a fazer. Agora, se me dissesse que o seu líder que naturalmente ficará em segundo lugar vinha hoje aqui à noite, naturalmente que todos nós teríamos que ter isso em consideração nem que fizéssemos num sábado ou num domingo. A democracia é assim que funciona e, portanto, da minha parte não soube que esteve cá, ou melhor, soube que esteve cá o vosso líder, porque tive oportunidade de ver na televisão, candidato a número dois, ou segundo lugar. Muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que quando referi a questão da Câmara, foi só por uma situação. Eu desconhecia se tinha sido pedido a cedência de algum espaço e aí formalmente poderia haver esse conhecimento formalmente, mas vamos continuar a nossa ordem de trabalhos e, portanto, não havendo outras intervenções digamos assim antes da discussão, portanto vamos iniciar a discussão do ponto 4-a), façam favor. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-a)** – Discussão e votação do Mapa de Desempenho Orçamental de 2023; da alteração modificativa (revisão) ao Orçamento da Receita e ao



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Orçamento da Despesa para o ano de 2024, com a incorporação do saldo de execução orçamental de 2023 no Orçamento de 2024; e da alteração modificativa (revisão) às Grandes Opções do Plano 2024-2028, nos termos da Proposta – **Deliberação nº 101/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ele sinceramente veio ali para discutir os pontos da ordem de trabalhos e, portanto, se eventualmente tiverem interesse naquilo que está na ordem de trabalhos, ele gostava aqui que se debruçassem sobre estes assuntos, não é? Porque o resto, enfim, o resto está mais ou menos evidente o que é que se passou e quer dizer, cada um fica com o ónus que entender em relação àquilo que se passou, não é? Pronto e por aqui me fico. -----

----- Relativamente aqui a este ponto, esta proposta que aqui vem, é no fundo aquilo que anualmente é aqui trazido à Assembleia mais ou menos nesta altura, que, no fundo é a incorporação do saldo de gerência da anterior através de uma alteração modificativa do orçamento para este ano e eu queria dizer aqui duas ou três coisas em relação a este valor. Este saldo aqui de gerência positivo, não é, os cinquenta e três mil setecentos e cinquenta e seis cento e quarenta e dois euros, assenta fundamentalmente este resultado líquido positivo na cobrança dos impostos e das taxas municipais, sendo que aqui, enfim, como todos sabemos esta execução ou a execução orçamental que permitiu esta cobrança fiscal assenta de uma forma, enfim, muito acentuada no desempenho do IMT que felizmente para a autarquia foi bastante favorável e também na cobrança de IMI e de outras taxas e tarifas sempre nos valores máximos conforme sabemos. Ora, daqui decorre o seguinte do nosso ponto de vista. O resultado positivo que está aqui em cima da mesa para incorporar no orçamento para 2024, é obviamente positivo e é de saudar esse facto, só que este resultado positivo em bom rigor não resulta de qualquer ação direta do executivo da Câmara Municipal, ou seja, não houve aqui, nomeadamente nenhuma ação, nenhuma estratégia concreta do executivo que levasse, por exemplo, ao desempenho extremamente favorável que tivemos de cobrança de IMT, enfim, a cobrança do IMT como sabem é um imposto que decorre das transações imobiliárias sobre prédios que estão localizados aqui no concelho e, portanto, quer dizer, as coisas são o que são, não é propriamente por ação da Câmara que há mais ou menos transações imobiliárias. Aliás, se fosse eventualmente devido aqui a muitas ações da Câmara e em certos domínios como a conservação urbana, como os espaços verdes na cidade, se calhar eventualmente até as transações seriam muito menores e eventualmente esta receita fiscal seria muito abaixo daquilo que foi, enfim, as pessoas o que é facto, é que fruto de algum dinamismo que há no mercado imobiliário que não é só em Portimão, diga-se em abono da verdade, o que é facto é que a receita tem sido mais elevada neste campo e, portanto, temos aqui uma receita que é incorporada, eu, enfim, estive aqui a ver os anexos, penso que cinco e seis se não estou aqui em erro, foram aqui corrigidas rúbricas que estavam aqui previstas, que estavam digamos previstas com valores meramente simbólicos para algumas obras e alguns projetos municipais, mas há aqui uma questão que eu queria colocar que, enfim, este reforço que está aqui nos anexos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cinco e seis em algumas rubricas e em alguns projetos, são em obras pontuais. Algumas que são necessárias, outras, enfim, mais questionáveis digamos assim, enfim, vi aqui coisas que são mais ou menos pacíficas, penso que o investimento que vai ser feito no edifício Alfagar para reconverter aqui o edifício, parece-me que será mais ou menos consensual, há aqui a requalificação de equipamentos como escolas também, parece-me que é uma coisa também mais ou menos pacífica, e depois há aqui coisas que me parecem, enfim, mais discutíveis. Continua a existir-se e investir-se aqui em mais verbas para a Proteção Civil, não sei até que ponto é que isso estará justificado, não estou a dizer que a Proteção Civil não deve ter investimento, mas quer dizer, se calhar há outras prioridades ou deveria haver. Falta na nossa opinião e é essa a questão que eu queria colocar, falta aqui é uma estratégia. O senhor vereador José Cardoso está-se a rir, enfim, eu não me dá vontade de rir, pronto, ok então peço desculpa. Eu realmente o que eu vejo aqui é que há aqui investimentos que são casuísticos, são pontuais e na nossa opinião falta aqui uma estratégia subjacente a esta política de investimento que nos faz questionar se há realmente uma estratégia de desenvolvimento municipal ou não e, portanto, eu concretamente gostava que a senhora Presidente dissesse aqui à Assembleia qual é a estratégia que está subjacente aqui a esta política de investimentos. Não me vai dizer que são as GOP, que enfim, as GOP, enfim, não é propriamente uma estratégia, são opções, portanto uma visão estratégica é uma coisa completamente diferente, nem vou falar aqui do PDM, porque, enfim, isso levar-nos-ia se calhar aqui muito longe, mas eu gostava que nos dissesse qual é a estratégia no fundo que está aqui subjacente a este reforço aqui de uma série de rubricas que foi aqui, ou que é aqui proposto com esta incorporação do saldo e para já disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que estão hoje ali reunidos para discutir a incorporação do saldo do exercício anterior no valor de cinquenta e três milhões, verba essa que irá reforçar o orçamento previsto para o presente ano. Este é o procedimento obrigatório, uma formalidade que temos que cumprir. No entanto, o cerno da questão reside em compreender as razões por trás deste excedente orçamental e em que medida o executivo planeia aplicar estes fundos no corrente ano. Nesse sentido, eu tenho aqui algumas dúvidas, e as dúvidas prendem-se com o seguinte. A rubrica eventos, tinha quatro milhões previstos, recebeu um reforço agora de mais quatro milhões, ou seja, oito milhões, que representa treze por cento da despesa efetiva realizada no ano de 2023, treze por cento. -----

----- Quando olho para outras rubricas que considero até mais importantes do que as festas e as festinhas que este município tanto gosta, como família que tem um milhão e meio, educação que tem um milhão e duzentos e cinquenta mil, habitação que tem um milhão e meio, desporto que tem três vírgula três milhões, eu pergunto qual é a justificação para uma verba para a necessidade de oito milhões em eventos, ou seja, treze por cento da despesa efetiva realizada em 2023. Muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, isto não há muito a dizer, portanto, são comentários que eu respeito obviamente e, portanto, em democracia é assim. Agora, a verdade é que fomos nós que ganhámos as eleições com uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estratégia que apresentámos aos portimonenses há quatro anos. É essa estratégia que estamos a implementar com mais ou menos dificuldade, já disse, eu já reconheci aqui as dificuldades que temos tido, daí estes cinquenta e três milhões que estamos a incorporar, gostaria de só estar a incorporar metade ou nem metade, de ter aplicado os restantes, mas infelizmente não conseguimos, vamos obviamente acelerar agora, porque agora sim temos os projetos prontos e, portanto, podemos lançar os concursos, mas eu queria fazer aqui uma correção. É que é assim, o senhor deputado João Caetano disse que a Câmara não tem aqui, o executivo não tem ação nenhuma no aumento do IMT. Eu gostava de perguntar se de facto acredita que alguém investiria numa cidade que não seja uma cidade atrativa, que não seja uma cidade pujante. Ninguém investiria, obviamente que as pessoas não vinham cá deixar o seu dinheiro. Ó senhor deputado, e eu peço-lhe uma coisa que eu acho que lhe fica muito bem que é dizer bem da sua terra, dizer bem do seu município, dizer bem da sua cidade e, portanto, alguma coisa foi feita para a tornar mais atrativa e para que haja mais investimentos.

----- Depois, o IMI foi só responsável por dezassete vírgula seis por cento da receita, e mais, não está no máximo como o senhor disse que estavam todas no máximo, não está, o IMI já não está no máximo e, portanto, mais verbas para a Proteção Civil, eu vou-lhe dizer uma coisa, se mais verbas eu pudesse disponibilizar mais disponibilizava. Nós precisamos de adquirir uma autoescada, quem esteve atenta agora às imagens de Valência, um prédio de catorze andares está provavelmente a ruir, está todo a arder, se nos acontecesse a nós, não temos neste momento uma autoescada que possa responder e, portanto, há outros investimentos, aliás, eu vou fazer uma intervenção no âmbito das jornadas que eu já disse das cidades e regiões que vai haver em Mons e a minha intervenção tem a ver com resiliência, e a resiliência é isso, é criar condições para podermos responder a eventos inusitados que não estamos preparados para ter. Portanto, a resiliência é isso mesmo e a Proteção Civil tem de ter resiliência, isto é, se nos acontecer um tremor de terra ou incêndios, sei lá, aquilo que nos acontecer nós temos que estar preparados para dar resposta e eu deixem-me dizer-vos uma coisa. Eu só deito a minha cabeça tranquila na almofada quando sei que cumpri tudo aquilo que é necessário para que os portimonenses possam estar seguros. Dou-vos a minha palavra de honra, é a coisa que eu mais temo. Quando às vezes me aparecem a pedir coisas que eu acho uma extravagância, eu às vezes já digo assim, «eh pá, mas não chega já o que já temos» e depois dizem-me «ai não, olhe isto é um carro que é tipo um canivete suíço que dá para abrir, para cortar os automóveis quando têm acidentes, para retirar os cidadãos e não sei quê», e eu disse assim, «eu não posso deixar de apoiar isto, se há um acidente em que um cidadão tem que ser retirado de lá com recurso a uma coisa destas, o que é que eu vou responder perante os meus concidadãos» e, portanto, na Proteção Civil é onde eu me sinto mais à vontade em investir, porque é aquilo que tem retorno. É aquilo que tem retorno, é aquilo que garante a segurança dos portimonenses e de quem nos visita, porque é aquilo que nós podemos dar de melhor aos nossos concidadãos e a quem vem fazer turismo para Portimão, que é segurança e, portanto, aí eu estou completamente à vontade.

----- Não há estratégia. Como lhe disse, de facto, a nossa estratégia foi sufragada há quatro anos pela terceira vez, mas já agora deixe-me lembrar-lhe que há áreas que são estruturantes e fundamentais e que estão aí. Mobilidade, educação, espaço público, bem-estar dos cidadãos, olhar para as famílias, para as suas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



carências, portanto há áreas que estão aí bem frisadas e que de facto naturalmente respondem àquilo que são as nossas necessidades. -----

----- Senhor deputado municipal Vítor Couto, relativamente à rubrica de oito milhões, eu por acaso não vi que eram oito milhões, mas também não preciso de ver, eu vou-lhe dizer uma coisa. É assim, vamos comemorar o centenário da elevação de Portimão a cidade, queremos ter aqui momentos marcantes e, portanto, o investimento é muito maior do que é normal e depois temos também as comemorações do 25 de Abril, porque como democratas que somos não podemos deixar de viver o 25 de Abril, de relembrar a democracia e aquilo que ela nos trouxe que é aquilo que hoje possibilita que estejamos todos aqui a discutir uns com os outros de forma educada e democrática. Não sei se respondi completamente. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que agradece as explicações da senhora Presidente de Câmara. Ó senhora Presidente de Câmara, desculpe lá dizer-lhe, enfim, não me leve a mal, eu acho que a senhora não sabe a diferença entre o programa eleitoral que foi a eleições e uma estratégia de desenvolvimento local. Parece que não sabe a diferença. Eu falei em estratégia, não falei no conjunto de propostas que é aquilo que é submetido a votos. Aquilo que os partidos, as várias forças políticas levam às eleições, normalmente é um conjunto de propostas e de projetos, é um programa eleitoral. Uma estratégia é um assunto um bocadinho diferente, é mais delicado, é mais complexo, requer mais tempo, mais estudo, pede um horizonte muito mais amplo e envolve necessariamente um juízo prospetivo em relação àquilo que se quer para o concelho daqui a dez ou quinze anos. Ora, eu, enfim, posso estar com falhas de memória, mas daquilo que vi no programa eleitoral do PS que não é uma estratégia de desenvolvimento local, não vi nada sobre isso, mas realmente posso ter falhas de memória. -----

----- Agora, a senhora diz que, como é que alguém compra um imóvel em Portimão se Portimão não for atrativo. Bom, pode haver n motivos, desde o preço dos imóveis, senhora Presidente, se calhar comparativamente com outros concelhos do Algarve, embora não seja um preço muito baixo se calhar até é mais baixo que o preço médio noutros concelhos como Loulé, como Albufeira, como Lagos, por exemplo, e fico por estes três e estou a falar num segmento de segunda habitação que é se calhar, muito provavelmente, aliás que é o grosso da receita de IMT, é compra e recompra, ou compra e revenda de segundas habitações. Portanto, há aqui muitos fatores que influem na compra de um imóvel, nomeadamente quando é um imóvel para férias ou para rendimento, nomeadamente para alojamento local ou para arrendamento sazonal, que é aquilo que acontece muito e nós sabemos todos que é isso que acontece muito em Portimão e infelizmente depois pagamos o preço se calhar noutras áreas, nomeadamente na falta de oferta para habitação permanente.

----- Bom, mas a senhora diz-me que, enfim, as pessoas não viriam comprar aqui se não fosse atrativo. Ó senhora Presidente, mas o que é que é a atratividade para a senhora Presidente? É as escadas mais giras dos bombeiros, é o equipamento desinteressante de desencarceramento dos bombeiros e quer dizer as pessoas não ligam a isso como é evidente. Eu não estou a esmorecer esse tipo de equipamentos, não estou a dizer



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que não são importantes. O que eu estou a dizer é que aquilo que torna atrativa uma cidade, aquilo que dá qualidade de vida aos residentes e aos visitantes, não são propriamente esses equipamentos e, portanto, a senhora Presidente quando dá esses exemplos e quando põe no topo se calhar das prioridades equipamentos que tendo a sua importância não tornam realmente a cidade mais atrativa, mostra que têm aqui uma visão um bocadinho desfasada da realidade em relação aqui à atratividade numa cidade como Portimão. -----

----- A questão da segurança não é a mais importante, a questão dos espaços verdes é muito mais importante, a questão da mobilidade é muito mais importante, a questão do trânsito que é um problema central hoje em dia para quem vive em Portimão e para quem visita Portimão nos meses de verão, é uma questão central em Portimão, o ordenamento de trânsito que os senhores têm descuidado completamente, e para quem reside cá, nomeadamente as questões relacionadas com a habitação, com o acesso à habitação e com o acesso também a mais e melhor emprego. -----

----- Bom, agora a senhora pede-me para eu não falar mal da minha terra, ou melhor, pede-me para eu dizer bem da minha terra. Ó senhora Presidente, eu que sou natural de Portimão, olhe, não, isso, enfim, nem é preciso estar a encher a boca com falsos elogios para dizer que sou de Portimão senhora Presidente, por amor de deus há que ter espírito crítico e capacidade crítica para perceber aquilo que interessa a Portimão, porque é fácil vir para cá e encher a boca a dizer que se gosta muito de Portimão, mas se calhar quem cá sempre viveu, quem tem as suas raízes cá e quem tem uma visão se calhar diferente do que é Portimão e do que poderia ser, se calhar muitas vezes tem de criticar as coisas como estão a ser feitas para que Portimão melhore e para que tenha um futuro muito melhor do que tem hoje, porque é isso que é amor à terra. Não é dizer bem, por dizer bem para agradar aos outros. É criticar aquilo que está mal numa perspetiva de melhoria e de futuro melhor para a nossa cidade. Isso é que é ser inteligente, isso é que é ser portimonense e amar Portimão, independentemente de ter cá nascido ou não. Agora, dizer que Portimão é muito bom e está bem em todos os aspetos só porque fica bem, senhora Presidente isso, enfim, é um elogio. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que de facto ela não percebe como é que uma senhora Presidente tem um argumento pelo facto de existir críticas construtivas, dizer que algum deputado, aliás, os naturais de Portimão não gostam de Portimão. O que nós intervimos e nós estamos revoltados é pela situação que esta cidade ficou desde que está nas mãos dos não naturais de Portimão. Portanto, é uma falta de consciência, uma falta de conhecimento desta cidade, uma falta de conhecimento do passado desta cidade só pode implicar estas afirmações que eu tenho ouvido aqui, aliás, acabei de ouvir aqui nesta Assembleia Municipal, é lamentável. Eu gostava que a senhora Presidente dissesse em factos concretos o que é que entende Portimão como uma cidade atrativa e pujante. Eu a semana passada depois do trabalho, já há algum tempo que não ia ao centro da cidade, porque estou sem tempo, eu fiquei bastante triste do que ouvi e do que eu me apercebi do que está a minha cidade, a cidade da minha família que chegou há duzentos e trinta anos a Portimão, uma vergonha, só quem não gosta de Portimão, só quem usa Portimão para os seus



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fins é que pode dizer que Portimão é uma cidade pujante e atrativa. Só quem não conheceu Portimão no passado é que pode fazer este tipo de afirmações. -----

----- Eu sinto-me revoltada porque sou de Portimão, natural de Portimão e vi esta cidade crescer pelo mal e para o bem. Hoje andarmos em Portimão é uma tristeza, Portimão são três meses, durante o inverno é uma tristeza completa, é uma cidade morta, há estabelecimentos fechados, não tem qualquer interesse, buracos nos passeios, ervas de dez centímetros de altura nos passeios, estou a falar da cidade, olhe em frente do meu prédio, em frente ao meu local de trabalho. Como é que é possível alguém ter a coragem de dizer e de criticar quem defende Portimão, quem gosta de Portimão, quem percebe de Portimão e viu este Portimão ser destruído a partir do 25 de Abril? Desculpem lá a expressão, desculpem, mas é mesmo assim, nós temos que chamar as coisas pelos seus nomes, é 25 de Abril, é 25 de Abril, sim senhora, o que é que serviu para Portimão o 25 de Abril, o que é que serviu para Portimão o governo Socialista que esteve em Portimão, o que é que os sociais fizeram para Portimão, pelas pessoas de Portimão, pelos pobres de Portimão? -----

----- Senhora Presidente, senhora Presidente, eu tenho perceção e tenho consciência que a senhora Presidente leva muito pouco tempo em Portimão, ultimamente anda desdobrada com as suas viagens à comunidade europeia. Percebo, eu percebo senhora Presidente, mas hipocrisia política e criticar de quem é Portimão, eu não admito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que naturalmente que compreendendo que a nossa democracia é uma democracia adversativa, bem se percebe e bem se compreende que a postura das oposições não seja idêntica às das responsabilidades de quem governa, naturalmente que sim, mas é óbvio que ele gostaria naturalmente de se reportar ao assunto aqui em pauta investindo num princípio de negação. Esse princípio de negação é justamente o do bairrismo serôdio. Eu sou cidadão de corpo inteiro, nasci em Estômbar, vivi em Portimão da minha meninice e não quero nem devo, porque pretendo ser cidadão do mundo, não quero nem devo ser portimonense, ou seja, importa que percebamos o contexto em que estas questões são ditas. Não é possível aceitar que no século XXI ainda se procurem acirrar pessoas com ódios bairristicos, isto é inaceitável, desculpem, para nós isto é inaceitável, é a cidadania que está efetivamente aqui em pauta, nada mais do que isso que já não é pouco. Relativamente aos assuntos que respeitam à vida da cidade de Portimão e à sua gestão. -----

----- Quando surgiram os novos rumos, ficou muito clara a definição da estratégia. Em primeiro lugar, saneamento financeiro. Saneamento financeiro porquê? Porque era uma forma de reconciliação do executivo com a cidade de Portimão, fruto dos desmandos do próprio Partido Socialista, temos que fazer essa autocrítica, mas estes desmandos do Partido Socialista não foram únicos e não se deveram unicamente ao socialismo, porque na altura a nossa cultura era uma cultura despesista, cada um batia com a despesa e quem viesse atrás que fechasse a porta. Portanto, nós não podemos aligeirar responsabilidades, mas também por conta disso não podemos negar o êxito destes executivos sucessivos na matéria que diz respeito ao saneamento financeiro do município. Não podemos atribuir a fenómenos muito circunscritos, como é o caso do IMT, o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sucesso do superavit que a Câmara tem. Portanto, não vamos negligenciar este aspeto que é fundamental, que exige um esforço gestor enorme, só quem governa sabe que assim é. -----

----- Então, o mercado tem flutuações, mas se o mercado tem flutuações negativas é a Câmara que paga. Se tem positivas, a Câmara não tem nada a ver com isso, fica de fora, é periférica. Já estamos habituados a este tipo de juízos prospetivos. -----

----- Ora bem, é óbvio que nós temos aqui alguns eixos de pensamento que têm norteado este executivo e às vezes quem está por dentro deles da própria prática nem se dá conta, mas em boa verdade a par do saneamento financeiro, quando não há dinheiro há projetos. Portanto, tem havido uma atitude projetualista nesse domínio. Prova disso é que pontuais ou não eles estão aí, têm sido executados, mas têm sido executados de uma forma cautelosa, porque esta Câmara continua endividada, ainda não deixou de o ser. Bem, e nesse sentido nós temos que fazer justiça ao facto do estado social sempre ter imperado neste município, nunca os mais desfavorecidos deixaram de ter apoios no sentido de efetivamente mitigarem as suas necessidades. Bem, neste sentido se isto efetivamente não é uma postura estratégica, eu diria que então que vivamos bem sem estratégia. É óbvio que há aspetos relativamente aos quais por vezes nós temos as nossas falhas prospetivas, é certo que sim, vamos dizer, «ah! Mas a habitação». Ok, mas a habitação é algo que pertence a uma iniciativa estritamente municipal? Não é, ou seja, tem que haver aqui de facto uma interligação com os políticos a nível nacional. Agora, se essas políticas estão em vigor e os executivos não dão satisfação, aí sim, aí há que responsabilizá-los. Não vamos negligenciar que não estamos a ver investimentos avultados, mas a Presidente de Câmara já o disse, os senhores não o negaram, porque as provas são mais de evidentes que há uma série de concursos que efetivamente têm ficado desertos. Agora, quem é que poderá regozijar-se com isto? Haverá alguma Presidente de Câmara que se possa regozijar com o facto de um concurso ficar deserto, inibindo a sua iniciativa? Inibindo a iniciativa desejada? Parece-nos que não. -----

----- Bem, este é o contexto em que nós diríamos que vale a pena efetivamente apoiar este executivo, pela circunstância de que tem havido rigor na gestão, tem havido transparência e isso é gratificante, mas naturalmente que há um aspeto em que a oposição de um modo geral a nosso ver é um pouco falha, que é quando critica o marketing turístico que nós fazemos, seja ele do domínio identitário puramente cultural como será o caso das comemorações do centenário da cidade, como as tais ditas festas e festinhas. Eu não sei como é que os senhores compreendem hoje o município turístico, era muito interessante nós debatermos isto, sem que efetivamente haja um clima de emotivo, porque o turismo hoje é emoção, o turismo hoje não é o idiota do bronze que vai ali para a praia e ali está oito horas a ver se fica escuro com a sensualidade dos negros. Não é isso. Portanto, tenhamos em consideração se estas contas efetivamente são equilibradas ou não, ou se há um excesso de despesismo. Não nos parece que isso tenha acontecido até hoje e, portanto, é esse o contexto em que nós não deixando obviamente de ser críticos, porque a política só se justifica pela necessidade, pela necessidade coletiva. Se tudo estivesse bem, não haveria necessidade de se investir no domínio político, bastava gerir o quotidiano e estava. Bem, é neste contexto que o Partido Socialista faz o entendimento de que é desejável que este executivo faça mais e melhor. Nós não estamos satisfeitos, tão



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pouco o executivo está satisfeito e é este quadro de insatisfação de algum pessimismo cultural que nos leva a ir por diante, caminhando ou tentando sempre fazer mais e melhor. Portanto, ótimo, as vossas críticas são sempre úteis, são desejáveis, porque com elas todos nós aprendemos, só há bons governos se houver boas oposições. Disse, senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio**

Quadros, senhor deputado Figueiredo, eu sou bairrista, eu assumo que sou bairrista, sou bairrista porque eu gosto da minha cidade e gosto tanto desta cidade como de outras cidades confortáveis, cidades feitas para os cidadãos. Os senhores falam muito em saneamento financeiro, vangloriam-se do saneamento financeiro, mas o vosso saneamento financeiro, o que vocês fizeram durante este período todo demonstra que vocês não tiveram capacidade para ir além do que estar a cobrar impostos entre os IMIS e o IMT. Portanto, o saneamento financeiro os senhores acabam por ser até desonestos convosco próprios. O saneamento financeiro hoje vê-se que só pela cobrança dos impostos, IMI e IMT que os senhores têm pago a dívida e pagaram muito e poderiam ter amortizado muito mais. O que quer dizer que se fossem, se tivessem capacidade para alavancar esta cidade que não fosse só a cobrança dos impostos através da construção, esta cidade era uma cidade riquíssima, era uma cidade, sim, com muita pujança e muito atrativa. Os senhores esquecem-se de uma coisa, falam das dívidas da cidade, é que nem para os senhores, os senhores são, é que estas dívidas da cidade, o maior passivo da cidade apareceu, porquê? Após obras nesta cidade, tiveram que recorrer ao empréstimo aos financiamentos, tiveram que recorrer. Esquecem-se de uma coisa, para esta cidade ter o tempo, para esta cidade ter a zona ribeirinha como está, havendo qualificação que ficou a meio, porque infelizmente o engenheiro Mergulhão faleceu, tiveram que recorrer a empréstimos. Se os senhores verificarem a lista de obras que foram feitas naquela altura com recurso a empréstimos e tiveram que recorrer a esses empréstimos porquê? Para conseguirem a comparticipação com o financiamento da comunidade europeia, porque se a Câmara não estivesse endividada em empréstimos nem setenta por cento a fundo perdido, a Câmara ia buscar. Aliás, a vossa gestão a seguir demonstra, eu gostava de ver, eu gostava de saber que projetos é que os senhores fizeram a partir dessa data, quais os projetos que tiveram subsídios e aproveitaram os subsídios. Os únicos projetos que eu vi que realmente foram feitos e que foram aproveitados os subsídios, foi no tempo do senhor Pedro Xavier que era vereador que vos deu a mão para ultrapassar até esta situação do FAM. Portanto, preferiram, recorreram ao FAM, talvez, talvez. Agora demonstra-se pelas receitas que esta cidade gerou, não era necessário recorrer ao FAM, era necessário ter uma cabecinha, bom raciocínio, bons técnicos para conseguir gerir a dívida sem pôr esta cidade no lodo como os senhores fizeram. Portanto, quando se fala em bairrismo, quando se fala em muita coisa, não sejam hipócritas, politicamente não sejam hipócritas. Eu convido os senhores vereador, o Figueiredo e a senhora Presidente para uma sexta-feira à noite a partir das sete da tarde irem passear comigo à cidade de Portimão. Eu convido, eu convido, eu deixo aqui este convite, venham comigo à cidade de Portimão, venham ver a cidade de Portimão a partir das dezasseis horas, das dezoito horas da noite, das dezoito horas, esta cidade mete medo, esta cidade mete medo. Eu na sexta-feira cheguei, eu



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cheguei muito triste e deprimida, ansiosa, como é que é possível nós pedirmos aos nossos jovens que estão nas universidades fora voltarem para Portimão? Em IMI, IMT. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, gostava apenas de dizer duas ou três questões sobre aquilo que ouvi tanto da senhora Presidente, como do senhor deputado José Figueiredo. -----

----- Fiquei com a dúvida de que o senhor José Figueiredo, membro desta Assembleia Municipal, esteve aqui, enfim, com uma conversa realmente muito jeitosa, muito bonita como é seu hábito e ainda bem que assim é, fiquei com dúvidas de que o senhor deve estar deslocado, ou seja, o senhor estava aqui a tentar arranjar ou desculpar de que o partido que governou esta cidade não foi o mesmo. Provavelmente o senhor antes pertencia a um partido e agora pertence a outro, sendo ele na mesma a designação de Partido Socialista. Fiquei com essa ideia de que o partido não foi o mesmo, o partido apenas é um partido que salva as contas, que, enfim, deixa resíduos nos depósitos à ordem, provavelmente depósitos a prazo do município, mas esquece-se de que foi este partido que levou ao endividamento total do município em relação às suas contas. Dizer-lhe também que isto que aqui está a ser posto à votação, eu como membro desta Assembleia, sempre tenho dito e como bancário que fui e economista que sou da minha profissão e como cidadão normal, quando tenho uma dívida ao banco, normalmente o que eu faço é liquidar essa dívida quanto antes e dentro do possível. Eu deixando dinheiro é evidente para comer, ou para alguma viagem que eu queira fazer, mas deixo uma reserva, mas pouca. O que o município tem feito é não aplicar o dinheiro que tem sobrado ao longo destes anos e é muitos milhões que dava para pagar a dívida total e permitir ao executivo e sempre foi isso que eu defendi, de poder dar aos munícipes desta cidade, a possibilidade de lhe baixar o IMI, de lhe baixar os impostos, de devolver uma parte do IRS como todos os outros munícipes aqui à volta têm feito aos seus concidadãos, e o que se fez foi, havia sempre uma desculpa de não liquidar a tempo e horas para que a intervenção continuasse para que não baixassem os impostos, o IMI principalmente e aquilo que a senhora Presidente diz que o IMI baixou não dá para pagar um café à maior parte das pessoas. Aquilo que os portimonenses receberam do executivo pela baixa do IMI, zero vírgula zero um, não dá para pagar uma refeição ou um café a muitos deles. Isto é só para dizer-lhe que temos que ser claros. Não basta dizer que o município deixou de receber não sei quantos mil euros, o que eu digo é, cada um dos cidadãos portimonenses. Por outro lado, eu gostava muito de acompanhar a senhora Presidente na análise que faz ao nosso município. Devo-lhe dizer, a senhora não lê, mas eu sou desta terra há sessenta e sete anos, portanto antes do 25 de Abril, como aquela senhora diz. Portanto, conheci a cidade antes, o desenvolvimento que teve sempre com a gestão do Partido Socialista e hoje onde caímos. Tenho pena de não acompanhar aquilo que a senhora, eu gostava de acompanhar, mesmo sendo de partido diferente da oposição, gostava que as suas palavras caíssem e eu ficasse satisfeito com isso, mas fico incomodado porque não vejo esta cidade com o desenvolvimento como teve Lagos que era uma miséria em relação a Portimão e também gerida também pelo Partido Socialista, e é verdade, quer nos jardins, quer no trânsito, então aí é uma desgraça total esta cidade, quer no acesso às praias para aqueles que aqui vivem, para aqueles que aqui nasceram, para aqueles que aqui trabalham o ano



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



inteiro trezentos e sessenta e cinco dias. Tenho o prazer também de conhecer muitos munícipes ao longo do país, tenho o prazer também de conhecer a Europa como a senhora agora está a conhecer pelas funções que desempenha, e não vê cidade como esta, sinceramente não vê, não vê, não vê, não consegue ver, tudo aquilo que disser a esse respeito não é verdade. Quem viveu de princípio ao fim da sua vida nessa cidade, não acompanha as suas motivações de beleza que esta cidade tem e duvido que muitos dos turistas que aqui passem gostem de voltar a esta cidade, só se voltarem pelos preços baixos dos hotéis que fazem ou isto, ou aquilo e pelas boas praias que Portimão tem. Agora, quem cá vive, não, eu há anos que não vou à praia da Rocha, à praia. Só se pedir um cartão da senhora para poder deixar o meu carro, porque eu não vou à praia para estar uma hora, eu vou à praia para estar quatro ou cinco, não é e, portanto, só se pedir o seu cartão para estacionar onde quiser e, portanto, não vale a pena entrarmos por aí, tenho pena de não acompanhar a sua leitura a esta cidade que conheço há sessenta e sete anos, volto a dizer como portimonense que sou de gema como se costuma dizer e o povo diz, mas tenho pena que não haja um desenvolvimento pensando no futuro, que a Câmara não pensasse em aproveitar a oportunidade que teve com o dinheiro que ganhou e que com as licenças, com os IMIS, com o IMT, com todos esses impostos que cobrou, com as multas agora, não beneficiasse realmente os munícipes, os portimonenses, dando-lhes a eles o que os outros dão aqui ao lado, não dá, a senhora não tem dado, só tem dado dificuldades. A nível do trânsito então é uma desgraça, uma desgraça total e a senhora não diga que é, porque se calhar não anda de carro ou anda com motorista e com isto termino, porque, enfim, é o que temos, é a gestão Socialista destes tempos todos, não desenvolveu, graças a deus para si, porque não é portimonense, não nasceu cá, mas eu nasci. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição** **Leonor Mateus**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vai ser sintético, vai tentar remeter-se ao assunto que traz aqui, incluindo aqui algum diálogo elevado com o seu colega deputado José Figueiredo. O nosso colega deputado José Figueiredo faz esta excelente intervenção nesta Assembleia, que tanto descasca na Câmara, como depois diz que a Câmara é fantástica. Com isso em termos de marketing político que por acaso é uma das minhas áreas de especialidade, quer esvaziar a oposição e eu queria-lhe dizer que não vai esvaziar a oposição que a oposição tem ideias e a oposição tem trazido muitas ideias para aqui, são todas chumbadas pela vossa maioria na área da sustentabilidade, na área da educação, os senhores nunca aprovaram uma coisa, estão cá há três anos, um *Ruqui*, o *Ruqui* é um termo brasileiro, mas nunca fizeram... senhora Presidente, eu nunca disse que vocês estão, estou a falar das nossas propostas, nunca tiveram a coragem de aprovar uma por mais simples que fosse. É o resultado de três anos, são evidências, senhora Presidente. Não, estou-lhe a dizer uma evidência. Alguma moção foi aprovada? Nenhuma. Portanto, isso é a questão do esvaziar, isso é um esvaziar a democracia. A democracia é quando as ideias têm valor, aprova-se, pronto. Portanto, eu não estou a dizer que não tenha acontecido democracia, estou a falar de factos, o que joga mais forte na política do que a democracia e isso traz-me então aqui ao contributo como sempre o faço positivo ao nosso executivo. Compreendendo e aceitando como é lógico o argumento da senhora Presidente de que ganhou as eleições e por isso tem a estratégia que devem implementar, vocês é que sabem,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é perfeitamente aceitável, é isso é uma verdade, é uma evidência, vamos continuar a falar de evidências, mas também é uma evidência quando se olha para um reforço de quatro milhões para a questão dos eventos, e olha-se para um reforço de um milhão e duzentos para a educação, aí peço desculpa é uma evidência, e é uma evidência porquê? Porque já trouxemos aqui a esta Assembleia o quanto Portimão pode ser pioneira na questão da educação, está a fazer o trabalho que deve fazer, mas nós queremos que vá mais além e, portanto, positivamente temos vindo a trazer a questão de que é preciso ir mais além e havendo oportunidade financeira é uma das áreas prioritárias de reforço. Volto a dizer coisas concretas. -----

----- Tenho sido abordado pelo conjunto de cidadãos imigrantes que trabalham e fazem funcionar esta cidade a me perguntar, «olhe o senhor fala bem inglês, ajude-me porque tenho filhas da sua idade e eu não sei o que hei-de fazer, porque os manuais que elas estudam são de história de Portugal, eu não sei história de Portugal, eu já não sei o que hei-de fazer com o pouco dinheiro que ganho por mês para ajudar as minhas filhas a terem o ensino que merecem», e então dizem-me que estiveram a aceitar dois e três trabalhos que nem dormem para poderem durante três meses e foi isso que me perguntaram onde é que podem pôr os filhos para ter assistência privada, para que os filhos possam ter melhores performances na educação nas nossas escolas. Ora, nos países onde nós todos vamos e não sou só eu, muitas das vezes sabemos que estes serviços são prestados pelas câmaras municipais. Quer os serviços de integração dos estrangeiros em termos de linguagem e de cultura, são também prestados os serviços às suas famílias. Eles vêm para cá trabalhar, trazem as famílias, precisam de ajuda. Como é que querem que uma criança do Paquistão entre na nossa escola e consiga tirar o proveito da escola quando todos os conteúdos escolares não estão de acordo com a experiência que ele traz. Portanto, podíamos ter utilizado um milhão pelo menos destes eventos e eu estou a dizer isto mais uma vez construtivamente, respeitando a vossa maioria, de que seria possível, sem ser demagogo, pensar outras formas de distribuí-lo. E gostaria de finalmente também dizer ao deputado José Figueiredo, que também em termos de estratégias de marketing, nós sabemos que há muitas estratégias de marketing, mas nós preferimos as estratégias de marketing dos territórios que querem ser saudáveis. Eu não gosto das estratégias de marketing, é que as minhas filhas são expostas a transação de droga à frente delas no verão pelos frequentadores dos nossos festivais. Eu não gosto de estratégias de marketing como calculam, festivais de droga, sexo ao vivo nas nossas praias à frente das nossas crianças. Não gosto, estou a dizer que é só isto? Não. Estou a dizer que isto acontece. Eu gosto de estratégias de marketing pelo territorial, que valorizam o território, que sejam assentes na sua cultura e que tragam aquilo que é hoje em dia os caminhos do turismo sustentável. Portimão pode fazer isto, Portimão tem margem para fazer isto, tem território, tem pessoas que fazem o melhor que podem e o melhor delas para o território. Portanto, as estratégias de marketing não é só fazer eventos de fórmula um, ou de fazer aqui festivais de música. É perceber que podemos estar na vanguarda. E o que nós temos trazido aqui, deputado José Figueiredo, caros membros do executivo, é ideias para fazer diferente. Portanto, o que eu queria concluir é que por estas razões e por nós termos ideias e sermos pessoas que gostam de contribuir positivamente, não é a retórica que nos vai esgotar os nossos argumentos. Muito obrigado, disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que ele sobre esta deliberação, irá ser parco na sua alocução. Queria pôr um bocadinho de água na fervura a esta Assembleia e pouco irei dizer. -----

----- O que tenho a dizer, é que o orçamento que foi apresentado pelo executivo, foi sempre gerido com a responsabilidade do executivo do Partido Socialista. Pois nos anos 2022/2023, nenhuma das medidas propostas apresentadas pelo Partido Chega tiveram inclusão no orçamento, nem após a incorporação do saldo transitado. -----

----- A responsabilidade política do orçamento no município de Portimão é totalmente do Partido Socialista e não quis aqui evocar êxitos nem inêxitos e fico-me por aqui e deixo o resto do tempo para os meus colegas de bancada. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que é notório que este excedente de cinquenta e três milhões foi distribuído pelas várias rubricas. Vê-se aqui rubricas que têm mais dinheiro, outros menos, nota-se que tiveram que distribuir o dinheiro, pois ele tem de estar cá. Agora, se o vão gastar é que a gente não sabe, aí é que ficamos a saber, e estas verbas podia estar aqui uma verba para a habitação, estão sempre a insistir na mesma tecla, mas é verdade, devia estar aqui uma verba para a habitação, podiam já começar a fazer alguns fogos e estão à espera do PRR, até o PRR vir, já ouvimos esta conversa já há sete anos e não temos habitação, vamos comprar habitação ao mercado, as tais cento e quarenta e duas casas, até votámos favoravelmente, mas a preços de mercado ainda por cima altos, não vemos aqui, moções que o Bloco de Esquerda já trouxe aqui e que passaram, o parque infantil na Quinta das Oliveiras que tanta falta faz para aquele bairro que tem muitos jovens que neste momento ainda tem jovens, daqui se calhar a dez anos já não têm lá os jovens, se calhar fazer um parque sénior, se calhar temos que mudar ou temos que fazer alteração, temos o parque infantil na Quinta da Horta, daqui também a mais uns tempos os jovens saem de lá, o meu filho também já tem vinte e dois anos, se calhar já não vai usar este parque, se calhar é melhor pensar num parque sénior também.-----

----- Falam outra vez aqui do auditório, uma obra daquelas que já devia de estar requalificada, passado sete anos ainda está no mamarracho que está. Ficamos assim um bocado extasiados com cinquenta e três milhões e nada se faz, ou não se faz tanto de produtivo pela cidade. É que a cidade não podemos dizer que está mal, mas podia estar muito melhor, não se pode querer tudo é verdade, estamos a pagar ainda uma dívida de alguns equipamentos que nós temos, mas também é verdade, eu também não gostaria de viver numa cidade que não tinha um teatro, não gostaria de viver numa cidade que não tinha um museu, não gostaria de viver numa cidade que não tem um pavilhão como temos o Arena, é verdade, não gostaria de viver numa cidade sem esses equipamentos. Estamos a pagá-los, está-nos a custar muito, esses equipamentos podiam existir e não deviam de existir é tantas derrapagens e tantos milhões gastos a mais. É verdade, a cidade é uma cidade que podia estar muito melhor tanto para os munícipes, como para quem nos visita. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Outra situação que gostava de ver aqui também aclarada, que falta tão pouco, porque é que não acabam com os empréstimos a longo prazo, o deputado do Chega já tinha falado na noite anterior sobre os empréstimos a longo prazo, porque é que não terminaram com isso que eles ainda têm taxas de juros de um por cento, quase dois por cento? Porque é que não terminaram com os empréstimos a longo prazo? -----

----- Gostaria também de chegar ao fim do ano e cumprirem a palavra e baixarem o IRS, que esse, sim, põe o dinheiro no bolso dos portimonenses. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, de alguma maneira, eu vou procurar ser sintético, porque temos que fazer uma boa gestão do tempo e os senhores às vezes ficam também sem paciência já para nos ouvir. Dirijo-me, enfim, mais especificamente ao deputado Américo Mateus, até pela circunstância da postura que tem tido e que se obriga a ter, enfim, na condição de professor, naturalmente nós não podemos despir-nos da matéria de que somos formados e a matéria que formamos. Isto para dizer ao senhor deputado que se porventura as minhas intervenções a algures pode situar alguns paradoxos, eu quero dizer-lhe o seguinte. O único partido em que filiei de forma romântica desde 1979, foi no Partido Socialista. O partido que eu tinha como partido da fraternidade, da liberdade, nós não somos feitos de entropia, nós discutimos e é na dinâmica das discussões que o partido se vai renovando e naturalmente não podemos ver os partidos como massas amorfas ou estâncias estáticas, não é? Portanto, é esta a circunstância que determina que nós estejamos aqui do mesmo jeito que estivemos no passado e que, enfim, até se deu uma explicação para o senhor Natalino Alves. Naturalmente que nós temos uma comissão para a educação e para o ensino superior, vamos pensando contributos possíveis, porque estarmos a reunir por reunir não é o número de reuniões que determina a fecundidade do trabalho. Como eu ouvi aqui no último dia, parece que é o quantitativo que determina a fecundidade, não é. Portanto, nós naturalmente gostaríamos de nesse espaço poder usufruir de todos os contributos válidos para que não se possa ninguém queixar de que os seus contributos de facto não têm o desejável aproveitamento, mas eu diria que há questões aí que coloca que eu não gostaria de deixar cair em saco roto, como é o caso, por exemplo, do apoio à educação, e o apoio local à educação tem sido uma evidência, ou seja, nós em termos do executivo de Portimão nunca tivemos queixas da falta de apoio a bolseiros, quer do ensino secundário, quer do ensino superior e isso naturalmente que me alimenta algum orgulho. Agora, vamos dizer, bem, mas isso é o necessário e suficiente? Não, não é, nós sabemos muito bem que Camões dizia e o senhor lembra-se, «o eterno contentamento descontente é óbvio». Então, é nessa posição que eu também estou. É num contentamento por pertencer a um partido que tem pugnado mal ou bem, melhor ou pior, por conduzir a vida pública desta cidade e que está sempre aberto naturalmente à crítica e à própria autocrítica, foi o que eu fiz há pouco e que, enfim, sinto que o partido se identificou sempre com esta forma de estar. Portanto, é necessário alguma humildade democrática para nós fazermos este exercício. -----

----- Então, eu diria que uma outra questão pendente que foi aqui aflorada na última sessão, não estava presente, foi justamente a questão da imigração e do problema da integração social dos indivíduos e o problema da reunificação familiar como condição de estabilidade para a própria. Portanto, tudo isso, enfim,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



com esse eixo da educação e da integração dos indivíduos que não têm, enfim, a língua que não tem a posse da língua portuguesa, enfim que será desejável obviamente que porventura o executivo em conjunto com as escolas, não sei teremos que ver a melhor forma, não é, que encontre uma plataforma de integração superior digamos assim para essas dificuldades acrescidas, como é o caso da língua. Portanto, estamos de acordo, eu agradeço, em nome da minha bancada, agradeço-lhe efetivamente a sua intervenção e como se verá, importa que nós não tenhamos fantasmas nos armários, não é? E, portanto, sinceramente quando aqui venho procuro ser igual a mim próprio e os meus colegas de bancada também e os camaradas... ah! não, não, os camaradas não, não. Brinco, temos que levar a política com um certo humor, porque o humor é muito salutar, é muito saudável, podemos dizer coisas muito sérias a brincar e pronto, basicamente por ora é isto que se me oferece e naturalmente que nós estamos disponíveis para votar favoravelmente esta proposta, com de facto a convicção profunda de que estamos a apoiar um executivo que está a fazer o seu melhor, está a dar o seu melhor. Agora, é óbvio que cumpra à oposição e muito bem, enfim, fazer as suas críticas, aquelas que obviamente são aproveitáveis por circunstâncias várias, nós naturalmente não nos escusaremos de as ouvir e é por isso que isto é o órgão democrático, não é, muito adverso, mas todos nós nos queixamos um pouco de que somos cegos, surdos e mudos, porque às vezes é um debate, parece um debate em que ninguém se ouve, ninguém se faz ouvir, mas como vê é possível ouvirmo-nos e é possível colaborarmos e tocarmos para a frente, para um Portimão melhor. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, sem dúvida que chegamos a esta fase do ano e chegamos ao início do ano e eu acho que voltamos aos velhos rumos e se pensar que além de voltarmos aos velhos rumos, parece que não estamos unidos, faz-me lembrar alguns lemas recentes e que passavam por alguma estratégia de gestão da cidade e de melhoria das condições da cidade. E então isto é tudo um paradoxo, porque chegámos a esta fase e estamos a discutir aquilo que é inédito, que é a autarquia tem cinquenta e três milhões em mãos e agora o que fazer com estes cinquenta e três milhões. Exatamente e, portanto, há uma tentativa por obrigatoriedade que decorre da lei, de alocar os valores a uma série de rubricas que aqui estão e algumas delas com certeza vão ser implementadas, outras com certeza não e outras com certeza nunca sairão daquilo que é um processo de intenção. Aliás, e eu se bem me lembro ontem da conversa com a senhora Presidente e até a propósito daquilo que foi a baixa taxa do cumprimento da despesa, porque há uma série de dificuldade em fazer obra e a senhora reconheceu ontem isso e trocámos aqui algumas impressões exatamente sobre isso que rondava cerca dos quarenta e quatro por cento, quarenta e cinco, o que quer dizer que se o ano 2023 se repetir com o ano 2024, grande parte destes valores que estão aqui alocados até para fazer obra, não se vão fazer e, portanto, vamos chegar a um final de ano 2024 em que baseado naquilo que é um histórico recente, grande parte desta alocação e desta suposta estratégia, porque enfim os senhores querem ser fazedores, mas depois fazer sem uma visão, sem uma estratégia e que possa claramente ser partilhada e ter uma visão partilhada de tudo isto, pode levar exatamente àquilo que tem acontecido nos últimos anos que é a destruição da riqueza e a destruição dos recursos e, portanto, como temos assistido a isto e muito nos últimos anos, preocupa-nos e com certeza que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vos deve preocupar a todos vós e preocupa, porque essencialmente isto remete-me para uma pergunta que é, se o cumprimento da despesa de 2023 foi atingido em rácios muito baixos, o que quer dizer que grande parte destes cinquenta e três milhões não são só pelo aumento da receita e a receita extraordinária do IMI, IMT e tudo mais, mas porque há obviamente valor que sobrou e excedente, porque a despesa também não foi cumprida, e eu volto a questionar aquilo que ontem me soube a pouco na resposta, que é, que além da senhora Presidente reconhecer que há dificuldade em cumprir a despesa e cumprir investimento, como é que a senhora perante este ano 2024 pretende ultrapassar esse problema. Tenho dito, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, ouvi aqui também falar sobre a cidade, que eu também sou de Portimão, não nasci em Portimão, mas desde a instrução primária que estou a viver em Portimão, Portimão é mais minha, ou seja, é a minha cidade, é tão minha como vossa. Não falo mal de Portimão, mas falaram da cidade de Portimão, que chegam à cidade de Portimão e que veem a cidade de Portimão vazia, escura, «escura» que não se vê movimento na rua durante o inverno, mas a verdade é que se um empresário portimonense quer abrir um bar ou quer abrir qualquer coisa dentro da cidade de Portimão, vai logo o barulho, vai logo a GNR. Para um empresário para fazer uma música ao vivo dentro de um bar ou fora do bar é uma carga de trabalhos, é uma série de taxas e de taxinhas e mais impostos e impostos para conseguir pôr uma banda a trabalhar num bar, e depois torna-se esta monotonia que a gente vê que a cidade realmente não tem ninguém e também as próprias pessoas não querem sair, a gente não pode obrigar as pessoas a saírem à rua, isto também é uma verdade, a própria população portuguesa não é como a espanhola, a gente vai ali a Espanha e vê as pessoas na rua a divertirem-se, porque faz parte da cultura. Aqui em Portimão não é esse tipo de cultura, e mais, há dois polos atrativos noturnos, que é o caso da praia da Rocha e o caso da noite também de Alvor e mesmo assim já cria grandes constrangimentos com os moradores. Por isso fico-me por aqui, gostaria de ver a cidade mais movimentada, mas também não queria ver uma cidade também como um polo noturno como tem uma praia da Rocha e como tem Alvor, depois as pessoas não podiam descansar. -----

----- Eu tinha outra situação que temos estado a ver, que é o caso das falésias. Nestas rúbricas que não tem nada sobre o ambiente, não vi aqui nada sobre o ambiente, e temos o problema das falésias, eu sei que não pertence à Câmara, mas acontece que elas estão a descambar. Se vai ver ali na praia da Rocha onde está o restaurante F, aquilo está ali tudo, quase que o restaurante F vem abaixo e também no jardim do Vau também está lá a falésia na praia do Vau também a cair. Pergunto o que é que a Câmara pretende fazer, eu sei que não têm verba para isso, que pertence acho que é à APA, não sei se estou enganado, gostaria de saber o que poderá fazer a Câmara já que tem verba, se poderá fazer alguma coisa sobre essa situação e também já agora se já tem mais algum assunto sobre a Santa Catarina, a fortaleza de Santa Catarina. Tenho dito. --

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que esta alteração espelha apenas as opções que o executivo tem e é uma distribuição deste saldo de cinquenta e três milhões pelas opções que já tinha. Porém, fico aqui um bocadinho a olhar para esta distribuição, esperava que já tinha ficado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



anteriormente um pouco desiludido, apesar da informação da senhora Presidente de querermos ter um município mais verde, mais amigo do ambiente, mais amigo dos animais e o tê-lo reconhecido e esperava que com esta passagem de saldo, existisse aqui um reforço efetivamente efetivo nessa área que a senhora Presidente mostrou essa vontade, e aquilo que verifico é que anda na ordem dos três milhões, pelo menos para a área do ambiente será cerca dos três milhões de cinquenta e três milhões. Portanto, parece-me que é um pouco diminuto, não dizendo que é mais importante que fosse atribuído mais dinheiro face às outras preocupações que também têm o seu impacto. Porém, três milhões e cinquenta e três parece-me diminuto, e algo que o município podia ter uma estratégia um bocadinho diferente. Bem sei que isto tem uma distribuição aritmética que depois poderão ser feitas alterações de acordo com as necessidades que se verifiquem. Porém, demonstra que parece-me que afinal é quase um *greenwashing*, é um dizer que queremos ser verdes, queremos ter maior preocupação, mas e depois acabamos por não a ter efetiva. Porém, posso estar enganado e dou a oportunidade ao executivo de o demonstrar, e com a emoção disto tudo, era a informação que tinha, as questões que tinha eram estas. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que vai ser muito sintética, porque obviamente vai responder às questões que naturalmente deve responder. Relativamente ao senhor deputado Natalino Alves, certamente deve andar distraído, porque nós no ano passado fizemos uma amortização de mais cinco milhões de euros ao FAM, o que significa que a partir do segundo semestre ficaremos abaixo do limite de endividamento excessivo e, portanto, ficaremos donos do nosso destino, ficamos fora da alçada do FAM, portanto a partir do segundo semestre. Anda um bocadinho distraído. -----

----- Depois, só lhe respondo também ao nível do trânsito. Sabe uma coisa senhor deputado? Eu na passada terça-feira para entrar em Faro, levei vinte minutos às dezoito horas, vinte minutos e sabe uma coisa? Às cidades da Europa onde eu vou e o senhor deputado Américo Mateus disse que eu agora conheço muitas cidades e conheço e conheço, foi o senhor deputado Natalino Alves, peço desculpa pronto. De facto, conheço e sabe que para chegar, por exemplo, à cidade de Bruxelas para entrar do aeroporto na cidade de Bruxelas, levo quarenta e cinco minutos para fazer pouquíssimos quilómetros. Portanto, as cidades, indique-me em Lisboa, em Lisboa quando quer sair entre as cinco e as oito, quanto tempo leva para sair para entrar na ponte 25 de Abril. É um sintoma de cidades desenvolvidas, há movimento, há movimento, o pior para nós era não haver movimento, significava que estávamos parados. Aqui há dois ou três anos, um empresário disse-me a mim, veio de Lisboa e veio viver para Portimão e dizia-me ele, «nos primeiros anos em que eu cheguei aqui não havia hora de ponta e eu estava preocupado, mas qual é a cidade que se preza que é uma cidade que seja uma cidade pujante que não tem hora de ponta? Não conheço nenhuma», e dizia-me ele, «felizmente já há hora de ponta em Portimão». -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para perguntar e ele já saiu daqui? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**, não, não, mora cá. Não, não, continua a morar cá, não se ria que não vale a pena rir, não se ria. -----

----- Depois, ao senhor deputado Pedro Mota só lhe quero responder relativamente à questão dos empréstimos a longo prazo. Sabe quanto é que nós devemos a longo prazo? Quatrocentos e treze mil euros. Sabe quanto é que pagamos de juros por ano até 31 de dezembro? Onze mil e trezentos euros, é quanto pagamos de juros por este empréstimo de quatrocentos e treze mil euros. Alguns destes empréstimos já caem agora muito brevemente e, portanto, estamos a cumprir, não vemos razão nenhuma para neste momento estarmos a amortizar. -----

----- O senhor deputado Paulo Canha pergunta como é que eu vou ultrapassar a dificuldade do investimento? Olhe, para já houve uma fase em que, pronto, obviamente que eu tenho que perceber que os nossos técnicos tentam fazer os concursos pelo mais baixo possível. O que acontece, é que era tão baixo, tão baixo que as pessoas não concorriam e, portanto, não concorriam e agora também já houve acertos até por parte do estado, portanto já houve aqui acertos e neste momento naturalmente que temos que colocar as obras no mercado por um preço justo, porque senão cada vez que uma obra fica deserta, quando a lançamos novamente, já vai quase para o dobro e, portanto, temos que adequar também aqui os valores. -----

----- Falésias, senhor deputado Pedro Mota, falésias, ah! Já agora uma das obras que está em falta e que devia ter começado o ano passado e não começou, é aquela, por exemplo, da igreja, que ainda é um valor bastante razoável e, portanto, naturalmente também descambou para este ano. As falésias houve um levantamento com a Proteção Civil e a nossa fiscalização, portanto o levantamento está todo feito e foi entregue à APA. Portanto, está entregue nas mãos da APA. A obrigação é deles. -----

----- Senhor deputado municipal Ricardo Cândido, dizer-lhe que o município mais verde, sim, vamos ter muitas áreas verdes e vamos ter muitas áreas verdes, até porque como sabe o barranco do Rodrigo, o concurso apesar de ter havido quem dissesse aqui que já sabia para quem é que ia quando lançámos os concursos, quem é que ia ficar com o terreno, lançámos o primeiro concurso ficou deserto, lançámos o segundo sem valor nenhum e ninguém ofereceu nem um cêntimo, apesar de aqui se ter dito que o primeiro valor era muito baixo, que tínhamos que subir mais, eu só gostava de saber qual era a empresa que esse membro da Assembleia Municipal sabia que ia para lá, porque teria que ir falar com a empresa porque é que não se candidatou se a gente até pôs valor zero? De facto, é assim uma coisa um bocadinho, pronto não sei, fazer uma acusação de que até já sabia para quem é que ia e no fim, primeiro concurso, zero, segundo concurso, zero. Bendita empresa que estava tão interessada e que já se conhecia até o destino do terreno e afinal não há. O senhor, exatamente, está gravado, está, está, eu vou buscar a gravação. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, eu tenho que lamentar antes de mais que... -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao deputado João Caetano que não tem tempo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não? Então olhe é em defesa da honra, é para defesa da honra. Desculpe lá, isto é ofensivo aquilo que foi aqui dito, ou da forma como foi dito é ofensivo e, portanto, dêem-me um minuto se faz favor, dêem-me um minuto para responder a isto que é muito grave dizer-se uma coisa nestes termos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, vamos fazer o seguinte. Fazemos distribuir essa ata e acabou e, portanto, vamos terminar aqui a discussão! -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para perguntar à senhora Presidente se lhe dá licença que responda, um minuto. Não é preciso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, temos quatro ou cinco pontos da ordem de trabalhos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, por um minuto, portanto para responder a isso a senhora Presidente acha que vai inviabilizar o resto dos trabalhos. -----

----- É só para dizer o seguinte. Lamento que a senhora Presidente quando quer fazer acusações não tenha a hombridade e a coragem de dirigir-se diretamente a mim neste caso para fazer as acusações, foi preciso interpelá-la para a senhora dizer, e depois segunda questão. Não foi isso que eu disse, eu disse concretamente que suspeitava que ia haver uma oferta, uma proposta, não disse que sabia quem era a empresa. Não, não, disse que suspeitava que ia haver uma proposta e, portanto, a senhora traga a ata, senhora Presidente, traga a ata e depois esclarecemos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, muito obrigado senhora Presidente pelas respostas. No entanto, eu coloco aqui outra que é, e a senhora acabou de referir que parte do pagamento da dívida vai ser para retirar à autarquia, ou findar com o programa de intervenção do FAM e, portanto, quero dizer que a partir do segundo semestre a autarquia tem em si a plena posse de execução daquilo que é a sua política para os próximos anos. Isso é bom, é bom, é bom, mas parece-me que fica subjacente que não vamos continuar com noventa milhões de euro de dívida, não é? Vamos continuar, vamos continuar, não é? Portanto, porque só se paga é o excedente. Portanto, a Troika sai daqui, mas de qualquer das maneiras vamos continuar com esse processo de endividamento, e é estranho com cinquenta milhões de euros agora na mão e até ter que alocar para o orçamento de 2024, não se pensa em ir mais além, porque não é a autarquia que tem a dívida, somos todos nós enquanto portimonenses que a temos, não é? Não, vale a pena vale senhora Presidente falar nisto, vale a pena, vale a pena porque mais uma vez continuamos a achar que podiam ser mais ambiciosos até porque há dificuldade em fazer obra. Se há



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dificuldade em fazer obra, eu também percebo, eu se calhar no vosso lugar também o que faria e alguma parte deste investimento iria investir no tal marketing para a cidade, porque provavelmente se calhar é das poucas circunstâncias que além daquelas despesas todas correntes que se fazem nas autarquias, não é, que há muita obra a fazer corrente porque há muita intervenção a fazer própria da gestão e do funcionamento do concelho. Agora, eu acho que poderiam ser muito mais ambiciosos nesse aspeto. Aliás, isto também remete para outra coisa que a senhora Presidente disse aqui a propósito do barranco do Rodrigo, uma cidade que é tão atrativa como é que um processo desses fica sem ninguém interessado. É estranho, não é? É estranho, é estranho e, portanto, há aqui qualquer coisa que afinal não é assim como pensamos ou como dizemos. Uma zona e uma cidade tão carismática como Portimão e com tanta possibilidade de futuro, uma área nobre daquelas da cidade e de intervenção urbanística fica deserto. É estranho, porquê? O tempo dirá e os senhores com certeza com responsabilidade política que têm deverão com certeza perspetivar isso de outra forma e estaremos cá para perceber o que é que foi feito. -----

----- Depois, outra questão que é, falamos da estratégia da cidade, falamos de mais cinquenta e três milhões que existe a possibilidade da autarquia utilizar, mas também isso remete-nos para outra questão e essa questão que é a questão do PDM, Plano Diretor Municipal. Diga? -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para perguntar ao deputado Paulo Canha se estão a discutir o PDM hoje? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, não, não estamos, mas faz parte da estratégia da cidade, é um documento estruturante para o desenvolvimento económico, social, ambiental da cidade. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que estão a discutir a integração do saldo orçamental, não estão a discutir... vamo-nos ater aos documentos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, então, mas o PDM faz parte da execução da autarquia, ou não faz? Aliás, o PDM é uma questão que eu gostava de perguntar é senhora Presidente, quando é que o PDM finalmente será apresentado? Tenho dito, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, começo por agradecer as explicações prestadas pela senhora Presidente de Câmara e partilhar com ela a preocupação que temos a nível de segurança. De facto, uma autoescada era necessária para este município que tem torres de bastante dimensão bastante altas e infelizmente não temos meios de socorro para isso. Talvez um milhão que essa autoescada custe mais ou menos, talvez se tirássemos um milhão de uma festinha, desses oito milhões que vamos gastar em festinhas talvez fosse melhor e assim todos podíamos dormir mais descansados senhora Presidente. -----

----- Relativamente também às explicações à intervenção do senhor deputado José Figueiredo, quero dizer-lhe que falou e muito bem que o município tem preocupações com a educação e referiu as bolsas ao ensino



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



superior. Pois bem, as bolsas ao ensino superior o ano passado eram trinta e cinco só e só por grande pressão da bancada do PSD e dos vereadores do PSD é que começou a ser alargado e começou a ser dado a todos aqueles que cumpriam os requisitos ao contrário daquilo que queriam fazer, mas pronto e ainda bem que estamos alinhados pelo menos a nível de preocupações, mas continuamos aqui a fazer o reflexo sobre o contexto económico com que encontramos aqui esta autarquia. -----

----- Ao longo dos anos, testemunhámos todos a um aumento significativo das receitas provenientes dos impostos em Portimão, passando de vinte e nove milhões em 2014, quando a senhora Presidente iniciou as suas funções nesta Câmara Municipal, para sessenta e cinco milhões em 2023. Sendo esse no nosso entender o principal motivo do suposto sucesso financeiro que esta autarquia nos traz aqui, já que não observamos qualquer melhoria na gestão autárquica empreendida por este executivo municipal que continua a cada ano que passa a aumentar a sua despesa primária a um nível muitas vezes acima da taxa de inflação.-----

----- Fica ainda evidente que este executivo como já foi aqui confirmado pelo senhor Vice-Presidente por uma opção política, não quis amortizar a dívida que tem para com o FAM o ano passado num valor superior, acho que faltam mais cinco milhões para sairmos e para passarmos a cumprir o limite de endividamento excessivo e dessa forma por não ter recuperado a sua independência quanto à definição dos impostos, continua a dizer que é por causa do FAM que os portimonenses continuam a pagar os impostos numas taxas que podiam ser significativamente reduzidas já no presente ano e que não o são. -----

----- Por último, este resultado também é em consequência da baixa taxa de execução das principais medidas do GOP, é preciso dizer isto. Se sobrou tanto dinheiro e se o saldo de gerência que passa é deste montante, também é porque muitas das obras que estavam previstas no âmbito do GOP serem realizadas no ano de 2023, ficaram por fazer e por isso, por não ser gasto esse dinheiro é que também transita para este ano e assim os portimonenses continuam a testemunhar uma cidade com diversos equipamentos que continuam deteriorados, com escolas que às tantas não estão dimensionadas para aquilo que hoje são as exigências que os portimonenses têm e a nível da habitação que também os planos não saíram ainda do papel e que aprovámos agora as alterações por causa disso mesmo, porque nada foi feito. -----

----- Estas são as principais razões para que o executivo municipal apresente este saldo de gerência tão agradável. Percebe o PSD que a falha na execução dos investimentos orçamentados nos anos anteriores decorre de uma estratégia política deste executivo socialista centrada apenas e só nos ciclos eleitorais e estamos convictos que à medida que nos aproximamos das eleições autárquicas de 2025, vão começar a surgir as obras que há tanto anunciam e que deveriam ter sido progressivamente realizadas nos últimos anos. ----

----- Esta concentração de obras no ano pré-eleitoral não se justifica, uma vez que não havia impedimentos para a sua realização ao longo do mandato como acabámos de ver, uma vez que havia dinheiro mais que suficiente para a sua realização. Aliás, esta abordagem penaliza os munícipes de forma dupla, privando-os dos investimentos que já poderiam estar concluídos e desta forma para o usufruto de todos e vão transformar provavelmente a nossa cidade num imenso estaleiro em ano de eleições trazendo com isso os inconvenientes inevitáveis de tanta obra realizada ao mesmo tempo. Uma distribuição mais equilibrada das obras ao longo do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mandato teria poupado aos portimonenses desses constrangimentos e este executivo está há dez anos, não começou agora, portanto os planos que tem, as obras que tem, são obras que já vêm de algum tempo, que vêm sendo anunciadas e reanunciadas várias vezes. No entanto, apesar das críticas e das preocupações levantadas, é fundamental que coloquemos os interesses de Portimão e dos portimonenses em primeiro lugar.

----- O Partido Social Democrata está firmemente comprometido com a melhoria da qualidade de vida dos portimonenses e, portanto, não se irá opor à incorporação do saldo do exercício anterior, pois acreditamos que é essencial esse dinheiro, a aplicação desse dinheiro de forma transparente responsável e estratégica, priorizando investimentos que promovam o desenvolvimento sustentável, a inclusão social, o bem-estar de todos os residentes em Portimão. -----

----- Em suma, chegou o momento de agir com determinação e com visão no futuro e nunca o PSD será aqui uma força de bloqueio ao desenvolvimento municipal, cortando com tudo que devemos aprender com os erros passados e reconhecer as oportunidades de melhoria e trabalhar em conjunto para construir políticas mais prósperas, mais justas e mais equitativas para todos no futuro. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, bom, então, as perguntas foram colocadas, a senhora Presidente está no seu direito de não responder, portanto vou ficar eu também com o direito e a bancada Chega vai ficar com o direito de que tem razão nas perguntas que colocou, porque nos assiste esse direito. -----

----- Senhora Presidente, eu fiz a questão que é quando é que sai o PDM, quando é que o processo está concluído? Estão a tratar disso agora, ok. Ah! ok. Então, mas é uma das preocupações, porque grande parte das obras que aqui estão ou que se calhar vão estar em processo de desenvolvimento nos próximos anos dependem do PDM, senhora Presidente, portanto eu acho que é legítimo. Não, não. Então, senhora Presidente, outra coisa que nos preocupa foi, ou que é, aliás, as obras que estão previstas, nomeadamente do acesso dos Montes de Alvor à Penina, outra obra também que estava previsto que é aquela que faz o acesso ali da zona das Sesmarias, Cabeço do Mocho Sesmarias também, pergunto quando é que está previsto o início dessas duas obras que estão anunciadas há uma série de tempo. Por outro lado, e voltando ao PDM, também uma coisa que nos preocupa a propósito até de uma notícia que saiu esta semana de uma alegada incompatibilidade no exercício de funções de um senhor Dr. Ricardo Tomé, relativamente àquilo que é o assumir as funções na sua empresa com o diretor do departamento do urbanismo e mobilidade da Câmara Municipal. Eu penso que deve ser do seu conhecimento o que é que o executivo tem a dizer sobre isto. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, bem acho que os empresários ouviram o Bloco de Esquerda e que não querem comprar o terreno do barranco do Rodrigo, ainda bem e agora pergunto e questiono, depois de várias tentativas, se calhar são mais amigos do ambiente do que propriamente se calhar de muita gente, mas pronto. -----

----- Agora, o que eu queria perguntar e que não está aqui alocado, depois de tantas tentativas, se realmente aquilo vai mesmo ser um parque verde e já agora faziam um lago artificial que quando chovesse ficava lá a água. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu sei que às vezes as perguntas incomodam, mas as respostas podem não ser dadas. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, ó senhora Presidente já agora desculpe, deixe-me dar aqui uma resposta. Olhe, relativamente ao senhor diretor de departamento, em primeiro lugar, vou-lhe dizer que eu não me guio por blogs, e depois quero dar-lhe conta que pedi um parecer à Associação Nacional de Municípios que diz que pode cumprindo uma série de requisitos que lá estão, ponto final. Pode acumular desde que cumpra os requisitos que lá vêm elencados, ponto final. Portanto, quando quiser ter acesso a esse documento, eu forneço-o à senhora Presidente da Assembleia e a senhora Presidente da Assembleia fornecerá o documento que veio da Associação Nacional de Municípios. Tenho dito, muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, obrigado senhora Presidente pelo seu esclarecimento, vamos dar o seu esclarecimento como bom e com certeza ficaremos todos descansados, porque era e seria muito mau se esta incompatibilidade se viesse a verificar, porque não só colocaria o responsável do PDM em causa e a execução eventualmente até do próprio PDM. Portanto, fico satisfeito com esse seu esclarecimento que é bom para a cidade com certeza, mas vamos pedir exatamente esses critérios com certeza. -----

----- A propósito de pedir esses critérios, eu lembro-me que já há várias assembleias municipais atrás, nós requeremos o valor de venda do terreno público e o regulamento onde é que isso está inscrito. Pela quinta vez nós pedimos essa informação e ainda não nos chegou. -----

----- Depois, mais duas ou três questões que tinha aqui para colocar que são o seguinte. Foi contratado pela autarquia um técnico que ficaria responsável pela cobrança das dívidas do IMI. Correto? E a minha questão é exatamente esta que é, ao dia 31 de dezembro de 2023, qual é que é o resultado da função e de execução...

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado Paulo Canha que pede desculpa, eles fizeram ontem uma reunião que pensa que foram cento e tal minutos só sobre a informação escrita. E sobre a informação escrita, é o momento adequado para que os senhores deputados ponham todas as questões sobre a atividade municipal. Não quer dizer que nos outros assuntos não o possam fazer também, mas tem que ter alguma lógica, porque também dispersa-nos a nós, a todos nós que estamos aqui quando não estamos centrados no assunto propriamente dito. Nós temos hoje algo que são três documentos, são três momentos que estamos a aprovar com vários mapas que têm alguma complexidade, com uma série de rubricas de alterações orçamentais, com a integração do saldo orçamental do ano passado e ainda por cima numa perspetiva não só do orçamento de 2024, mas também das grandes opções do plano de 2024/2028. Portanto, há uma série de questões bastante complexas e de estratégia municipal e concordo que estão aqui questões de estratégia municipal e poderiam ter sido postas questões neste âmbito. Agora, a questão do PDM, ordenamento do território não está aqui, essas questões, recursos humanos e do pessoal não está aqui, peço desculpa poderá estar como despesa, mas não está com a discussão e por isso eu acho para que estas assembleias fossem mais operativas e fizéssemos aquilo que temos que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fazer que é fiscalização do município, da atividade do município e órgão deliberativo. Nós hoje temos a obrigação de deliberar sobre uma matéria que é fundamental que é a integração do saldo orçamental e levantar todas as questões relativamente às opções de integração desse saldo orçamental. E eu peço desculpa, mas se veio um recurso humano para fazer não sei o quê, não sei o quê, não me parece que seja o mais adequado, mas se calhar eu estou errada. Faça favor, senhor deputado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que reconhece e revê-se exatamente naquilo que acabou de dizer, é por isso que ele está a fazer exatamente as questões que está a colocar, porque ele acha que isto tem tudo a ver exatamente com o alocar de uma verba de cinquenta e três milhões e tem a ver com a relação que existe entre cobrar dívida, obter mais receita e perceber até que ponto... então se a autarquia coloca um funcionário ou um técnico para exatamente promover a arrecadação de um processo de dívida que existe, qual é o problema de colocar essa questão aqui, e só não coloquei ontem porque o tempo não deu para colocar as questões todas, porque eu poria com certeza. -----

----- Agora, a senhora Presidente se quiser responde, se não quiser, remete para uma próxima. Fica descrito a pergunta e a senhora responde quando quiser. Portanto, até aqui, ó senhora Presidente, eu entendo a sua intervenção, agora eu quero continuar a achar que a senhora é Presidente de todos aqui, com certeza e com certeza que sim e com todo o respeito que merece. Portanto, eu enquanto puder fazer as questões, coloco as questões dentro do tempo que aqui tenho e os senhores respondem se quiserem, dentro daquilo que é o normal e cordato funcionamento neste órgão. Portanto, eu aguardo então as respostas que acabei de fazer. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, em relação à acumulação de funções aqui do senhor Ricardo Tomé, não é, eu não percebo uma situação. Se o departamento jurídico da Câmara Municipal emitiu um parecer desfavorável, e presume-se que o departamento jurídico, que esta instituição deverá ter confiança no seu departamento jurídico, eu não percebo porque é que foi pedir parecer à AMAL, porque em relação à legalidade dos atos temos o Ministro para aferir ou não, temos o ministério público do tribunal de Loulé, portanto era muito mais fácil. Eu não percebo qual a causa desta Câmara Municipal colocar em causa um parecer do departamento jurídico da mesma. Eu gostava que a senhora Presidente me esclarecesse este ponto. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a)** – Discussão e votação do Mapa de Desempenho Orçamental de 2023; da alteração modificativa (revisão) ao Orçamento da Receita e ao Orçamento da Despesa para o ano de 2024, com a incorporação do saldo de execução orçamental de 2023 no Orçamento de 2024; e da alteração modificativa (revisão) às Grandes Opções do Plano 2024-2028, nos termos da Proposta – **Deliberação nº 101/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
----------	----	-------------	-------	-------------------------	----	----------------------	-----	--------------------------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	0	1	0	18
ABSTENÇÕES	0	5	0	2	0	1	0	1	9
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	0	3

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovado, **por maioria**, o Mapa de Desempenho Orçamental de 2023; da alteração modificativa (revisão) ao Orçamento da Receita e ao Orçamento da Despesa para o ano de 2024, com a incorporação do saldo de execução orçamental de 2023 no Orçamento de 2024; e da alteração modificativa (revisão) às Grandes Opções do Plano 2024-2028, nos termos da Proposta – **Deliberação nº 101/24**. -----

-----**No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «Perante as questões formuladas sobre despesismo e elevado rácio e incapacidade de cumprimento da despesa prevista face ao orçamentado e promessas efetuadas, o partido CHEGA demonstra-se muito discordante sobre a forma pouco responsável como o dinheiro dos contribuintes é gasto. O Município de Portimão está obrigado a um conjunto de procedimentos fruto da intervenção do PAM (programa de ajustamento municipal), cuja assistência financeira resulta de uma dívida atual de cerca de 90 milhões de euros, prevalecendo uma política de investimento de ações não produtivas ou de um grande cariz festivo.-----

Esta deliberação reflete mais uma vez muita da limitação presente e futura que foi condicionada por um passado irresponsável em que a ascensão ou manutenção de poder foi o principal objetivo em que a gestão autárquica foi baseada na acumulação de dívida e sem nada contribuir para a evolução do concelho nas últimas décadas.- Atualmente assistimos a um contexto de receitas extraordinárias favorável, principalmente através o IMT e IMI que em conjugação com orçamento de despesa por cumprir se traduz em saldos positivos transitados enormes. Paradoxalmente para o executivo não impacta na vontade racional de acabar com o facto de ser o município com maior volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2020 e uma simulação desse custo indica-nos que cada habitante de Portimão pagou só em juros 779,7€, o que perfaz desde 2010 até 2023 mais de 50 milhões de euros pagos só em juros. Na prática o município apenas tenciona pagar o excedente de dívida, mas esquece de definir uma estratégia para os restantes 80 milhões. O Município orçamenta despesa para fazer obra, mas os dados e factos de anos anteriores, nomeadamente de 2023 referem que apenas 50% foi cumprido, o que reflete a incapacidade e falta de qualidade do executivo na gestão do presente e futuro da autarquia, promovendo e cingindo-se apenas a uma gestão corrente dos destinos do concelho! -----

O partido CHEGA não se revê nesta política e gestão autárquica em que o despesismo do executivo municipal do Partido Socialista, sendo exemplo o gasto previsto nas comemorações do 25 de Abril que ascende a meio milhão de euros, mais o exegero do orçamentado para as comemorações do dia da cidade.-----

Continuamos a assistir ano após ano a uma ausência de uma política local que seja realmente inovadora e com capacidade para desenvolver social e economicamente o concelho! Não há diminuição significativa de IMI, de derrama, não há devolução de IRS para os muncipes, não há uma política de habitação definida, não há



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



atratividade para as empresas, ou para os jovens se fixarem no concelho, tudo isto incompreensivelmente em contrapondo com uma autarquia endividada mas com saldos transitados positivos de um ano para o outro de mais de 50 milhões de euros. Adicionalmente, nenhuma das medidas sugeridas em reunião de câmara e assembleia municipal, nos anos 2022 e 2023 foram incluídas no orçamento, nem após a incorporação do saldo transitado. -----

Pelos motivos apresentados, entre outros, o partido CHEGA vota contra a deliberação!» -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-b)** Discussão e Votação da Prorrogação de um conjunto de medidas com carácter excecional, temporário e transitório que permita mitigar os efeitos nefastos da crise em termos económicos e sociais e que permita dar respostas às situações de necessidade das famílias, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 909/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que é com muita tristeza que vê aqui o ponto três, «renovação automática das tarifas sociais da água», e é com muita tristeza que o Bloco de Esquerda trouxe aqui a 22 de abril de 2021 uma moção a pedir isso mesmo e vocês chumbaram. É com uma grande tristeza, é com muita tristeza e essas tarifas da água automática já tinha acontecido em Setúbal e penso que noutra concelho, e é com uma grande tristeza que passado estes anos todos é que viram que realmente nós tínhamos razão. Custa muito, mas ainda bem que nos ouviram passados estes anos todos. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, a bancada do "Portimão Mais Feliz" vai acompanhar esta proposta, concordamos globalmente com o conteúdo da mesma, reconhecemos a sua falta, de facto, há muitos munícipes carenciados na cidade, Portimão é o concelho com maiores beneficiários de rendimento social de inserção, facto esse que nos penaliza e que nos entristece. Portanto, concordamos globalmente com as medidas. Queríamos era saber de facto qual é o custo global que isto vai ter, porque de facto a proposta é completamente omissa nesse aspeto, não diz qual é o valor que vai custar ao município, ou pelo menos na documentação que nos foi distribuída, essa quantificação não aparece e gostaríamos desse esclarecimento. E relativamente também aqui à duração da medida, percebemos que a medida tem uma aplicação retroativa, sendo hoje aprovada será aplicada com efeitos retroativos a fevereiro que vai ser reanalisada ou reavaliada em abril e tem a duração de um ano. É isto, gostaria que confirmassem. Disse. ----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que há aqui uma questão que se coloca. Aqui no ponto dois diz, «reduzir de imediato de cinco para dois anos o tempo mínimo de residência no concelho para a questão do arrendamento». Ok, é igual para todos. A questão é que está em consulta pública o regulamento, não é, que diz que no próximo regulamento que está em discussão pública, que é cinco, eventualmente dez interpelados. Se o regulamento vai ser cinco. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que são medidas excepcionais. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, mas o regulamento então não tenciona aprová-lo até que... a questão é esta. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que este é excepcional porque são medidas para mitigar as dificuldades momentâneas. Quando acabar, volta àquilo que era antigamente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer aos cinco por cento. Está certo, ok está certo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que a bancada do PSD vai acompanhar este documento em solidariedade para com todos os portimonenses que nesta fase estão a passar uma fase difícil muitos deles e daí acharmos muito oportuno estas medidas. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, além daquilo que já foi dito aqui pela bancada, tinha aqui mais duas ou três questões para colocar relativamente aqui a este assunto. As medidas que estão aqui previstas nesta proposta, incidem digamos de grosso modo com três tipos de despesa. Apoios ao arrendamento, apoios à aquisição de medicamentos e a tarifa social da água. Fundamentalmente é isto que está aqui em causa. São medidas que são necessárias, infelizmente, enfim, não temos grandes dúvidas sobre isso e sublinho aqui o infelizmente, só que tendo em conta aquilo que está aqui subjacente a este tipo de medidas, ou seja, é a conjuntura que nós atravessamos com o aumento de preços fruto da guerra na Ucrânia e agora também do conflito no Médio Oriente e com várias consequências que daí advêm que estão aqui também bem explicitadas, há outros segmentos na nossa vida de todos nós que sofreram muito mais inflação e agravamento de preços do que propriamente estes três que eu acabei de referir, ou seja, o preço da água, o preço da habitação, nomeadamente para quem tem casa arrendada e os medicamentos, e dou dois ou três exemplos, enfim, aquele que é mais evidente que é a alimentação, não é? Toda a gente sabe que grande parte da inflação que desde há mais ou menos dois anos quando começou o conflito na Ucrânia disparou a inflação e uma grande parte dessa inflação incide ou decorre do aumento dos preços nos bens alimentares, bens de primeira necessidade, a questão dos combustíveis e fundamentalmente é isto, é isto. Agora, não vejo aqui medidas nenhuma em relação à questão da alimentação e, portanto, perguntava porque é que, enfim, a senhora Presidente se calhar vai-nos falar das IPSS que dão apoio alimentar no concelho, já sabemos, infelizmente porque há necessidades, felizmente porque há entidades que se dedicam e fazem bem esse papel e que estão no terreno e apoiam quem tem essas necessidades. Sabemos que há essas entidades que estão a apoiar muitas famílias e muitos habitantes no nosso concelho que têm necessidades alimentares prementes, mas depois quer dizer, há as pessoas que eventualmente não têm, ou não têm forma de chegar a essas associações, ou que eventualmente as necessidades que têm não se enquadram na política de apoio dessas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



associações e que eventualmente poderiam ser beneficiárias de alguma espécie de apoio a nível alimentar por parte da Câmara, eventualmente com cabazes alimentares, com vouchers que eventualmente pudessem ser trocados em alguns estabelecimentos de venda a retalho, por exemplo, exclusivamente em bens de primeira necessidade e bens alimentares. E em relação à mobilidade, é óbvio que a autarquia não pode dar vouchers para as pessoas irem abastecer combustível nos postes de abastecimento de combustível. Nós sabemos todos isso, mas haveria aqui uma medida se calhar que era interessante e que a Câmara aí poderia eventualmente intervir, que seria, por exemplo, a questão dos passes no Vai e Vem e poderia eventualmente para pelo menos até determinado teto de rendimento como está aqui per capita que está aqui também para efeitos de isenção de apoio ao arrendamento. Podia eventualmente atribuir passes até x de rendimento e isso por um lado iria eventualmente beneficiar quem tem necessidade de fazer despesa com combustível para abastecer os carros e ajudaria também na mobilidade na nossa cidade e, portanto, a questão é porque é que não houve essa opção aqui. Disse. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, eu diria sobre esta deliberação, que atendendo aos efeitos negativos tanto económicos como sociais no país e em particular no concelho de Portimão, o Partido Chega corrobora na sua maioria, repito na sua maioria, das propostas de regulamento desta deliberação sobre os apoios sociais. O meu colega depois pedirá a vez e dirá porque é que não é na sua maioria. Obrigado. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer à Presidente da Assembleia para o deixar só fazer um reparo. Obrigado senhora Presidente da Câmara por me ter explicado e isso aí, isto é um pequeno reparo, ano anterior, me ter explicado dos créditos a médio e longo prazo, eu fiz este reparo o ano passado, mas neste mapa não veio os valores, então nós não sabemos, daí eu insistir, obrigado por ter explicado que o ano passado o valor em dívida era bem maior, não muito, mas maior, é sinal que já tratou do assunto. -----

----- Em relação a este apoio, a bancada Chega está de acordo, no entanto, há aqui alguns pequenos reparos que eu gostaria de fazer. Um dos reparos que não foi feito o ano passado que é o valor que foi atualizado per capita, para termos noção, eu acredito que isto será dentro, cinquenta por cento da população que trabalha em Portimão tem acesso a estes apoios, só não sabem, porque se souberem a Câmara não sei onde é que vai buscar o dinheiro para todos estes apoios, isso é só apenas um pequeno reparo. O que não foi tido em conta para este ano, foi a taxa de inflação em relação aos apoios, penso eu. Se não me engano, os apoios mantêm-se exatamente no mesmo valor que o ano passado. O que é que acontece? Nós estamos a distribuir mais dinheiro por mais gente e a esquecer quem realmente precisa, e quem precisa são aquelas pessoas e eu volto a referir que já referi isto ontem, que ganham quatrocentos, quinhentos euros de reforma, eu penso que os apoios de medicamentos estão direcionados mais para essas pessoas, em que o valor de trezentos e cinquenta euros não aumentou. Aumentou para abranger mais gente, não aumentou para ajudar quem realmente precisa. Pessoas que ganham trezentos e cinquenta, quatrocentos euros de reforma e gastam cem euros por mês em medicamentos, trezentos e cinquenta euros anuais não é nada. Esse é um dos pontos, o outro dos pontos. Estas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



medidas são fantásticas para ajudar numa necessidade real em Portimão, a nossa população envelhecida de mais de sessenta e cinco anos são cerca de quinze mil ou mais pessoas em Portimão em últimos censos de 2021, já disse isto ontem, existe uma burocracia extensa e imensa para aceder a este tipo de apoios. Nós tivemos, visto ontem, penso que eram cento e cinquenta e sete apoios que existia em medicamentos, a maior parte das pessoas que realmente precisa disto nem sabe ler ou escrever, não têm suporte nenhum para conseguir aceder a este apoio. Para quem não sabe e eu sei, infelizmente sei para ter acesso a estes apoios de medicamentos uma pessoa idosa, sessenta e cinco, setenta anos tem que pegar na receita, ir à farmácia, pedir um orçamento. Sai da farmácia com o orçamento, no dia a seguir vai à Câmara Municipal, entrega um requerimento. Espera um dia ou dois, vai lá buscar a credencial para ir levantar à farmácia. Enganaram-se numa vírgula, ou enganaram-se num número e essa pessoa tem de repetir todo o processo novamente para ir buscar os medicamentos. Estamos a falar de uma pessoa de sessenta e cinco, setenta, oitenta anos a precisar desse apoio. Isto é justo? É lógico que há muita gente que não consegue fazer isto, só falando na situação... portanto, eu peço à Câmara, sim senhora deem o apoio, mas facilitem um bocadinho realmente quem precise neste sentido. -----

----- Quanto aos critérios do apoio de arrendamento, eu gostava apenas de perguntar se é tido em conta só o vencimento per capita, ou se é tido em conta a taxa de esforço real em causa, ou seja, o que ganha versos o que paga em taxa de esforço, ou se é mesmo só... não está aqui os critérios e não tive acesso a eles, portanto eu gostava de perguntar. Tenho dito. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, já muito aqui foi falado, obviamente que acompanhamos todas estas medidas, apenas deixar aqui duas questões que são apresentadas no documento, de reforço de verbas, nomeadamente das verbas às farmácias e no reforço à verba destinada dos subsídios de arrendamento. A minha pergunta é quanto é que é este reforço, o que é que se traduz este reforço, quanto é que é este reforço. Também deixar uma nota ou uma recomendação da criação de uma via verde, um gabinete direto para a atribuição destes apoios para que as pessoas não se tenham, e quando é feita a deslocação, também que seja aumentada a divulgação da existência destes mesmos apoios, que fique claro onde é que as pessoas tenham que se dirigir a um sítio concreto para que as pessoas não tenham que vir à Câmara Municipal perguntar aonde é que vão pedir o apoio, porque há muitas pessoas que não querem vir a um qualquer funcionário ter quase que mendigar ou ir à procura do apoio que precisam. Existem pessoas e eu percebo que talvez a senhora Presidente não concorde, mas existem pessoas que têm vergonha de o fazer, de assumir porque tiveram outrora outra condição e que agora têm vergonha de assumir que têm estas necessidades e também é necessário proteger as pessoas que estão nessa situação. Portanto, criar uma facilidade que seja para ali direcionada e não tenha que se estar aqui com grande dificuldade e quase como que divulgar que têm essa necessidade. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, em primeiro lugar, informar o senhor deputado municipal Pedro Mota, de que de facto quando nós votámos contra é porque nós já tínhamos a funcionar, já estava a funcionar. Há anos, mas quer



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



saber há quantos anos isto está a funcionar, a tarifa social da água? Eu depois digo-lhe, há anos que está a funcionar. -----

----- Depois, a senhora deputada municipal Marta Caetano perguntou quais são os custos. Eu não lhe posso dizer quais são os custos porque não sei quantas pessoas vão ter acesso a estas medidas e, portanto, só no final do ano é que lhe posso dar os custos, posso dizer-lhe, por exemplo, que tenho aqui alguns dados do ano passado, o total anda muito próximo de um milhão de euros nestes apoios. Agora, não sabemos, só no final do ano é que sabemos, porque não sabemos o número de pessoas que vão pedir. -----

----- Depois, tenho aqui outra pergunta do senhor deputado municipal João Caetano. Pois é que o senhor já sabia que eu lhe ia responder isto, é que de facto nós temos um movimento associativo com quem nós fazemos contratos-programa, os que forem necessários, não há limite nem há limite de verba para o fornecimento de alimentos a quem precise, não há. Eu tenho reunido várias vezes com essas IPSS e tenho dito, «por favor não deixem que ninguém passe fome, fome zero. Tentem chegar a toda a gente». E para isso também contamos exatamente com o conhecimento com essa rede de IPSS que está próxima das pessoas e que as conhece, mas também com as Juntas de Freguesia que nos sinalizam situações em que precisam de facto de ser acolhidas. Portanto, não tenha a menor dúvida. Aquilo que eu digo a essas IPSS quando temos reunião e fazemos contratos-programa só lhes digo assim, «quando acabarem esse façam favor peçam mais». Não há limite para esse apoio. -----

----- Depois, o senhor deputado municipal Jorge Melo. Ora esta história de terem que ir às farmácias e pedir e vir aqui, isto é o controle, nós temos que controlar os dinheiros públicos. Não há outra forma de o fazer, porque senão ficava tudo completamente descontrolado, nós sabíamos lá se as pessoas a quem eram fornecidos os medicamentos tinham ou não tinham direito a ter esses medicamentos. O dinheiro não é nosso, o dinheiro é dos concidadãos e por isso nós temos que de facto ter cuidado na forma como estes subsídios são atribuídos, portanto não pode ser assim de qualquer forma. Nós temos inclusivamente ter demonstração em como essa verba saiu, em como essa verba e saber que ela saiu de forma correta com direito de ser atribuída. De outra forma nós poderíamos ter uma inspeção e obviamente que teríamos problemas. -----

----- O senhor deputado municipal Ricardo Cândido perguntou quanto é que é o reforço? Depende daquilo que for necessário, depende do número de pessoas que vier pedir. Ontem foi feita aqui uma sugestão, ontem, foi exatamente aqui, foi dito que havia poucas pessoas a usar esta medida dos medicamentos e de facto nós sugerimos que se fosse necessário até através da fatura da água nós vamos divulgar estas medidas e, portanto, o que pode trazer muito mais pessoas. Por isso não posso dizer que é x ou que é y, depende do número de pessoas que vierem a solicitar este apoio. Pronto, era isto, não tenho mais nada, senhora Presidente, muito obrigada. -----

----- Só posso dizer que o passe para estudantes até aos vinte e quatro anos é gratuito e para a área social há o passe social, portanto que é muito mais barato, com valores muito mais reduzidos. Muito obrigada.-----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, para dizer que quer só contrapor uma situação da resposta da senhora Presidente. Posso? Senhora Presidente, eu entendo em



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



relação à burocracia tem que haver controle, sim, sem dúvidas tem que haver controle, porque o dinheiro da Câmara é para ajudar, não é para esbanjar. Isso terá que ser feito, mas deverá haver alguma forma de poder facilitar a burocracia existente. Eu vou-lhes dizer porquê. O preço do medicamento muda de dia para dia, o facto da pessoa, do utente que vai pedir o orçamento volta, vai à Câmara, volta à farmácia, o medicamento pode mudar de preço ou pode não haver um medicamento que foi orçamentado dois dias antes e isto faz com que ela tenha que repetir todo o processo. É só isto que eu estou a dizer, poderá ser facilitado neste sentido. E em relação à outra pergunta que eu fiz, é se o apoio, é de trezentos e cinquenta euros, se vai haver aumento neste apoio em função à taxa de inflação, são trezentos e cinquenta euros ano, ou se vai se manter assim o mesmo valor de apoio igual ao ano passado. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que é o mesmo valor. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, em relação àquilo que a senhora Presidente disse, agradeço a resposta, senhora Presidente, mas queria dizer aqui duas coisas muito breves. Em relação ao apoio alimentar, já alguém aqui já referiu uma questão que tem que ver com, enfim, isto é uma coisa que nos constrange a todos, mas há pessoas que têm vergonha vamos dizer assim, vergonha, a palavra é esta, têm vergonha de se dirigir às IPSS que dão apoio alimentar, porque há pessoas que infelizmente têm dificuldades hoje e não estavam habituados, enfim, a essas dificuldades e têm necessidades do ponto de vista alimentar e sentem-se constrangidas, eventualmente se viessem pedir esse apoio aos serviços da Câmara, aos serviços sociais da Câmara da ação social, eventualmente até seria diferente e, portanto, é nessa medida que eu ainda gora falei na possibilidade da Câmara, por exemplo, contemplar a atribuição de vouchers em que a pessoa vem aqui discretamente, levanta um vale e vai descontar o vale numa mercearia, num supermercado, enfim, e isso permitiria eventualmente poupar as pessoas que já estão numa situação de debilidade do ponto de vista económico e social, enfim, há essa circunstância ainda mais constrangedora. -----

----- Depois, em relação aos transportes e para terminar, a senhora falou aí no passe social, mas eu não estava a falar disso, convenhamos, quer dizer, eu estava a falar de pessoas que eventualmente tenham os orçamentos mais apertados, mais comprimidos devido ao aumento dos preços, que eventualmente até poderiam optar em usar o transporte coletivo nas suas deslocações em detrimento do transporte individual, porque realmente o preço dos combustíveis aumentou bastante, ou tem aumentado bastante, com algumas flutuações, mas tem aumentado bastante e não têm acesso ao passe social e, portanto, poderia haver aqui uma medida e deveria haver aqui uma medida de apoio à mobilidade dessas pessoas, até determinado nível de rendimentos poderia eventualmente ter acesso a um passe se assim o desejassem, evitando o recurso ao transporte individual. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que só queria responder relativamente ao voucher, que é assim, se as pessoas têm vergonha de ir a uma IPSS pedir, também têm vergonha acredite, de ir com o voucher ao mercado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ou ao supermercado também para comprar as coisas. A vergonha é a mesma, a vergonha é a mesma de chegar ao mercado e apresentar um voucher da Câmara para adquirir alimentos portanto, e, é se calhar muito mais estigmatizante do que ir a uma IPSS que de facto está, ao fim ao cabo o seu objetivo é aquele, e eu vou dizer-lhe, já vi ex colegas meus ir a uma IPSS. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, é só por causa da relação dos vouchers. O critério dos vouchers podia ser mesmo comprarem os vouchers diretamente às cadeias de distribuição e sendo da própria marca ninguém sabia se a pessoa era necessitada ou não, mesmo as empresas oferecem vouchers aos funcionários para pagar alguns objetivos que ultrapassaram e alguns pagamentos em prémios. Por isso, podiam ir por aí e nesses vouchers não era para comprar garrafas de whisky, nem perfumes, não. Tinha que ter lá, quando fosse ver esses vouchers, só dava para comprar alimentos de primeira necessidade. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, peço desculpa senhor deputado municipal Pedro Mota, mas eu não dou vouchers ao Continente ou ao Pingo-doce, ao Intermarché, etc. muito obrigada. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-b)** Discussão e Votação da Prorrogação de um conjunto de medidas com carácter excecional, temporário e transitório que permita mitigar os efeitos nefastos da crise em termos económicos e sociais e que permita dar respostas às situações de necessidade das famílias, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 909/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovada, **por unanimidade**, a Prorrogação de um conjunto de medidas com carácter excecional, temporário e transitório que permita mitigar os efeitos nefastos da crise em termos económicos e sociais e que permita dar respostas às situações de necessidade das famílias, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 909/23.** -----

---Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-c)** Discussão e votação da Minuta de Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas de Resíduos de Portimão, EM. SA. para a adoção de Preços Sociais para o ano de 2024, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 62/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que em relação a este ponto tinha só aqui uma questão. O apoio que está aqui previsto se não me engano são cento e setenta mil euros, já vimos que houve aqui, enfim, um aumento face ao valor que foi gasto o ano passado que era, o que era mais ou menos previsível. A questão aqui é que se fala, portanto os cento e setenta mil euros têm um acréscimo de cerca de trinta mil euros relativamente àquilo que foi gasto o ano passado, e o nosso receio é que eventualmente este valor seja insuficiente para aquilo que vinha... aqui a questão, ó senhora Presidente, aqui a questão é, eu já imaginava que me fosse responder isso e compreendo e, enfim, é uma resposta que era mais que previsível. Aqui a questão é, como é que vão monitorizar a execução aqui deste apoio e não sei se têm aqui algum mecanismo que permita entender e avaliar em tempo real o montante que está aqui alocado já à despesa que está já feita, ou se, enfim, se isso é feito ao final do ano, como é que, questionava como é que isso vai ser feito e como é que isso vai ser avaliado. E depois questionava também se há algum teto máximo para este apoio, porque a senhora disse-me que se os cento e setenta mil euros não forem suficientes, enfim, há-de vir mais algum, a questão é, há algum teto máximo, algum limite, ou é em função das necessidades que ocorrerem sem que haja valor máximo para esta comparticipação. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que obedece a um regulamento. Temos um regulamento de atribuição e, portanto, obedece a esse regulamento, e depois se chegarmos ao final do ano e este dinheiro não tiver chegado, naturalmente que ressarciremos a EMARP daquilo que faltar. É o normal, obviamente se não chegar, temos que dar à EMARP aquele que faltar, acertamos as contas, não tem problema nenhum à semelhança daquilo que tem sido feito durante todos os anos, nem mais nem menos, é assim mesmo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer que estiveram no ponto anterior a discutir a forma de acesso aos apoios sociais e aos medicamentos. Eu propunha eventualmente, não tem muito a ver, mas alguém que requer a tarifa social da água, porque não ficar automaticamente digamos eleita para beneficiar do apoio de medicamentos. Era poupar o tempo, que era, se a pessoa tem direito à tarifa social da água, automaticamente também teria direito, digamos ao apoio ao medicamento. Eventualmente poderíamos aqui aumentar o leque de pessoas que tomassem conhecimento da medida, não é, do apoio ao medicamento e agilizavam a Câmara Municipal, porque como se costuma dizer, com um tiro matavam dois coelhos, não é? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, apenas para responder que há muita gente que não precisa de medicamentos, felizmente e, portanto, não os vem pedir. Vem pedir a tarifa, mas não vem pedir medicamentos. Felizmente ainda há e ninguém fica sem medicamentos pelo facto de ter que os pedir, mas obviamente que como são atribuições diferentes têm regras diferentes e regulamentos diferentes e, portanto, é por isso que de facto não há aqui o dois em um, são dois, são dois e pronto e é isso. Claro que nós estamos sempre disponíveis para melhorar os procedimentos, eu não estou a dizer que daqui para amanhã não vamos conseguir encontrar um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



procedimento que seja mais ágil, mais expedito, que facilite a vida às pessoas. Não estou a dizer isso, antes pelo contrário e estou aberta a propostas que de facto entendam que melhora, que funciona mais rápido. Agora, o que nós temos que ter é a garantia de que de facto não estamos a fugir daquilo que temos nos nossos regulamentos e daquilo a que estamos obrigados e que não estamos a pôr dinheiro nas mãos de quem não precisa e que nos vem enganar, não é? Portanto, a questão é só esta, mais nada. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, só para clarificar, ou seja, se a pessoa tem o apoio da tarifa social da água, significa que cumpriu com determinado tipo de critérios que basicamente é o mesmo dos critérios, o rendimento per capita para os medicamentos. Portanto, os dois basicamente se não fossem ficariam idênticos e ficaria logo uma pré-aprovação. Era mais fácil alguém chegar aqui ao município e dizer assim, «eu usufruo de tarifa social da água, portanto o município já tem essa documentação desse, digamos das condições socioeconómicas daquele agregado familiar». Com certeza auxiliaria mais fácil... -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que a senhora vereadora está a dizer que nunca se pede duas vezes. Portanto, nós ficamos de facto com o histórico da pessoa, fazemos as contas, sabemos que ela tem direito, só tem que vir cá pedir os medicamentos. Portanto, isso já está implementado, portanto não tem que entregar novamente mais papéis, mais coisas, nada, é só fazer o pedido, o histórico já lá está, as contas estão feitas, ela cumpre aquilo que está nos regulamentos, acabou, não é preciso mais nada, sem prejuízo de, eu até lhe digo nós temos aqui um serviço informático que de facto trabalha muito bem, sem prejuízo de um dia destes os nossos informáticos tentarem encontrar uma fórmula ainda mais rápida, mais expedita e mais fácil para as nossas técnicas, porque isto dá muito trabalho obviamente. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, só para clarificar aqui, na sequência da resposta da senhora Presidente que agradeço, se percebi bem e é só para clarificar, o teto máximo são os cento e setenta mil euros do apoio, a EMARP vai concedendo as tarifas sociais em função dos pedidos que tem, enquadrado aqui pelo regulamento em vigor, e no fim do ano faz-se o apuramento daquilo que foi concedido. Se eventualmente excedeu os cento e setenta mil euros, a Câmara compensa a EMARP. No fundo é isto que está aqui em causa. Pronto, era só para clarificar isso e, portanto, nós obviamente vamos acompanhar esta proposta e estamos de acordo com ela, sublinhando aqui que infelizmente e sublinho aqui o infelizmente, a exemplo do que aconteceu o ano passado, se calhar este montante não vai ser suficiente, mas pronto, isso é a realidade que temos, enfim, não vale a pena estarmos aqui a lamentar muito. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, queria pôr aqui uma questão que é aqui na evolução dos beneficiários. Quer dizer em 2019, tínhamos quatrocentos e quarenta e cinco e agora em 2022 que é os últimos dados que tenho aqui, setecentos e vinte e um. Se me podia explicar o porquê desta evolução, qual é o processo, primeiro era por causa do Covid e agora por causa da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



guerra, isto é, o aumento da população, ou se calhar por causa do aumento da população mais idosa. Gostaria de saber se me pudessem indicar aqui sobre esse assunto. -----

----- Outra situação para acabar com estas coisas dos subsídios era uma coisa muito simples, era aumentar as reformas, as pessoas já não andavam aqui a mendigar. Tenho dito e o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente a esta proposta. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-c)** Discussão e votação da Minuta de Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas de Resíduos de Portimão, EM. SA. para a adoção de Preços Sociais para o ano de 2024, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 62/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovada, **por unanimidade**, a Minuta de Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas de Resíduos de Portimão, EM. SA. para a adoção de Preços Sociais para o ano de 2024, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 62/24.** -----

--Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-d)** Discussão e Votação da Proposta da Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 882/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a deputada da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, bom, este ponto normalmente anualmente vem cá e o nosso sentido de voto vai ser o mesmo, pelas razões que todos os anos expomos aqui, entendemos que à Assembleia Municipal cabe o papel de fiscalizar o executivo. Não nos demitimos desse papel, e nunca nenhum ponto deixou de ser agendado a pedido do executivo pela Assembleia Municipal, reunimo-nos quando nos é pedido, com a periodicidade que nos é pedida, portanto não consideramos que os pontos virem aqui seria um atraso ou um *delay*, ou um obstáculo à ação do executivo. Razão pela qual achamos que não faz sentido uma vez mais este ponto vir aqui e não o acompanharemos. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é assim, uma parte já foi dita pela bancada do "Portimão Mais Feliz", de facto, esta é uma competência da Assembleia Municipal, e eu gostava de perguntar à senhora Presidente quando é que foi que sentiu dificuldades, ou o tempo de resposta desta Assembleia não se compadeceu com os prazos necessários, porque tanto quanto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



eu saiba, desde o início de mandato, sempre que foi solicitada uma Assembleia Municipal Extraordinária, sempre foi acolhido por todas as bancadas. Não me lembro de uma situação em que tal tenha ocorrido, mas às tantas estou a pensar mal. Por isso, eu pergunto à senhora Presidente se me consegue dizer uma situação em que tal tenha ocorrido e tenha obstado a este tratamento. Eu peço só uma, senhora Presidente, se me pudesse ser concreta e dizer que foi este e eu agradeço. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, peço desculpa, se calhar não vou conseguir ser original neste ponto, mas a verdade é que a proposta também não é original, a proposta é sempre chapa cinco, é sempre igual todos os anos, já foi aqui colocada e bem esta questão relativamente a um exemplo que seja, a um, eu o ano passado pedia um exemplo, um exemplo, não foi dado. Talvez este ano possa haver um exemplo que me escapou, de uma situação em que havendo necessidade de haver uma Assembleia, rapidamente para acautelar aqui uma proposta que envolvesse aqui uma repugnação ou um investimento plurianual e que não tivesse havido essa Assembleia por causas imputáveis aqui a este órgão e enfim, salvo melhor opinião nunca aconteceu e, portanto, aquilo que está aqui em causa mais uma vez e tenho que lamentar isto e tenho que frisar isto bem e sublinhar, é um esvaziar de competências desta Assembleia Municipal, mais uma vez, é pedir um cheque em branco a esta Assembleia para que o executivo faça aquilo que entender em termos de compromissos plurianuais ou reprogramação desses compromissos dando depois conhecimento à posterior a este órgão, que é um órgão que tem competências do ponto de vista fiscalizador que estão previstas na lei e que não podem ser alteradas e, portanto, nesta medida, nós não podemos acompanhar esta proposta, tanto mais que não há nenhuma razão objetiva a não ser que me tenha escapado alguma coisa, não há nenhuma razão objetiva para que todos os anos aqui venha, porque nunca houve qualquer espécie de entorpecimento desta Assembleia relativamente à ação do executivo, nunca houve qualquer boicote desta Assembleia em relação ao executivo, nem nunca houve qualquer obstáculo em relação a reuniões com celeridade, com urgência e com a necessidade que eventualmente a alteração destes compromissos exigisse do ponto de vista do executivo. Portanto, questionava diretamente a senhora Presidente que nos desse aqui uma situação, um exemplo, um, bastava um que no fundo explicasse a necessidade desta autorização genérica, porque realmente eu não vejo qual é a necessidade disto a não ser, enfim, a não ser dar aqui um bocadinho de força a uma visão distorcida do que é que deve ser a correlação de forças entre dois órgãos que têm competências diferentes, que é o executivo e a Assembleia e, portanto, no fundo o que está aqui em causa mais uma vez é tentar fugir aqui um bocadinho aqui à fiscalização da Assembleia, porque enfim não dá jeito agora vir aqui discutir se calhar compromissos plurianuais antes deles serem aprovados, é mais fácil depois dessa aprovação dar conhecimento assim de uma forma subtil e discreta à Assembleia e, portanto, perguntava diretamente isso à senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, nos assuntos anteriores houve sempre a possibilidade de responder e de esclarecer, mesmo quando a senhora Presidente disse que era a última declaração, houve os senhores deputados, estou-me a lembrar do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



senhor deputado Jorge Melo que teve e que voltou a questionar, e eu não impedi. Agora, temos que ter também um procedimento, temos um procedimento, é cansativo para quem está na mesa... o debate é dinâmico, ninguém está a pôr em causa, e a senhora Presidente, os senhores deputados podem acusar tudo, mas a senhora Presidente também é dinâmica nas respostas e, portanto, não me parece que seja por aí, não me parece que seja por aí. -----

----- O que eu estou a dizer é, se não há outras questões, eu vou dar a palavra à senhora Presidente e depois a senhora Presidente fará o que entender. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, e eu respondo exatamente o mesmo que respondo ou que tenho respondido nos outros anos. A lei permite, a lei existe e, portanto, se não existisse, ou se não houvesse de facto necessidade de construir uma lei destas, certamente não ia ser colocada. Se houvesse alguma dúvida de que o Presidente da Câmara ou a Presidente da Câmara depois envia sempre as coisas para conhecimento da Assembleia Municipal, obviamente que naturalmente também poderiam dizer que eu não enviava, mas nem é obrigatório desde 2019, e eu continuo a enviar sem ser obrigatório e, portanto, é assim, é aquilo que eu peço, se querem votar votam, se não querem votar paciência, se não querem perceber é perguntarem no Algarve todo qual é o Presidente da Câmara que não apresenta esta proposta e não faz este pedido. Perguntem no Algarve inteiro. Muito obrigado.

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, bom, eu antes de mais em nome da bancada, quero agradecer a benesse da senhora Presidente da Assembleia, a senhora Presidente dá-nos uma benesse que ainda envia para conhecimento depois das alterações. Portanto, agradeço-lhe penhoradamente em nome da nossa bancada essa benesse, esse favor que nos faz, porque nós estamos aqui também realmente a fazer um favor à senhora Presidente, nós estamos aqui a exercer competências que são próprias deste órgão e, portanto, a senhora também não está a exercer as competências do órgão a que preside. -----

----- Senhora Presidente, o argumento que a senhora aqui apresenta que todos os outros municípios fazem a mesma coisa é um bocadinho pobre, para não dizer que é pífio, desculpe o adjetivo, porque é assim, há práticas do ponto de vista democrático e do ponto de vista do controle e da fiscalização que são saudáveis e há outras que não são. Se os outros fazem e a senhora entende que por os outros fazerem também vai fazer, isso é um bocadinho pobre em termos de argumentação. -----

----- Depois, há aqui outra questão, é que faltou a resposta àquilo que perguntámos diretamente. A senhora não respondeu mais uma vez porque não tem exemplos para dar, senhora Presidente, não há um, não há um de uma situação em que a senhora, se tivesse um exemplo a senhora dava-nos aqui de bom grado. Não tem um de uma situação em que tivesse necessidade de reprogramar aqui um compromisso, ou de aprovar um compromisso plurianual que não tivesse sido aprovado em devido tempo por culpa desta Assembleia. Essa é que é a questão e quando a senhora diz aqui na proposta que nos apresenta que «importa acautelar o regular funcionamento de todos os serviços existindo situações que exigem celeridade», não há nenhuma situação tendo em conta o regular funcionamento dos serviços. Não há, não há e, portanto, a questão aqui é muito



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



simples. Eu volto a dizer e volto a insistir e enquanto cá estiver e enquanto que me apresentarem propostas destas voltarei a insistir sempre neste ponto. É uma visão distorcida do que é que deve ser o equilíbrio entre órgãos que têm papéis e competências diferentes. Porque à Assembleia compete fiscalizar e tem competências próprias em termos deliberativos. Porque enfim, qualquer dia se a lei permitir, a Câmara faz o orçamento e começa a executá-lo e depois dá conhecimento à Assembleia do orçamento se a lei permitir, não é? Portanto, o que está aqui em causa realmente são despesas plurianuais, não é uma despesa qualquer, são despesas que têm influência em vários orçamentos da Câmara, são despesas que têm um peso muito próprio, é mais que um exercício económico e, portanto, daí a lei atribuir essa competência à Assembleia, não é toda e qualquer despesa, e é nessa medida que eu acho que é empobrecedor da visão que se deve ter de um órgão de fiscalização política, retirar esta competência, limitando-se a senhora Presidente depois a dizer com esta candura, «bom, mas eu ainda dou conhecimento aos senhores, portanto eu ainda vos dou conhecimento, porque há colegas meus que se calhar que nem dão». Era o que mais faltava, era o que mais faltava, quer dizer, eu aí perguntava «senhora Presidente o que é que nós estamos aqui a fazer». A senhora Presidente não quer responder mais já sabíamos, mas também não é por isso que eu deixo de falar, senhora Presidente. Portanto, a senhora não responde e eu, enfim, a mim dá-me igual, a mim dá-me igual senhora Presidente, a senhora não responde, vai dar ao mesmo. Portanto, olhe eu gostava sinceramente que houvesse aqui um debate com mais elevação senhora Presidente, às vezes, porque realmente quando se pergunta uma coisa concreta e não fomos só nós que perguntámos, o PSD também perguntou, uma questão concreta que é um exemplo concreto de uma situação que no fundo fundamente aquilo que está aqui escrito na proposta, eu não inventei nada, está aqui escrito e assinado pela senhora Presidente de Câmara. A resposta que nos dão é que os outros fazem todos e nós também podemos fazê-lo porque a lei permite e, portanto, debater assim realmente é muito pobre, e do ponto de vista democrático nem é salutar sequer, porque mais valia que me dissessem assim, «olhe realmente tem razão, nunca aconteceu, mas pode acontecer, estamos aqui a acautelar uma situação que é hipotética». Pelo menos isso era mais respeitador desta Assembleia. Agora, virem aqui dizer-nos que está em causa a celeridade e o regular funcionamento dos serviços quando não conseguem indicar um exemplo, um caso sequer quando é que isso terá acontecido, ou é tomarem-nos por parvos ou então é, enfim, é levar isto aqui um bocadinho à laia de brincadeira, e eu sinceramente não venho aqui para brincar. Disse. -----
----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é assim, eu não sendo jurista de profissão, o que eu leio segundo aqui está plasmado nesta proposta, é que carece sempre de autorização prévia da Assembleia Municipal qualquer alteração ao abrigo da lei dos compromissos, exceto... depois, aquando da regulamentação que diz o seguinte e passo a ler, «para efeitos da aplicação do disposto no considerando um, a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo poderá ser conferida aquando da aprovação das grandes opções do plano», e eu pergunto estamos aqui a discutir as grandes opções do plano? Não estamos, pois já foram discutidas e não veio esta proposta com isso. Portanto, se é aquando da discussão das grandes opções do plano, não é agora. Se queria, pedia na altura. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que vai ser muito rápida. Senhora Presidente, em relação a este ponto, com a fundamentação ou a explicação que apresentou para persistir nesta forma de apresentar esta proposta em relação aos compromissos do âmbito da lei dos compromissos, questiono o seguinte. Porque é que a senhora persiste em ser igual e não prima pela diferença? Nós já vimos que isto é uma forma restrita de nos limitar o direito de fiscalização da Assembleia Municipal e que, portanto é uma proposta, é uma autorização vaga, não tem fundamento, até pelas razões que os senhores deputados já alegaram e agora a minha questão é, porque é que a senhora persiste em ser igual e não prima pela diferença e não faz o aperfeiçoamento desta lei dos compromissos, porque é que vai atrás do rebanho, senhora Presidente? -----

----- Ó senhora Presidente, desculpe-lhe estar a interromper, eu fiz uma questão, não tive resposta, porque é que avançou? -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que não responde mais. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que percebe a dificuldade, mas a senhora Presidente entendeu que não tinha resposta para essa questão, portanto vamos pôr à votação. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-d)** Discussão e Votação da Proposta da Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 882/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	1	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	0	0	1	1	12

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovada, **por maioria**, a Proposta da Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 882/23.** -----

----- **No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «A alteração de paradigma orçamental estabelece o foco na assunção de responsabilidade e do compromisso de acordo com a disponibilidade financeira da autarquia para assumir a despesa com o correspondente pagamento. Nesse sentido, esta maior *accountability* orçamental define um quadro de atuação que obriga os autarcas locais e ao governo local "a ajustar" os seus objetivos à sua disponibilidade financeira, não se gastando o que não se tem e obrigando a priorizar políticas e a estabelecer novas formas de entendimento. A lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso é clara "se não há fundo disponível, qualquer contrato, protocolo ou acordo é nulo e não produz efeitos." Só se podem assumir



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



compromissos para os quais exista fundo, não podendo ultrapassar as receitas disponíveis.-----
Existe a necessidade de efetivamente se alterar a forma de fazer política autárquica, cortando com metodologias que perigam definitivamente o futuro de todos, devendo existir cuidado entre o “cego” interesse público em contraponto com a limitação de ação fundamental do poder local na implementação de políticas e estratégias que beneficiem positivamente todos sem exceção. Pensamos que a intenção subjacente à lei é positiva, deve é existir uma alteração que permita flexibilidade na conjugação dos interesses das autarquias e que não condicione a sua autonomia no pressuposto, que é a sua ação de resolver as dificuldades e necessidade de proximidade dos cidadãos. -----

Nesse sentido, esta deliberação sobre “Autorização prévia” contraria o espírito decorrente da lei. Não iremos passar a legitimar algo “contranatura”, que é a essência fiscalizadora e deliberativa da Assembleia Municipal, nomeadamente dando autonomia com a aprovação que o executivo pretende. Tal como sempre aconteceu, o grupo municipal do Partido CHEGA demonstra total disponibilidade para reunir e deliberar sempre que for convocado para esse efeito, mesmo que para tal seja necessário apreciar medidas propostas com carácter urgente, não abdicando nunca da função para o qual fomos eleitos. Assim, iremos continuar a fazer uma fiscalização no sentido de perceber exatamente que atos de gestão irão ser executados ao abrigo desta deliberativa aprovado com a maioria do PS, contra a nossa opinião e posição.» -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-e)** Discussão e Votação da Proposta para Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de 1 Posto de Trabalho em regime de Contrato de Trabalho Por Tempo Indeterminado para a Carreira e Categoria de Técnico Superior (Área de Atividade Engenheiro Civil), nos termos da Proposta - **Deliberação nº 922/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que vão pôr agora à discussão a proposta de abertura e eles têm duas propostas de abertura de procedimento. Na conferência de líderes, pusemos a hipótese de discutir isso em conjunto, os dois procedimentos concursais, portanto vamos pôr à discussão e vai haver uma votação separada obviamente, mas vamos pôr à discussão, portanto «a proposta de abertura de procedimento concursal para a ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de técnico superior na área de atividade de engenharia civil», e depois o segundo, «são dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria também de técnico superior, mas na área de arquiteto paisagista». Portanto, um engenheiro civil e dois arquitetos paisagistas. Façam favor, obrigada. ----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação **o Ponto 4-e)** Discussão e Votação da Proposta para Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de 1 Posto de Trabalho em regime de Contrato de Trabalho Por Tempo Indeterminado para a Carreira e Categoria de Técnico Superior (Área de Atividade Engenheiro Civil), nos termos da Proposta - **Deliberação nº 922/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:**-----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
----------	----	-------------	-------	-------------------------	----	-----	-----	--------------------------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



						(PCP/ PEV)			
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovada, **por unanimidade**, a Proposta para Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de 1 Posto de Trabalho em regime de Contrato de Trabalho Por Tempo Indeterminado para a Carreira e Categoria de Técnico Superior (Área de Atividade Engenheiro Civil), nos termos da Proposta - **Deliberação nº 922/23**.

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-f)** Discussão e Votação da Proposta para Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de 2 Postos de Trabalho em regime de Contrato de Trabalho Por Tempo Indeterminado para a Carreira e Categoria de Técnico Superior (Área de Atividade Arquiteto Paisagista), nos termos da Proposta - **Deliberação nº 924/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação **o Ponto 4-f)** Discussão e Votação da Proposta para Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de 2 Postos de Trabalho em regime de Contrato de Trabalho Por Tempo Indeterminado para a Carreira e Categoria de Técnico Superior (Área de Atividade Arquiteto Paisagista), nos termos da Proposta - **Deliberação nº 924/23**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovada, **por unanimidade**, a Proposta para Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de 2 Postos de Trabalho em regime de Contrato de Trabalho Por Tempo Indeterminado para a Carreira e Categoria de Técnico Superior (Área de Atividade Arquiteto Paisagista), nos termos da Proposta - **Deliberação nº 924/23**. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, deu por concluída a 2ª reunião da 1ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia vinte e dois de fevereiro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, **não foi rececionada resposta** por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)

2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(Sheila Gassin)